

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSELIA CRISTINA DE OLIVEIRA

FALAS SILENCIADAS

***RELATOS DE MULHERES/EDUCADORAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO
CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER***

Natal/RN

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSELIA CRISTINA DE OLIVEIRA

FALAS SILENCIADAS

RELATOS DE MULHERES/EDUCADORAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO

CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

NATAL / RN

2005

ROSELIA CRISTINA DE OLIVEIRA

FALAS SILENCIADAS

***RELATOS DE MULHERES/EDUCADORAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO
CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosália de Fátima e Silva

Natal / RN

2005

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN. Biblioteca Setorial Especializada do CCSA

OLIVEIRA, Roselia Cristina de.

As Falas do Silêncio – Olhares de mulheres/educadoras sobre a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler / Roselia Cristina de Oliveira. – Natal: UFRN, 2004. 169p.

Orientadora : Prof.^a Dr.^a Rosália de Fátima e Silva

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação – Tese. 2. Educação feminina – Tese. 3. Mulher – Tese. 4. Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – Tese. 5. Alfabetização – Tese. I. Silva, Rosália de Fátima e. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 372.4 (043.3)

ROSELIA CRISTINA DE OLIVEIRA

FALAS SILENCIADAS

RELATOS DE MULHERES/EDUCADORAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em dede 2004.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Rosália de Fátima e Silva - Orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof.^a Dr.^a Maria Conceição Pinto de Góes

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Marlúcia Menezes Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Fraga

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todos que vivenciaram as arbitrariedades do regime militar, especialmente :

aos que sofreram torturas e tiveram suas trajetórias alteradas em favor de uma ordem política e social;

às mulheres que sofreram prisões, mas conseguiram resistir e sobreviver a essa triste história nacional;

à memória dos que não conseguiram resistir e foram vitimados pela perseguição dos aparelhos repressores do Estado brasileiro;

aos educadores, homens e mulheres idealistas e sonhadores, que acreditaram e ousaram realizar uma educação mais humana e conscientizante;

ao meu companheiro de vida, por ter acreditado em minha capacidade no momento em que mais duvidei;

ao meu filho amado, cuja vida iluminada pela força divina inspirou-me através de seus olhos, oferecendo-me a força vital que me impulsiona a continuar lutando e acreditando na vida;

a todos que esperaram que minha trajetória apontasse um novo caminho e acreditaram que era possível mais uma tentativa.

Agradecimentos

Em minha vida ocorreram muitos encontros e desencontros, e desses momentos, um foi bastante significativo, aquele com Mailde Pinto Galvão, no Teatro Alberto Maranhão, durante o Centenário de Luís da Câmara Cascudo. A nossa aproximação me tornou mais humana e sensível. E posso afirmar que conhecer essa mulher admirável, que me mostrou a beleza da verdadeira amizade, repercutiu de maneira positiva em minha caminhada.

Desses encontros, uns foram felizes e ansiados, outros foram tristes e até mesmo inusitados, alguns foram inesperados, mas todos, com o tempo, passaram a ser extremamente significativos em minha formação como pesquisadora. Tive o privilégio de ter como orientadora a Prof.^a Dr.^a Rosália de Fátima e Silva. Em nosso encontro, descobri, além de uma competente professora, uma mulher forte, decidida, persistente e brilhante.

Esse nosso encontro foi feliz e ocorreu em um momento importante de minha vida, pois eu me permiti caminhar a seu lado na construção deste trabalho de pesquisa, proporcionando assim, um outro olhar para o meu objeto. Não posso deixar de lembrar de outras mulheres/educadoras que tiveram presença marcante em diversos momentos durante a minha graduação. Essas educadoras trouxeram a temática da educação para a minha realidade e proporcionaram o meu envolvimento na pesquisa científica, sem mesmo saberem que estavam fazendo isso.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Maria Arisnete Câmara de Moraes, pelas contribuições para a minha pesquisa. Destaco também a importância da Prof.^a Dr.^a Maria Inês Sucupira Stamatto, nesse processo de construção do meu objeto, pelas indicações de

leitura relacionadas à História e à Memória. Um agradecimento particular a Jaqueline Maia Franco, Osnilda Figueiredo da Costa Lopes e Aldemir Fernandes Lopes, do arquivo do Jornal Diário de Natal, pela ajuda na coleta de dados nos jornais da década de 1960.

Inesquecível a pessoa de Rita de Cássia Carvalho Silva, atenciosa e carinhosa, assim como Débora Camilla de Souza Sales e Francisca Lúcia Fernandes Alves, do arquivo do Jornal Tribuna do Norte, por me ensinarem a preservar documentos, jornais e livros. Relevante também foi o apoio moral que recebi de várias colegas da pós-graduação, pessoas especiais, que deram aquela força e o apoio no momento certo.

Minha gratidão a você, Ana Verônica Oliveira da Silva, uma pessoa muito especial, que vivenciou junto comigo muitos momentos difíceis relacionados à pesquisa e à escrita desta dissertação. Não há como esquecer a ajuda de Zé Maria nessa parte final da organização do trabalho. Por último, um especial agradecimento ao escritor Moacyr de Góes, por ter-me concedido algumas horas de seu precioso tempo, relembando acontecimentos importantes para a reescrita desta história. Ao momento precioso que vivenciamos durante a formação da minha banca avaliadora, especialmente a Prof^ª Dr^ª Maria Conceição Pinto de Góes, a Prof^ª Dr^ª Marlúcia Menezes de Paiva e a Prof^ª Dr^ª Maria Conceição Fraga, Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho pudesse ser concluído.

Resumo

Ao longo desta pesquisa, tratamos da reinterpretação da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Para o alcance desse objetivo, utilizamos fragmentos de discursos pronunciados por cinco mulheres/educadoras, que atuaram no projeto de alfabetização, desenvolvido pela Prefeitura de Natal no início dos anos 1960. A unidade de referência principal desta pesquisa se constitui das falas desses cinco sujeitos participantes do referido projeto. Partindo de seus relatos, buscamos compreender a rede de relações que circunda a equipe da Prefeitura, e principalmente que configura e desvela os sentidos do projeto tal como é percebido na atualidade por essas protagonistas. Procuramos perceber de que forma essas mulheres visualizavam sua prática educativa e os motivos que as levaram a participar de um projeto considerado, na época, como popular e democrático. Desenvolvemos este trabalho a partir da metodologia compreensiva do discurso (KAUFMANN,1996), entrelaçando a fala das mulheres entrevistadas com estas teorias. As considerações finais revelam o quanto o preconceito, o medo e a violência rondaram a década de 1960, fazendo-se presente no cotidiano local, particularmente através do olhar dessas cinco mulheres/educadoras. E como a gestão do Prefeito Djalma Maranhão era caracterizada como aberta, popular e subversiva e foi considerada como de grande ameaça à ordem política e social do Estado. Seus olhares nos apontam ainda caminhos para que possamos ampliar o debate acerca da educação popular na década de 1960.

Palavras-chave: falas, mulheres/educadoras, alfabetização, silêncio, subversão.

Resume

Au cours de cette recherche, nous traitons la reinterprétation de cette campagne “de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, tout en utilisant un moyen défini à travers les parlers de femmes qui avaient travaillé dans le projet d’alphabétisation développé par la Mairie de la Ville de Natal au début des années 1960. Le parler de cinq femmes/éducatrices, participantes actives de ce projet, se constitue en tant qu’unité principale de référence de ce travail. À partir de leurs témoignages nous avons cherché à contextualiser et enrichir un peu plus la période concernante à l’avènement de la Campagne. Il s’agit de témoignages qui ont des rapports avec l’éducation, la culture et la conscientisation politique, véhicule à la compréhension du contexte historique dans lequel s’insérait le groupe engagé dans la Campagne “de Pé no chão também se aprende a ler”. Nous avons développé notre travail à travers la méthodologie compréhensible du discours (Kaufmann, 1996), tout en mélangeant le matériel recherché et la théorie. Les considérations finales font état de nos impressions à propos de ce projet à partir des témoignages de ces cinq femmes/éducatrices. Le gouvernement de Djalma Maranhão se caractérise par la démocratie et populaire et ce travail éducatif considéré subversif à la décennie 1960.

Mots-clés: parlers, femmes/éducatrices, alphabétisation, silence, subversion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP - Ação Popular

CPC – Centro de Cultura Popular

CIAP - Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DDC – Diretoria de Documentação e Cultura

FTRN – Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte

FFPT – Federação dos Pequenos Proprietários Rurais

FTA – Federação dos Trabalhadores Autônomos

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JAC – Juventude Agrária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSD – Partido Social Democrata

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PRP – Partido de Representação Popular

PTN – Partido Trabalhista Nacional

R.I – Regimento de Infantaria

SAR – Serviço de Assistência Rural

SECERN – Serviço de Cooperativa de Educação do Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNE – União Nacional dos Estudantes

UDN – União Democrática Nacional

UNEB – União Nacional de Estudantes do Brasil

Lista de Ilustrações

Figura 1. Acampamento de Palha “Pé no Chão” – Fonte: DHNET/RN

Figura 2. Acampamento Escolar – Rocas – Fonte: Cartilha de Pé no Chão.

Figura 3. Semana do Folclore – Fonte: Arquivo Particular

Figura 4. Terceira Praça de Cultura/1963 – Fonte: DHNET/RN

Figura 5. Fotografia da Cartilha – Fonte: Arquivo Particular

Figura 6. Conteúdo de Aprendizagem da Cartilha – Fonte: Arquivo Particular

Figura 7. Biblioteca Popular Monteiro Lobato – Fonte: DHNET/RN

Figura 8. Venda de livros na terceira Praça de Cultura – Fonte: DHNET/RN

Figura 9. Feira de Indústria e Comércio do RN – Fonte: Fotógrafo Potiguar Jaeci Galvão.

Figura 10. Protagonistas da Campanha (Quadro de Amostras)

Figura 11. Imagens de Mulheres Educadoras

“Eu nunca vi nada selvagem ter pena de si mesmo”.

D. H. Lawrence (Self-Pity)

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>19</u>
<u>DESVELANDO O OBJETO</u>	<u>19</u>
O TEMA: O OLHAR SOBRE O OLHAR	<u>20</u>
DEMOCRATIZAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO	<u>26</u>
LUTAR PELA ALFABETIZAÇÃO	<u>32</u>
PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	<u>38</u>
ESTRUTURA DO TRABALHO	<u>47</u>
SÍNTESE INTEGRADORA	<u>49</u>
1. PARTE	<u>50</u>
A “HISTÓRIA” NA HISTÓRIA	<u>50</u>
1.1. BUSCAS	<u>52</u>
1.2. “EU” MULHER SUBVERSIVA	<u>57</u>
1.2.1. NO OLHAR DO OUTRO : ORDEM E DESORDEM	<u>63</u>
1.2.2.. O PRECONCEITO E A Violência	<u>70</u>
SÍNTESE INTEGRADORA	<u>76</u>

2. PARTE	78
NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER	78
2.1. O LOCAL E O GLOBAL	79
2.2. A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER	85
2.3. INTEGRAÇÃO EM PROJETOS	111
A PAIXÃO	111
2.4. VESTIR A CAMISA	116
SÍNTESE INTEGRADORA	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
NOVAS BUSCAS/NOVOS OLHARES	124
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	145
ANEXO A	146
ANEXO B	148
ANEXO C	150
ANEXO D	152
ANEXO E	154
ANEXO F	157

ANEXO G	<u>161</u>
ANEXO H	<u>165</u>
<u>ANEXO I</u>	<u>171</u>
<u>ANEXO J</u>	<u>173</u>

INTRODUÇÃO

DESVELANDO O OBJETO

O TEMA : O OLHAR SOBRE O OLHAR

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler é o tema central deste trabalho de pesquisa. Tratamos da reinterpretação dessa Campanha, utilizando fragmentos de discursos de mulheres que ocuparam funções importantes neste Projeto de Alfabetização, como, por exemplo, as professoras e as diretoras de Cultura e do Centro de Formação de Professores. Algumas dessas mulheres, além das atividades junto à equipe educacional da Prefeitura de Natal, também desempenharam atividades político-partidárias no movimento estudantil, bem como no Partido Comunista. Salientamos que, no contexto específico desta pesquisa, essas mulheres¹ consolidaram suas trajetórias como educadoras, inserindo-se em projetos educativos e vivenciando esperanças, angústias e perplexidades em um momento singular da nossa história.

Nosso interesse pela temática tem sua origem em indagações, que nos perseguiram ainda quando estudante do curso de História². Nessa formação, predominava a ausência de informações mais precisas, sobretudo no que concerne à divulgação dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o período de referência desta pesquisa (1960-1964), particularmente no Rio Grande do Norte. A curiosidade despertada é instigada pelo silêncio, para nós provocador, de alguns protagonistas desta história, que demonstraram uma certa resistência em falar sobre os fatos que vivenciaram.

¹ Ao longo deste trabalho apresentaremos essas mulheres como “mulheres/educadoras”.

² Licenciada e Bacharel pelo curso de História da UFRN, cursado entre 1996-2001.

Verificamos que homens e mulheres, vinculados à intelectualidade local, integraram a equipe educacional da Prefeitura como responsáveis por esse Projeto de Alfabetização. Mesmo após passados os anos, esse silêncio nos fala de outra forma. De fato, resistia ao tempo um silêncio que consideramos enquanto resquício de uma memória ressentida, apenas quebrado por alguns protagonistas ao relatarem suas vivências durante o período de governo do regime militar e por representantes do Centro de Direitos Humanos, ao levarem até aos jornais locais a indignação dos familiares de ex-presos políticos.

A leitura da obra **1964, aconteceu em abril**, de Mailde Pinto Galvão (1994), fez com que enveredássemos pelo caminho da pesquisa através de inúmeras pistas, enfatizando a fala dos protagonistas apresentados em seu livro. Nessa leitura, deparamo-nos com a indicação de que parte da juventude local abraçara a causa da erradicação do analfabetismo e percebemos que alguns desses jovens estavam vinculados aos grupos políticos, às agremiações culturais e às instituições religiosas estaduais.

Consideramos que, apesar de existirem trabalhos monográficos, dissertações, teses de doutorado e textos de expressão³ nacional e internacional abordando a temática

³Dentre as obras mais citadas temos: SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire** Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1990; FÁVERO, Osmar. **Cultura popular : memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Essas obras não eram comuns nas bibliotecas públicas, nem chegavam ao conhecimento dos alunos das escolas do Estado; **Lendo e Aprendendo a Campanha de Pé no Chão**, José Willington Germano; **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961/64) Uma Escola Democrática**, Moacyr de Góis; Monografia de Tadeu Pieretti (**Djalma Maranhão-Um Conscientizador das Classes Populares ?**); um texto editado na Escola Técnica Federal do RN de Janilson Dias de Oliveira (**De pé no Chão Também se Aprende uma Profissão**); **Djalma Maranhão ou o Semeador de Utopia de Transformação Social/UFRN/1999**, Dissertação de Mestrado de Maria da Guia de Sousa Silva (UFRN/PPGE); **Memória da Campanha “De pé no chão”:1961-1964 (o testemunho dos participantes)**,

referente à educação popular (em especial, a Campanha de alfabetização da Prefeitura de Natal, intitulada de Pé no Chão Também se Aprende a Ler), há uma certa especificidade nessa temática que não foi ainda abordada; é particularmente essa nuance que privilegiamos nesta dissertação.

Nesse sentido, a partir dos questionamentos acerca da existência de um projeto educativo para a cidade de Natal, e tomando por referência a inserção nesse movimento de parte da juventude local, orientada por diferentes correntes políticas e imbuídas de um objetivo comum, decidimos realizar um trabalho de pesquisa que proporcionasse uma reconstrução do período configurado por essa Campanha, fazendo ancoragem nos discursos das mulheres/educadoras, participantes ativas do projeto, consideradas pelo Departamento de Ordem Política e Social⁴ (DOPS) como subversivas.

No contexto específico do regime militar, tentamos compreender os motivos que levaram essas mulheres/educadoras, a participarem de um projeto de alfabetização, considerado popular e democrático, sendo, todavia, apontado como de grande ameaça para a ordem política e social do Estado ditatorial. Para tanto, empreendemos uma análise compreensiva (KAUFMANN,1996) da fala de cinco mulheres integradas de maneira distinta nesse Projeto de Alfabetização da Prefeitura de Natal, no início dos anos 1960.

Por meio de seus testemunhos, procuramos contextualizar o período⁵ em que se insere a Campanha. As falas relacionadas à educação, à cultura e à conscientização

tese de doutorado de Maria Elizete Guimarães de Carvalho, defendida em 2000, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN e que trata da experiência de Pé no Chão em Ponta Negra.

⁴ Ver trecho do Relatório Veras que se encontra em anexo neste trabalho, p.167.

⁵ Ver anexo sobre os principais acontecimentos do período, p.161-164.

política são veículos para a compreensão do contexto histórico em que se insere o grupo envolvido nesse projeto. Contudo, com relação à integração dessas mulheres no projeto de alfabetização da Prefeitura de Natal, ressaltamos que decorre da trajetória individual de cada uma delas e culmina em uma unidade comum, a educação.

Ouvir e interpretar essas falas significa, para nós, compreendê-las na sua história. E através dessa história, como uma reconstrução individual e do grupo que participava desse projeto, buscamos compreender a rede de relações que circunda a equipe da Prefeitura e, principalmente, que configura e desvela os sentidos do projeto tal como é percebido na atualidade por essas protagonistas. Procuramos perceber de que maneira essas mulheres visualizavam sua prática educativa e como ocorria a participação de cada uma nesse projeto específico. Poderíamos intitular este texto como “o olhar sobre o olhar”, ou seja, o nosso olhar sobre os olhares das mulheres/educadoras em relação a um período curto, porém intenso, de participação política.

Ressaltamos que privilegiar a participação de mulheres como objeto de análise em uma pesquisa científica, proporciona a percepção da presença feminina cada vez maior em diferentes espaços e especialmente no que se refere ao período delimitado desta pesquisa. Neste trabalho, não pretendemos analisar os acontecimentos políticos⁶ e suas repercussões, mas apresentar uma nova versão do período partindo da fala dessas protagonistas.

Assim, abordamos o tema da subversão como uma transgressão da ordem política e social estabelecida pelos militares. Durante esse período, o conceito de subversão foi utilizado abusivamente pelos responsáveis pela repressão. Segundo Arns (1986, p.159), na visão dos representantes da ordem social, política e militar da época

⁶ Acerca dos principais acontecimentos da época, ver: Quadro Cronológico, p.161-165.

“subverter é tentar transformar o que hoje existe, como o regime atual representa a vontade da nação, tentar mudá-lo é, pois, delito. E todo delito merece punição”.

Dessa forma, durante o período de vigência do regime militar efetiva-se uma estrutura de repressão que apresentava objetivos definidos e que passa a investigar e a julgar as ações desenvolvidas no período. Ocorreram cassações, exonerações, aposentadorias e demissões, prisões e torturas para todos os que foram acusados de subverter a ordem. Os reflexos dessa estrutura eram visualizados pelos jornais da época, estavam presentes nas ordens governamentais e registrados nos diários oficiais do governo do Estado, assim como se manifestava nas ações repentinas de policiais que na calada da noite, ou mesmo durante o dia, perseguiram, invadiam residências e prendiam os indivíduos suspeitos ou os que eram delatados por colegas de trabalho, vizinhos ou até mesmo familiares. Destacamos que durante o período da ditadura militar, os processos referentes à subversão aparecem referidos como sendo:

doutrinação comunista, incitação à luta de classe, pregação do ódio entre classes, atos de guerra psicológica adversa e nessa estrutura aparece o leque de atividades artísticas como: aulas, publicações, edição de livros, panfletagens e pichamentos, que foram considerados como agressão a essa nova ordem estabelecida com o regime militar (ARNS,1986, p.159).

As mulheres/educadoras foram consideradas subversivas porque, por meio de suas participações no âmbito da Campanha, pretenderam transformar a realidade local, atrelada ao analfabetismo e à pobreza. A participação dessas mulheres, vinculada a uma conscientização política e à valorização da cultura popular, foi considerada como sendo de forte ameaça à ordem nacional. As ações dessas mulheres estavam em desacordo com a ordem social implantada pelos militares, provocando a investigação e a prisão,

resultando, assim, no enquadramento destas como subversivas, no Estado do Rio Grande do Norte.

Tal fato instigou pesquisadores e, hoje, nos instiga a recompor experiências vividas e acontecimentos que incluem as mulheres nos mais diversos contextos históricos. A presença das mulheres como sujeitos históricos proporciona o surgimento de um novo campo de estudo. Em se tratando da história das mulheres, sejam quais forem os objetos que procuramos selecionar durante a pesquisa, esta será sempre “a história das relações individuais ou coletivas reais e simbólicas com o outro sexo; trata-se de fazer a história dessas relações em todos os níveis, discursos, representações e práticas efetivas” (PERROT,1998, p.177).

Durante as décadas de 1950 e 1960, percebemos com relação ao comportamento feminino, que as revistas “o Cruzeiro, o Jornal das Moças, Querida, Vida Doméstica, Você” (BASSANEZI,2000, p.609), que circulavam naquela época, traziam referências de modelo familiar, papéis definidos, regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Esses mecanismos de comunicação traziam, ao cotidiano da época, assuntos femininos, levando ao encontro do público em geral idéias sobre a diferença sexual predominante nessa sociedade, que influenciavam o comportamento, tanto masculino quanto feminino.

Lembramos que até o início da década de 1960, as atribuições masculinas e femininas eram bem definidas: a moral sexual diferenciada persistia e o trabalho da mulher, cada vez mais comum, cercava-se de preconceito e era considerado como uma atividade inferior à função masculina. Assim, os homens continuavam dominando os espaços públicos e a mulher ficava relegada ao espaço privado dos lares.

Refletir sobre a participação das mulheres como sujeitos históricos é possível pela inclusão dos mais diversos olhares, até mesmo porque o olhar do pesquisador é que determina a seleção de um determinado enfoque e possibilita a reflexão sobre os acontecimentos que circundam essas escolhas. Assim é que as “reflexões sobre o passado demonstram que ele pode ser desvendado a partir de múltiplas questões, motivadas pelo presente” (MATOS,1998, p.68).

Dessa forma, ao historiador cabe o desenvolvimento da atitude de busca, seja com relação aos sentidos percebidos pelos protagonistas, seja pela compreensão dos acontecimentos que se propõe registrar. Essa situação específica, a atuação feminina durante o período de vigência da Campanha, enquadra-se na configuração das relações interpessoais, e estas se apresentam em todos os níveis, porque integram parte de um processo que motiva o envolvimento em um projeto maior, qual seja a inserção na Campanha contra o analfabetismo, a valorização da cultura e a conscientização política.

Na seqüência, apresentamos, em primeiro lugar, o contexto em que essa pesquisa se insere, desenvolvendo, de forma sucinta, um painel sobre a conjuntura do País e especificamente a do Rio Grande do Norte, no início da década de 1960. Em segundo lugar, explicitamos os pressupostos teórico-metodológicos, a estrutura organizativa do texto e, finalmente (tal como ao final de cada parte), a síntese integradora como elo entre todas as partes e item facilitador da leitura.

Democratização e Alfabetização

Tratar da relação entre democratização e alfabetização apresenta um nível de complexidade significativo, seja no âmbito da história da educação contemporânea, seja

no que concerne às intenções declaradas em diferentes momentos da nossa história. Neste trabalho, embora não tenhamos intenção de verticalizar a temática democratização e alfabetização, consideramos importante e como uma provocação necessária, ressaltar as lutas pela alfabetização no início dos anos 1960, como movimentos entusiásticos⁷ porque visualizamos na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, um projeto organizado por um grupo entusiasmado por uma proposta educativa e motivado pela busca de soluções para erradicar o analfabetismo local valorizando a conscientização política e social.

Em nossa compreensão, para uma parte da juventude que protagoniza os movimentos sociais da década de 1960, persistiam os resquícios da euforia desenvolvimentista dos anos 1950. Os discursos políticos que compunham o cenário reforçavam a eclosão de ideais democráticos e participativos, e esse contexto, denominado por alguns historiadores como *Anos Dourados*, tem início com o governo de Juscelino Kubitschek. Um período caracterizado pela ideologia do nacionalismo–desenvolvimentista⁸ e marcado por grandes obras como a construção da cidade de

⁷ Fazemos alusão, ao utilizarmos a palavra “entusiásticos”, ao conceito tal qual é utilizado por Jorge Nagle (1976), que menciona a expressão entusiasmo pela educação como uma necessidade de alfabetizar o povo para participação no sistema democrático de governo.

⁸ Essa ideologia que movimentou as décadas de 1950 e 1960, e foi amplamente utilizada por Juscelino Kubitschek, apresentava as seguintes características: “A estratégia utilizada pelo Presidente em seus discursos e também na tomada de decisões políticas e econômicas. Nacional, porque o Presidente, recuperando o teor dos discursos populistas de Vargas, empenhou-se em apelar para o nacionalismo de todo o povo, apresentando a tarefa de fazer o Brasil progredir como um compromisso de todos, independentemente da posição social, das necessidades de cada grupo. Desenvolvimentista, porque Kubitschek afirmava que o destino do País era o desenvolvimento econômico através da modernização e da expansão do parque industrial, contrariando aqueles que viam o Brasil como um País de vocação agrícola” (BERTOLLI, 2000, p.37).

Brasília, capital do País, e pela prosperidade vivenciada, tanto pela elite quanto pela classe média, refletindo nos hábitos da população brasileira.

A ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista consubstanciada na produção teórica e ideológica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, criado em julho de 1955, pelo Presidente Café Filho, consolidou-se durante as décadas de 1950 e 1960 garantindo a veiculação dos ideários de industrialização e nacionalismo como bases para a prosperidade nacional. Como ressalta (PAIVA,1980, p.189), atrelada a essa ideologia está “o autoritarismo e o elitismo de toda uma classe”.

Os *anos dourados* apresentavam, assim, em sua configuração uma geração que ousava ultrapassar os limites. De um lado, essa geração buscava a liberdade pelo envolvimento e pela participação em projetos de ampla mobilização. Nessa época, “os programas de rádio, o teatro de revista e as chanchadas cinematográficas foram os meios mais populares de comunicação no País” (BASSANEZI,2000, p.608). Por outro lado, delineia-se um contexto de amplas mobilizações políticas e sociais em torno das reformas de base⁹ ansiadas pela população brasileira.

Na luta pela ampliação dos espaços democráticos, parte da juventude procurava a inserção em atividades cujo engajamento despertava a busca pelo conhecimento. Essa busca estava presente em todos os âmbitos, quer sociais ou políticos, quer sexuais ou

⁹ “As reformas constituíam-se em: “Reforma agrária, para distribuir a terra com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo; Reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades; Reforma bancária para criar um sistema voltado para o financiamento das propriedades nacionais; Reforma tributária para deslocar a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo os impostos de renda progressivo; Reforma eleitoral para liberar o voto para os analfabetos; Reforma do estatuto do capital estrangeiro para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior; Reforma universitária para o ensino e a pesquisa se voltarem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais” (REIS,2000, p.24).

existenciais. Dessa forma, o lema *conhecer para se libertar* integrava o cotidiano de uma parte dessa juventude, que coloria com tons diferenciados o período que antecedia a década de 1960.

Assim, foram ampliadas as formas de acesso à informação, haja vista o papel relevante do conhecimento, bem como a possibilidade de ampliação do consumo pela população que se avolumava nos centros urbanos. No tocante ao comportamento, a juventude apresentava uma certa rebeldia, comum aos grupos que compunham a época. Esses jovens questionavam os acontecimentos que os cercavam e se apresentavam bem mais politizados. Em seu cotidiano, participavam de mobilizações, cercados pelas utopias e reivindicações que movimentam o período.

Portanto, nessa época, estar vinculado em algum partido de esquerda ou a um projeto que pudesse proporcionar mobilização e envolvimento significava também a integração num sonho comum a essa juventude: *tentar mudar o mundo*. Uma das grandes inspirações do período eram os movimentos de educação popular que despontavam com grande intensidade na América Latina. Esses movimentos surgiam como alternativas para modificar situações de desigualdades, haja vista o crescimento da população urbana do País, que deixava de ser essencialmente agrário, mas, apesar da condição de semi-industrializado com um parque industrial em expansão, principalmente na região sudeste, persistia os desníveis sociais considerados alarmantes, características comuns do subdesenvolvimento presente em alguns países da América Latina.

O envolvimento nessas atividades de mobilização proporcionava, pois, àquela juventude sonhar com um mundo mais justo e humanizado. Alguns jovens pareciam atravessar um processo de mutação constante e o envolvimento nesse processo traduzia parte de seus anseios. Seguindo a corrente desses movimentos de educação popular,

emergem por todo o País, projetos mobilizadores. Consideramos que os projetos de educação surgem nessa época, resultando da mobilização de parte da população brasileira, que anseia por mudanças. Segundo Góes (1980, p.46), essas mudanças são relacionadas à “participação popular nas decisões políticas, na ampliação das bases eleitorais e à aceitação de que os problemas brasileiros se resolveriam através do aceleramento do processo de desenvolvimento e da mudança social que deveria acompanhá-lo”.

Nessa época os movimentos de educação popular objetivavam proporcionar a conscientização política e social dos setores populares. Assim, usada pela primeira vez intencionalmente e coletivamente a expressão *educação popular* não significou, com rigor, o que veio a traduzir depois dos anos 1960, entretanto, “após a independência dos países da América Latina, houve um esforço de educadores, de outros intelectuais e de políticos em favor de uma educação de caráter democratizante do ensino escolar” (BRANDÃO,1984, p.21).

As lutas pela alfabetização, que tomam conta do cotidiano de grande parte da América Latina, na década de 1960, apresentam-se como reivindicações populares e também vão estar presentes nas propostas de reformas de base no Brasil. Como exemplo, teremos os movimentos de mobilização e os projetos de alfabetização que emergem no bojo desses acontecimentos. Como parte desse processo, surgiu o Projeto de Alfabetização, desenvolvido pela Prefeitura de Natal, na década de 1960, mais precisamente entre 1961 e 1964, durante a gestão do prefeito Djalma Maranhão¹⁰.

¹⁰Djalma Maranhão, caracterizado como candidato popular, iniciou sua campanha eleitoral denominada: “Campanha do tostão contra o milhão e do alistamento de 10 mil eleitores” (Diário de Natal, 30 de abril de 1960).

A elaboração desse projeto consolidou-se por meio de uma surpreendente mobilização popular, fruto da politização de líderes de comunidades da cidade, e da popularidade do novo prefeito nessas comunidades. Surgiu mediante o exemplo dos demais movimentos de educação popular, que povoavam o imaginário de parte dos povos latino-americanos. Também provocou a integração de estudantes e alguns intelectuais, que pretendiam modificar a situação de desigualdade social, bem como diminuir o alto índice de analfabetismo presente no cotidiano dos bairros periféricos da cidade.

Lembramos que discussões acerca da temática da educação eram efetivadas em outros países, tais como as Conferências interamericanas de Ministros de Educação de 1943 e 1956, no Panamá e em Lima. Sendo assim, a Revolução Cubana também desenvolveu uma orientação educativa que visava sanear as condições de pobreza da população. Segundo Góes (1986, p.47), “em 22 de dezembro de 1961, Fidel Castro, utilizando um projeto de alfabetização através de uma cartilha denominada *venceremos*, anuncia na ONU a erradicação do analfabetismo Cubano”.

No início da década de 1960, elos de uma corrente transformadora passam a mobilizar o País. Dentre eles está “o Movimento de Cultura Popular do Recife, com seu livro de Leitura para Adultos, seus desdobramentos no MEB (Movimento de Educação de Base) e no CPC (Centro Popular de Cultura), além da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler” (GÓES,1986, p.48). Esses elos proporcionavam à parte da juventude, buscar informações, promover o conhecimento e procurar transformar algumas realidades.

Amplas discussões ocorriam, revelando possibilidades para que se pudessem efetivar essas transformações. Considerando tal possibilidade, visualizamos esses movimentos de luta pela democratização e pela alfabetização como marcos

transformadores, pois suas existências favoreciam a busca por soluções dos problemas sociais e demonstravam a efervescência política e ideológica que o País vivenciava. Esses movimentos atuavam no mesmo plano político-ideológico, e suas estruturas fundamentavam-se na realidade político-social do país, caracterizada pela desigualdade de oportunidades. Em Natal, uma parcela da juventude também ansiava por mudanças e por transformações. Os jovens que se integravam à equipe da prefeitura para desenvolver este projeto distinguiam-se pelo ativismo, pela ousadia e pelo entusiasmo, características essas oriundas da participação e da discussão realizada em grupo.

Por serem idealizadores, esses jovens conseguiam articular várias ações, ouvindo as reivindicações populares. Tais reivindicações, derivavam das discussões entre lideranças comunitárias e políticos nacionalistas e culminaram nos comitês nacionalistas organizados por ruas e bairros da cidade de Natal durante a campanha eleitoral de Djalma Maranhão, em 1960, para Prefeitura. Esse projeto surgiu no momento em que uma parte da juventude Natalense buscava por novos ideais, e só foi encerrado a partir de 1964, quando eclodiu o golpe de Estado no País.

Lutar Pela Alfabetização

O golpe militar de 1964 redundou no retrocesso das práticas democráticas, bem como no fim das reformas de base, ansiadas e defendidas por lideranças comunitárias, estudantes, sindicalistas, servidores públicos, políticos, além de outras categorias de trabalhadores, em todos os Estados brasileiros:

Esse golpe se consolida numa fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, o interesse dos conglomerados internacionais, de grandes grupos nacionais e empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças

Armadas e que conta com o decisivo apoio dos setores tecnocráticos (GERMANO,2000, p. 21).

As reformas de base se constituíam no reflexo das reivindicações populares e representavam, dentro de um quadro de crise, os anseios por mudanças, pelo crescimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais. Essas situações retratavam a época em que o País vivenciava uma forte crise econômica, caracterizada, segundo (IANNI,1977,p.192), “pela redução do índice de investimentos, pela diminuição da entrada de capital externo, pela queda da taxa de lucro e o agravamento da inflação”.

Esse quadro político-social configurava-se pela continuação da luta dos intelectuais, operários, camponeses e estudantes, apresentando reivindicações em uma sociedade estratificada pela participação econômica, social e cultural, em razão de um crescente processo inflacionário, bem como pela proliferação de greves por todos os Estados brasileiros que compunham esse quadro de crise. Nesse contexto conturbado, os problemas regionais preocupavam a elite brasileira. O Nordeste despertava o interesse, tanto das elites conservadoras e dos militares brasileiros quanto dos observadores americanos¹¹, que se encontravam em um número cada vez maior no País (GASPARI,2002, p.59) .

Esse interesse advinha, tanto da vitória eleitoral de partidos de esquerda na região, quebrando o poderio das oligarquias, quanto da proliferação de movimentos educativos nas capitais nordestinas, como a luta antiimperialista de algumas lideranças

¹¹ Durante o início da década de 1960 e todo o período da ditadura militar, os Estados Unidos enviaram agentes da CIA (Organismo de investigação americano) para monitorar os passos de todos os integrantes de movimentos sociais no País. Ver sobre esta questão em :GERMANO (1989, p.167) ; GASPARI (2002, p. 58-62) ; ARNS (1986, p.61-68).

políticas e a politização dos trabalhadores rurais. Segundo Góes (1999, p.164), a problemática do campo manifestava-se da seguinte forma: “os trabalhadores assalariados, geralmente empregados nas usinas que reivindicavam melhorias trabalhistas; os posseiros, que lutavam para não serem expulsos pelos proprietários das terras e os sitiantes que não dispunham de recursos”.

Os conflitos que se agravam no campo, surgem pela busca de soluções para esses problemas e em consequência das discussões acirradas entre sindicalistas e latifundiários sobre reforma agrária. No âmbito desses conflitos, nascem a Liga Camponesa e os Sindicatos rurais, que passaram a existir como frutos de uma politização dos trabalhadores do campo, bem como em decorrência de sua organização como classe. Segundo Germano (1989, p.29), “A primeira Liga Camponesa surgiu no Engenho Galiléia, em Pernambuco e um dos principais representantes dessa organização era o sindicalista Francisco Julião”.

Já nos centros urbanos, os sindicatos incitavam os trabalhadores a protestarem por melhoria salarial e a buscarem a ampliação dos setores produtivos. Os problemas brasileiros se agravavam, não apenas no setor econômico, mas, também, no setor educacional. O Brasil apresentava-se como uma nação com elevados índices de analfabetismo. Vale mencionar que, “em 1960, 18 milhões de brasileiros deixavam de votar, por serem analfabetos. E apenas 46% das crianças de sete a onze anos estavam matriculadas, eram 4.416.457 crianças matriculadas; no nordeste apenas 940.172” (GÓES, 1980, p.64).

Esses índices, associados à crise no setor econômico e ao clima de efervescência político-ideológico, proporcionam um ambiente favorável ao surgimento de

movimentos de educação popular. Como ressalta o escritor Austragésilo de Athayde,¹² em seu texto *Alfabetização e Progresso*:

O presidente convocou todos os brasileiros para a cruzada contra o analfabetismo. Eis aí um movimento que todos podem e devem incorporar-se sejam quais forem as suas convicções ideológicas e as divergências que os separem. O Brasil figura entre os países mais atrasados do mundo, no que tange aos meios de disseminação do ensino primário. Contam-se por milhões, as crianças em idade escolar que não vão à escola exclusivamente porque não existe escola aonde ir. Progredir é agora rigorosamente sinônimo de alfabetizar.

No interior desses movimentos, a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler definia, como proposta principal, a erradicação do analfabetismo no município de Natal. A importância de uma experiência educativa, nesse contexto específico, é mobilizadora de parte da juventude estudantil. A “Campanha” evidenciava-se, na medida em que provoca a inserção de alguns intelectuais locais e o apoio de outros intelectuais do circuito nacional.

Encontramos no processo de sensibilização da Campanha a afirmação de que ela teria extrapolado seu âmbito, já que, segundo Germano (1989, p.102), “os intelectuais como Adonias Filho e Nelson Werneck Sodr e e outros escreveram artigos no *Diário de Notícias* e no *Semanário do Rio de Janeiro*, fazendo alusão   Campanha de P  no Chão Também se Aprende a Ler”.

O estímulo para transformar um contexto que apresentava uma situa o alarmante de desigualdade social liga-se a um cenário em que prevaleciam altos índices de analfabetismo: “Natal contava com uma popula o de 154.276 habitantes, (segundo o censo de 1960) e tinha mais de 30 mil analfabetos, entre adultos e crianças sem escola” (GERMANO,1989, p.100). Somada ao analfabetismo, havia também a

¹² *Diário de Natal*, 04/01/1963, p.5.

proliferação de comunidades periféricas, oriundas das secas constantes, favorecendo, assim, as migrações do meio rural para os centros urbanos da região.

Essa situação elevava significativamente a população da capital, pois o homem do campo fugia da seca, da fome e dos conflitos pela terra, fruto da ausência de uma reforma agrária, decorrendo, assim, o acirramento das desigualdades sociais, que persistiam, alheias às possíveis soluções do poder público. As dificuldades davam lugar ao desolamento e à acomodação, mas, também, às reivindicações de parte da juventude local. São as questões sociais que motivam a inserção de Djalma Maranhão na disputa pelo pleito eleitoral de 1960 em Natal.

Assim, as desigualdades sociais sumarizadas movimentam as reuniões entre líderes de comunidades e a equipe de articulação política do candidato à Prefeitura de Natal. As reivindicações populares surgem por meio das discussões entre o candidato a prefeito e os representantes de bairros da cidade. Trata-se dos comitês nacionalistas, que, além de apoiarem o candidato, discutem os problemas nacionais, regionais e locais.

Essas reivindicações nortearam a implantação de algumas metas durante a sua nova gestão. Os jornais da época registram uma grande preocupação do novo prefeito com a educação¹³:

[...] A educação é meta n° 1: o problema da educação será a meta da minha administração. Temos a experiência do governo anterior, em que exercemos o cargo de prefeito, quando lançamos a campanha das escolinhas municipais. Hoje temos lições daquela experiência e entre outras realizações caberá ao professor Moacyr de Góes planificar a campanha para o combate ao analfabetismo em Natal, pela qual não mediremos esforços.

¹³ Diário de Natal, 7/12/1960

A preocupação com a educação motivará a organização de um projeto educativo para erradicar o analfabetismo local. As intenções políticas declaradas, a favor da educação, terão manifestações de apoio e de rejeição. As manifestações de apoio à decisão de valorizar a educação, por parte da nova equipe do governo municipal, são visíveis nos jornais locais¹⁴. Dentre elas destacamos o texto Quadrantes, (NEGREIROS, 1961) *Educação é privilégio*:

[...] Já o prefeito Djalma Maranhão se lança à campanha de alfabetização, nas Rocas, eu vi o começo. É um movimento que deverá abranger toda a Natal. Educar o menino pobre, miserável, trazê-lo de pé no chão e braços nus para debaixo de um galpão e ensiná-lo, ir buscá-lo dentro do mangue atrás do morro. O povo, além de só ter língua para reprovar, é meio despercebido de umas tantas coisas. Pensa que governar bem a prefeitura de Natal é calçar ruas, tapar esgotos. O primeiro passo para uma administração se impor é cuidar do problema educacional.

É evidente, porém, que um projeto que visava proporcionar cidadania aos menos favorecidos também recebia uma parcela de rejeição, como verificamos no depoimento de uma das mulheres/educadoras¹⁵: “O que essas pessoas estão querendo fazer, é provocar uma revolução?”^{M:1}. Essa fala demonstra que parte da população de Natal não via com bons olhos a disposição do novo prefeito em administrar a cidade priorizando os bairros periféricos, onde predominava a desigualdade social.

Pelo contexto da época, era uma necessidade erradicar o analfabetismo. Proclamar essa necessidade não significava apenas proporcionar ao indivíduo a sua alfabetização, mas, também, uma oportunidade de alcançar a cidadania, por meio da

¹⁴ Diário de Natal, 12/04/1961, p.4

¹⁵ Lembramos que esta pesquisa efetiva-se a partir da fala de mulheres protagonistas inseridas no contexto da década de 1960. Nesse sentido, ao longo do texto, surgem fragmentos de suas falas.

conscientização política e social. Entendemos que a proposta educacional estabelecida no projeto estava relacionada ao âmbito da política, pois, nesse processo, não havia separação do ato de educar e tornar um indivíduo cidadão. E, de fato, educar constituía um ato político (FREIRE, 1996).

A partir da necessidade de realizar mudanças no contexto local, ocorreu a concretização dessa ação educativa e em razão do desenvolvimento do projeto de alfabetização da Prefeitura, constatamos mudanças significativas. O avanço é percebido por meio dos dados apresentados pela equipe pedagógica da Campanha: “enquanto em novembro de 1960, as escolinhas municipais atendiam a somente 2.974 alunos, em março de 1961, esse número saltou para 5.249 alunos. A partir daí cresceu incessantemente durante o ano, atingindo em outubro um total de 8.120 alunos” (GERMANO, 1989, p.106).

Apesar desse projeto de alfabetização não se propagar durante toda a década de 1960, em seu período de vigência (1961-1964) conseguiu diminuir os índices elevados do analfabetismo local, chegando, inclusive, a levar a proposta pedagógica da Campanha para alguns municípios do Estado do Rio Grande do Norte, haja vista o empenho da Prefeitura em prosseguir na proposta de erradicar o analfabetismo. Além de promover essa melhoria na educação, também proporcionou um resgate das manifestações artísticas locais, como o coco de roda, o pastoril, o boi de reis, o congo, a araruna e tantas outras manifestações populares que haviam caído no esquecimento, dada à falta de incentivo do poder público aos grupos folclóricos e demais núcleos artísticos da cidade.

Os dados sobre a situação do ensino, da frequência e da quantidade de escolas, no Rio Grande do Norte, que foram encontrados durante a pesquisa, demonstram o quanto à estrutura educacional se encontrava em precárias condições de funcionamento.

Também proporcionam um entendimento acerca da decisão do prefeito Djalma Maranhão em escolher a educação como meta de suas ações na cidade de Natal.

Princípios Teórico-Methodológicos

Ao elaborarmos uma pesquisa científica buscamos, inicialmente, identificar um tema, selecionar documentos, dar formas a reflexões e procurar respostas para as inquietações. A trajetória de uma pesquisa resulta na compreensão de todo aquele que entrar em contato com a sua produção. Mas vivenciar essa trajetória não é fácil, porque tal prática envolve questões que concernem à importância da pesquisa e à sua viabilidade, bem como a implicação do pesquisador com o tema selecionado.

A coerência, em um texto científico, ocorre a partir da construção de um sentido, e seguindo várias referências. O percurso de uma pesquisa, como uma experiência de trabalho metódico, deve, por princípio, servir aos outros, Eco (1996,p.5), o que inclui clareza dos princípios e dos procedimentos escolhidos. Neste trabalho, estamos utilizando o conceito de configuração (ELIAS, 2001) definido como padrão mutante e criado pelas mulheres/educadoras, evidenciando, assim, a interdependência no grupo que articulava a Campanha, principalmente no tocante às atividades educativas e culturais.

Ao entrelaçar as falas das cinco mulheres/educadoras, no contexto da época, verificamos que a rede de relações estabelecida dentro da equipe permeia todo o contexto social e local. Essa rede insere-se, portanto, em um momento histórico específico. Compreendemos que no contexto desta pesquisa, “Significa configurar o grupo que trabalhava na Campanha, no âmbito da sociedade local, considerando que o comportamento de muitas pessoas separadas, enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas, tensas, mutáveis” (ELIAS, 2001, p.24).

Essas relações sociais que se desenvolveram no âmbito do projeto de alfabetização da prefeitura apresentam a particularidade da escolha dessa equipe por meio de laços afetivos, assim “os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades” (ELIAS, 1994, p.23).

Nesse contexto, a participação política ocorre vinculada às mais diversas correntes ideológicas que circulavam na época, dentre elas estavam a AP, o PCB, o PC do B, os Socialistas, os Nacionalistas e os Cristãos. Estes grupos, por meio da motivação, do envolvimento e da participação, estavam vinculados aos movimentos educativos, como o MCP- Recife e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal.

Neste trabalho destacamos dois eixos centrais à construção da nossa argumentação. Em primeiro lugar, tratamos do conceito de ideologia no sentido que nos traz Castoriadis (1982, p.21): “um conjunto de idéias referentes a uma realidade, objetivando encobri-la e justificá-la no imaginário, permitindo, pois, às pessoas dizerem uma coisa ou fazerem outra, apresentarem que não são”. Considerar a referência acima como sendo o ponto de apoio para nossas reflexões nos conduz inicialmente à distância entre o “dizer” e o “fazer” e, neste espaço, encontramos os jogos de interesse, os limites pessoais, os acordos dos grupos.

Em tal processo, as mulheres/educadoras, como protagonistas da história constituem-se em defesa ou na contraposição de um conjunto de idéias, valores e normas de conduta com o qual se identifica um determinado grupo social. Assim, por exemplo, as diferentes correntes ideológicas já mencionadas, integraram o projeto de alfabetização de Natal: “participei da Campanha no processo de alfabetização de jovens

e adultos e achei importante esse engajamento, fazíamos isso voluntariamente”^{M:2}. Para os jovens, participar deste projeto não significava uma simples participação, “porque não era apenas alfabetizar, tínhamos toda uma ideologia circundando o trabalho. Conscientizar, esse era o lema, por isso, fazíamos palestras sobre a realidade social do Nordeste”^{M:2}.

O segundo eixo deste trabalho leva-nos à utilização da memória produzida pelo grupo seguindo o movimento de suas memórias, as leituras que elas constroem de sua história pessoal e dos acontecimentos que marcaram suas experiências, entendendo tal memória como uma forma de recordar o já vivido, tendo a Campanha como suporte teórico para lidar com a fala dessas mulheres. Advertimos para o fato de que

O modo de lembrar é individual, tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembrar faz com que fique o que signifique (BOSI, 1994, p.31).

Reconstituir a memória coletiva é um elemento fundamental para a vida social (HALBWACHS, 1990), tanto para a sua permanência e continuidade quanto para sua transformação. Assim, o que a memória realiza é a reinvenção de um passado comum, fornecendo fundamentos para que os homens interpretem o presente, modifiquem ou preservem, e projetem o futuro. Mas, para que essa ação ocorra, faz-se necessário que esse processo se desenvolva num campo sóciopolítico historicamente datado. Lembramos ao leitor que extrair, manipular, interpretar memórias individuais ou coletivas não possibilita apenas contarmos as muitas histórias que fazem parte de uma vida, mas compô-las como um presente que se traz para o futuro.

Para que não ocorra o esquecimento, faz-se necessário buscarmos novas possibilidades de manutenção da memória. E se a memória é história¹⁶ vivida e viva permanece no tempo, renovando-se. Portanto, a história como representação do real refaz-se. A história escrita é pessoal, nela os grupos, com suas construções, emergem possibilitando, assim, uma ampla visibilidade. Nesse sentido, abordamos a prática do historiador, pois ele, situado no presente, buscará no passado o seu objeto.

Entendemos que a função do historiador é sistematizar coisas que muita gente prefere manter distância de suas recordações ou que faz questão de esquecer. No olhar de Hobsbawm (2003), “é vital, para esta função, lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas”. Mas para que o historiador passe a lembrar e ter o compromisso ético com a verdade, faz-se necessário que ele selecione as questões sobre as quais trabalhará; dessa forma, segundo Nunes (1987, p.13), “estará realizando um exercício de poder, cujos limites são dados pelos aspectos, pelo lugar social de onde escreve e pelas práticas institucionais, nas quais está mergulhado”.

Nessa condição, tanto a memória quanto à ideologia mantêm uma estreita e complexa relação. Isso porque percebemos que estas mulheres/educadoras sofreram os efeitos de uma hegemonia da ideologia oficial sobreposta às demais ideologias. Ao priorizarmos as falas dos atores sociais implicados nesse contexto, estamos dando voz às pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela repressão política durante o regime

¹⁶ No que concerne ao estudo da memória, ouçamos o que diz (HALBWACHS,1990, p.80): “já na primeira metade do século, a diferença entre a memória e a história se faz presente: a memória coletiva ou social não pode se confundir com a história. Pelo contrário, a história começa onde a memória social acaba. E a memória social acaba quando não tem mais o suporte de um grupo”.

militar. Essa estratégia, de acordo com (THOMPSON,1993, p.31), “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.

Escolhemos, a partir dos princípios acima definidos, trabalhar com a metodologia da análise compreensiva do discurso (KAUFMANN, 1996), na medida em que se trata de uma metodologia que objetiva a explicação compreensiva do social e baseia-se na palavra oral como elemento central na construção do objeto de estudo. A palavra oral é percebida como um ato concreto do sujeito, elemento chave da realidade social. Partimos do pressuposto de que os homens são produtores ativos dessa realidade.

No âmbito dessa metodologia, a entrevista é considerada um instrumento leve, que possibilita a construção da teoria como algo permanente, constituindo-se em um vai e vem contínuo entre os fatos e as hipóteses, evitando “qualquer norma de procedimento rígida” (MILLS, 1982, p.240). A abordagem compreensiva propõe que o pesquisador se envolva, ou seja, se torne um *artesão intelectual*¹⁷ ao dominar e personalizar seus instrumentos e suas teorias no âmbito da pesquisa.

Dessa forma, tornar-se um *artesão intelectual* implica a dominação dos campos metodológicos e teóricos, permitindo que o objeto se construa pouco a pouco, por meio de uma elaboração teórica que ocorre a partir de hipóteses forjadas no/sobre o campo da pesquisa. Assim, como metodologia, fundamenta-se no Interacionismo Simbólico, na Antropologia e na abordagem sociológica, que tem como principal representante Marx

¹⁷Esta expressão foi criada por Wright Mill, para quem “o artesanato é o centro de si mesmo e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupe. Saber o que experimenta e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual” (MILLS, 1982, p.212).

Weber e que consiste na interpretação e explicação do social, bem como seus efeitos, o ponto de partida para a análise.

De acordo com Silva (2002), o pesquisador deve ser capaz de interpretar e de explicar a partir dos dados recolhidos, nesse sentido a compreensão seria apenas um instrumento, pois o objetivo da sociologia é a explicação do social. A entrevista compreensiva proporciona-nos a interpretação de discursos orais oriundos de um cotidiano inscrito na história, no contexto da ditadura militar, e de suas repercussões, provocadas pelos processos repressivos que levaram à extinção desse movimento pedagógico em Natal. Ressaltamos que, por discurso, entendemos a palavra em movimento, ou seja, uma prática da linguagem. E consideramos que essa palavra, acordando com Hobsbawn (1997,p.17), “muitas vezes fala mais alto que os documentos e, portanto, pode ser caracterizada como testemunha dos fatos”.

Entretanto, o discurso, entendido como prática, oferece as possibilidades de ressignificar o já dito e instituir uma nova forma de compreender e explicar as relações sociais (AMARAL, 1997), considerando que os valores, as idéias, pontos de vista do indivíduo e do grupo se apresentam como mediadores da compreensão da ação social. Partimos do princípio de que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi, significa “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo que representa o esquecimento” (BENJAMIM,1993, p.224).

Nesta pesquisa, entendemos por compreensão o registro de um saber social que é incorporado pelos indivíduos; assim, tanto a compreensão como a explicação não podem configurar-se como pólos separados. O objetivo do pesquisador é a busca pela explicação compreensiva do social, a partir da interpretação das falas, o que coloca a entrevista como um instrumento fundamental para a construção da teoria utilizada no

trabalho. A compreensão das idéias e as realidades que elas representam configuram a busca pela compreensão do social (KAUFMANN apud SILVA, 2002), resultando na construção do objeto de estudo.

No início, estranhamos essa forma de desenvolver uma pesquisa e de tratar o objeto de estudo, pois já estávamos adaptados a uma metodologia pautada pelo não engajamento do pesquisador, pela falta de personalização das questões, objetivando sempre uma conduta e um tratamento específico. Essas estruturas metodológicas, porém não despertava o prazer na realização das entrevistas; era um procedimento mecânico. Procurávamos por algo que possibilitasse um amplo engajamento do pesquisador.

Demoramos a utilizar a entrevista compreensiva, porque, em nossa concepção, já nos encontrávamos com um referencial teórico definido, uma vez que, inicialmente, havíamos decidido utilizar a estrutura metodológica relacionada à história cultural. Temíamos, assim, que essa metodologia prejudicasse o andamento deste trabalho e demoramos a aceitar o novo para orientá-lo, ou seja, empregar em nosso estudo a metodologia compreensiva do discurso. Não obstante, quando passamos a utilizá-la, percebemos alterações significativas no âmbito da pesquisa.

Essas mudanças configuraram-se na riqueza de detalhes e proporcionaram a percepção das pistas, que iam surgindo a partir das interpretações das entrevistas realizadas. Tornou-se também relevante, por meio da riqueza de detalhes, perceber novos caminhos indicados pelas falas. Inicialmente, em nosso projeto de dissertação, pretendíamos realizar estas entrevistas com 8 (oito) mulheres. Essa escolha resultava da presença dessas mulheres nos inquéritos da polícia política do Estado.

Tais inquéritos faziam parte do Relatório Veras ou Manual de Subversão do Rio Grande do Norte¹⁸ que foi publicado em 1964 pelo jornal Diário de Natal, e se encontrava com uma de nossas entrevistadas. Em decorrência da distância, e da decisão de três delas de não participarem, tivemos de entrevistar apenas cinco mulheres/educadoras. Optamos por tratá-las por um código de identificação, para que não fossem expostas suas reais identidades e pudesse de alguma forma causar algum tipo de constrangimento, pois havia uma certa dificuldade por parte de alguma dessas mulheres, em abordar determinados assuntos e até mesmo relembrar alguns acontecimentos que marcaram profundamente suas existências.

Lembramos que a análise compreensiva, pautando-se pela fala dos sujeitos escolhidos durante a pesquisa, nos dá a liberdade de mesclá-la no corpo do texto. Portanto, durante toda a escrita deste trabalho estaremos utilizando desse recurso para tornar clara a importância dessas falas na construção do nosso texto. Assim, sempre que surgir M₁, M₂, M₃, M₄, M₅, as falas de nossas protagonistas estarão em evidência. Apresentamos a seguir o quadro que proporciona a identificação de nossas protagonistas:

¹⁸ Ver em anexo um exemplo de inquérito, p.167.

Protagonistas da Campanha

Nº	Atividade Atual	Atividade na Época	Cargo que Ocupava	Vinculação Partidária	Situação da Entrevista
M1	Aposentada	Funcionária dos Correios	Direção de Documentação e Cultura	Não	Residência local tranqüilo sem interferência
M2	Advogada	Estudante do curso de Direito/ Militante do Movimento Estudantil	Alfabetizadora nos Acampamentos	Partido Comunista	Residência Local Tranqüilo sem interferência
M3	Médica	Movimento Estudantil/ Projetos vinculados à Universidade/ Prefeitura	Grupo de discussões políticas da Campanha / Alfabetização / Atividades relacionadas à Saúde	Partido Comunista	Secretaria de Saúde/ Sala de reuniões sem interferência
M4	Professora	Direção de Escola	Participação das discussões para elaboração Cartilha pedagógica da Campanha	Não	Residência de familiares sem interferência
M5	Professora	Professora especialista em Educação	Diretora do Centro de Formação de Professores	Não	Residência com interferência

A interpretação compreensiva pressupõe a definição de um quadro de amostra que integra a fase exploratória da pesquisa, objetivando a escolha dos informadores, evitando o desequilíbrio e o esquecimento de grandes categorias. Definimos como critérios para o quadro acima exposto os seguintes itens: 1. a atividade atual; 2. atividade da época; 3. cargo que ocupava durante o andamento do projeto; 4. vinculação partidária; 5. o local; 6. situação da entrevista.

As entrevistas foram realizadas por meio de blocos temáticos, caracterizados como *script* ou *roteiro*¹⁹, previamente definidos. Escolhemos um roteiro leve e simples, objetivando desenvolver uma dinâmica de conversação sobre a temática em questão, o que proporcionou um envolvimento entre o entrevistador e o entrevistado. O tom cordial da conversa, o ambiente tranqüilo e favorável, a liberdade de transitar por esse

¹⁹ Ver anexo, p.148.

roteiro ao sabor das recordações que emergiam dessas entrevistas demonstravam claramente nossa implicação com o tema proposto.

Sem nos prendermos à estrutura do roteiro, conseguimos percorrer todas as questões propostas e, para nossa surpresa, outras questões também surgiram, enriquecendo a pesquisa. Como explicitamos anteriormente, o pesquisador, como um *artesão intelectual*, procura compreender e interpretar as falas dos entrevistados, percebendo, ao longo de sua escuta, as idéias e os fatos que se repetem, bem como as suas contradições. As situações recorrentes, os silêncios e as lacunas possibilitam o surgimento das categorias de análise. Em torno dessas categorias, são articulados alguns novos índices; outros que não haviam se confirmado passam a integrar e outros são abandonados.

Estrutura do trabalho

A reconstrução da memória da época, dentro da metodologia escolhida, implicou a elaboração dos planos evolutivos²⁰, instrumentos de organização, guias na interpretação da fala dos sujeitos. Decorreram divisões, subdivisões e modificações a partir da escuta do material adquirido nas entrevistas. Dessa forma, pudemos organizar as amostras, selecionando e moldando o material, de acordo com os nossos objetivos, na interpretação das falas. Surgiram vários planos,²¹ até culminar com a estrutura do sumário utilizado nesta dissertação.

²⁰ O plano se constitui em um processo evolutivo da construção do objeto, a partir de uma questão inicial como guia. E esta ação, implica uma entrada no centro do sujeito.

²¹ Ver os anexos das p.144-160.

O *pesquisador-artesão* constrói seu objeto de estudo indo e vindo pelos sentidos atribuídos pelos sujeitos escolhidos mediante a sua ação social. Diante dessa primeira descoberta, organizamos o seguinte índice: *ser mulher subversiva*, para a sociedade da época, era uma transgressão à ordem social imposta pela ditadura militar. Desenvolvemos, assim, a primeira parte deste trabalho, identificada como a História na História, dividindo-a nos seguintes itens:

1. buscas;
2. “eu”, mulher subversiva;
3. no olhar do outro: ordem e desordem;
4. o preconceito e a violência.

Vivenciar a condição de subversiva era estar em contato direto com o preconceito, o medo e o abandono. As mulheres/educadoras que desempenhavam funções de direção dentro do projeto de alfabetização da prefeitura foram bem mais investigadas do que as mulheres que apenas lecionavam nos acampamentos. Eram mulheres que exerciam cargos de liderança e que, portanto, além de abarcarem responsabilidades, estavam mais expostas diante das suas funções.

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi articulada com objetivos específicos, visando à transformação do quadro político local. Desse modo, as redes de relações se apresentaram como elementos definidores para que os membros da equipe da prefeitura se integrassem nesse projeto. Ter essa afirmação como índice, a partir da interpretação das entrevistas, conduz à segunda parte deste trabalho, que é inserida e contextualizada pelas impressões desses sujeitos, e subdividida nos seguintes tópicos:

1. O local e o global – Neste item, apresentamos aspectos sociais, políticos e econômicos da época;

2. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – Situamos o leitor no contexto histórico escolhido. Descreveremos as atividades da Campanha a partir do depoimento de mulheres/educadoras;
3. Integração em projetos – Mostramos a ampla mobilização da época, e como participavam as mulheres inseridas nesta pesquisa;
4. Vestir a Camisa – Abordamos as participações de cada uma dessas mulheres nas atividades propostas por este projeto de alfabetização.

Nas Considerações Finais, situamos, a partir das falas das mulheres, o sentimento de desolação pelo fim do projeto de alfabetização promovido pela prefeitura de Natal, apontando para as novas buscas e novos olhares que essas mulheres passaram a realizar e que surgiram ao longo desse processo.

SÍNTESE INTEGRADORA

Esta introdução pretendeu oferecer ao leitor um quadro panorâmico do trabalho, já que o nosso tema se inscreve na década de 1960, no âmbito dos acontecimentos que marcaram essa época. Destacamos o objeto de estudo, a Campanha de pé no chão também se aprende a ler, analisado através do olhar de cinco mulheres/educadoras consideradas como subversivas no período da ditadura.

Apresentamos, também, os fundamentos teórico-metodológicos que são utilizados durante a nossa pesquisa. A forma de construção do objeto de estudo, observou a metodologia da análise compreensiva do discurso, sem desconsiderar os

aportes da história e da memória individual e do grupo. Na parte seguinte, abordaremos o item História na História, situando as mulheres, revelando seus sonhos, suas buscas, a interação de cada uma com o projeto com o qual mais se identificaram.

1. PARTE

A “HISTÓRIA” NA HISTÓRIA

1.1. *Buscas*

Pensar e agir em vários setores da vida social, no início dos anos 1960, demonstrava o envolvimento presente na época e identificava parte da juventude, que se caracterizava por apresentar-se a favor do inconformismo, da crítica constante à sociedade de consumo e também pela busca insistente por liberdade de ação e expressão. Esses foram anos também considerados historicamente como um período de

buscas por novos caminhos: “Existia uma geração que pensava e eu me incluía nesse grupo que agia em várias frentes”^{M:2}.

Nesta parte do trabalho, enveredamos pelo caminho da compreensão do processo de busca realizado por cada uma das cinco mulheres/educadoras, tendo como referência à trajetória individual percebida a partir de diferentes cruzamentos de olhares envolvendo a forma como cada uma se percebia, bem como a percepção do olhar do outro sobre as suas atividades. Compreender as buscas das mulheres/educadoras significa concebê-las a partir da unidade que as une qual seja o trabalho educativo, mas, também, a singularidade de suas trajetórias nos seus espaços diferenciados.

Objetivamos nessa parte do texto apresentar as imagens dessas trajetórias diferenciadas e às vezes contraditórias, procurando compreender como cada uma das entrevistadas se percebia: “Eu posso dizer, que vivi tão intensamente a minha vida e que essa intensidade decorria da minha participação”^{M:2}. Essa expressão retrata a vivência de uma época marcada pela mobilização.

O inconformismo se fazia presente como fator que contagiava a juventude e agitava o movimento estudantil pelo despertar para uma conscientização política. Toda essa agitação social sinalizava no sentido de que “o inconformismo, os esquemas comerciais, as imposições dos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo, a recusa de modelos considerados tradicionais, a busca por uma maior liberdade, provocavam tanto a desacomodação, quanto a desalienação” (PAES,1992, p.8).

Essas questões estavam presentes na época e vão contribuir para o desenvolvimento do imaginário social, entendido nesta pesquisa como uma “criação incessante e essencialmente indeterminada, nos âmbitos sociais, históricos e psíquicos de figuras, formas e imagens” (CASTORIADIS,1992,p.13). Emerge, assim, no

imaginário social da população local, a percepção da presença feminina em diferentes espaços, mas com uma unidade comum, a educação.

O projeto de mobilização que priorizava a educação se caracterizava pelo anseio e pela inquietação de parte da juventude entrelaçada pela presença feminina em seus espaços. Essas mulheres buscavam, além do conhecimento, a felicidade, e “agiam como se a vontade correspondesse sempre ao desejo” (VENTURA,1988, p.31). As buscas dessas mulheres partiram de um contexto familiar em um passado de ampliação do conhecimento: “através da orientação de um parente, descobri os clássicos da época”^{M:1} mas também revelador de restrições e da violência familiar: “cresci sabendo atirar, todos que faziam parte da nossa família sabiam”^{M:3}.

As mulheres, de forma geral, vivenciavam o machismo presente no cotidiano, repleto de paternalismo e clientelismo, das relações sociais no Nordeste brasileiro. Destacar os caminhos e as impressões que marcaram cada uma dessas mulheres, revelando a trajetória de inserção de cada uma nesse projeto de educação popular, corresponde à percepção de visualizar a juventude disposta a exigir mudanças que viabilizassem a justiça social e contemplassem os excluídos sociais. Era aceitável, e desejável, ser engajado em partidos políticos, nas agremiações, nos diretórios acadêmicos e no movimento estudantil, como é possível constatar na fala de uma das protagonistas: “A minha vida foi povoada de uma forte intensidade, decorrente da minha inserção no Partido Comunista”^{M:2}.

Essa fala situa o envolvimento e a participação em projetos que viabilizavam a inserção política, a vinculação partidária, bem como a busca constante por conhecimento. A conscientização sobre os problemas sociais, a participação e as discussões desses problemas eram uma constante nos grupos de estudo, tal como revela esse outro pronunciamento: “a minha participação decorria do meu interesse pela

leitura”^{M:4}. Esses grupos formavam-se objetivando o envolvimento de parte da juventude.

Em nome da conscientização social dessa juventude, havia uma expectativa criada em torno dela, aliada à pluralidade de ações empreendidas na época, e que justificavam inúmeras experiências realizadas, como explicita a fala de uma das mulheres/educadoras: “Queríamos participar do processo de transformação do cenário político e social brasileiro com a nossa própria identidade de cristãos”^{M:3} assim compreendemos que os olhares diferenciados sobre o passado, demonstram que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões. Entre elas, as motivadas pelo presente. Percebemos, entretanto, que se a história não recupera o real no passado, pode construir um discurso sobre ele, assim poderá trazer tanto o olhar quanto à própria subjetividade do historiador que tanto recorta quanto narra o passado deixando explícito que o seu domínio é parcial (BRESCIANI, 2001).

A ideologia decorrente dos *anos dourados*, que integrava a essência feminina à maternidade, ao casamento e à dedicação ao lar, contrapunha-se à movimentação estudantil, à inserção partidária e ao envolvimento em projetos sociais. A maternidade, o lar, o privado seriam “marcas prioritárias da feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiam a masculinidade” (BASSANEZI, 2000, p.609).

Visualizamos os conflitos entre os âmbitos público e privado, evidenciando o código moral da época, que era de domínio geral e atrelado ao âmbito público; assim, “significava o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDRT, 1999, p.62). Entretanto, apesar desse código moral e das relações interpessoais, presentes no cotidiano de Natal, percebemos que todos se sentiam aptos a julgar (apesar de tantas articulações e mudanças desse lugar

público²²) a moral sexual e o trabalho que continuaram rígidos. O preconceito era uma constante; e saber do outro, o que ele fazia e como vivia, fazia parte desse cotidiano.

Nesse contexto, no qual a Campanha vai se desenvolver, é que as mulheres/educadoras, (integradas em seus cotidianos e atuantes nas áreas que escolheram, relacionadas à educação e às atividades culturais) vão se inscrever. Durante as entrevistas pudemos perceber que essas mulheres/educadoras possuíam uma unidade identificando-as. Não era apenas por se encontrarem envolvidas com a Campanha, mas também devido ao processo de busca pelo conhecimento que cada uma vivenciava, fruto da mobilização da década de 1960.

A leitura de autores clássicos fazia parte desse processo de busca: “posso garantir que me salvei como mulher através dos livros”^{M:1}. E servia de muleta para a tomada de decisões. Para cada uma dessas mulheres, a palavra tornava-se ação, ou seja, o conhecimento desencadeava a mudança, significava um caminho a seguir. Suas vivências e o cotidiano familiar, também influenciavam nessa busca pelo conhecimento.

Registramos que a importância da leitura, do saber e do envolvimento com a aprendizagem estavam presentes na trajetória das cinco mulheres/educadoras. A seguinte fala possibilita a apreensão de alguns autores que compunham o cenário de 1960: “Enveredei pela leitura de clássicos debruçando-me sobre Platão, Sócrates, Aristóteles, Tolstoi, Dostoievsk, Balzac, Voltaire, Baudelaire, Jean Paul Sartre, porque buscava a minha identidade e o meu amadurecimento”^{M: 1}.

²² É consenso considerar privado, em sentido amplo, o âmbito da chamada sociedade civil: as atitudes, as atividades, as relações, as instituições e formas de organização... Fazem parte do universo privado: a família, o círculo de amizades, as relações amorosas, trabalho, estudo. Em regimes de força, os limites entre as dimensões públicas e privadas são bem mais imprecisos. Sobre público e privado ver: NOVAIS, **História da vida privada no Brasil**, 1998, p. 327.

O livro apresenta-se como um canal que propicia o conhecimento, que possibilita transcender as barreiras do cotidiano; particularmente, para essas mulheres/educadoras, o livro significa uma das fontes para as suas aspirações, provocando mudanças pessoais. Como explicita CHARTIER (1999, p.19), “cada leitor, espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra que recebe”. Da última fala, depreendemos que o conhecimento foi utilizado como forma de libertação da repressão familiar que não permitia que essa mulher/educadora enveredasse pelo caminho da cultura.

Vale ressaltar que, dentro do contexto em que essas mulheres estavam inseridas, a busca pelo conhecimento apresentava-se como uma referência a suas identidades. A atitude de parte das mulheres/educadoras também estava relacionada ao humanismo presente na época, devido a algumas reivindicações que a juventude engajada fazia, como a reformulação do ensino universitário, a valorização da liberdade individual e a crença no poder da razão.

A expressão seguinte revela exatamente essa busca: “Eu era devoradora do humanismo, curti os pensadores e particularmente Marx e Weber, pois fundamentavam a minha conscientização política”^{M: 2}. Para essas mulheres, apreender o conhecimento seria obter um instrumento para a quebra de barreiras, em todos os âmbitos, como se pode constatar na seguinte seqüência: “Eu questionava a tudo e a todos”^{M: 2}. Por outro lado, desvelamos na atitude de buscar a liberdade como um fim, a necessidade de livrarem-se da violência familiar: “Eu buscava o conhecimento para me livrar da violência familiar e mudar a minha realidade”^{M: 3}.

Essas mulheres, ao ampliarem o conhecimento de suas realidades, vão tornar possível esta procura, driblando os preconceitos sociais e familiares e contornando as barreiras postas em suas vidas: “Eu me tornara uma mulher conservadora nas ações e

humanista no raciocínio”^{M:1}. Esse testemunho proporciona uma compreensão acerca da transformação vivenciada por uma das mulheres/educadoras ao se inserir em atividades que proporcionavam prazer, conhecimento e envolvimento.

Muitas vezes, as leituras estavam estreitamente relacionadas as suas práticas educativas, e estas, se configuram através dos autores que mais representavam as abordagens pedagógicas mais utilizadas na época, assim como autores da filosofia clássica. Como afirma uma das mulheres/educadoras: “Na minha formação, as leituras eram ligadas à psicologia behaviorista, como Albert Bandura e na filosofia moral, Jacques Maritain”^{M:5}.

1.2. “Eu” Mulher Subversiva

Nesse item, temos como objetivo apresentar imagens diferenciadas e, às vezes, contraditórias das mulheres/educadoras, buscando compreender como cada uma se percebia como sendo uma ameaça à ordem: “Eu oferecia perigo à segurança nacional”^{M:1}. Nessa frase, uma das mulheres/educadoras se vê como uma ameaça à segurança do País. Em sua concepção, essa significação mobilizava o preconceito e provocava o medo, já que suas ações estariam sendo julgadas o tempo todo.

Exercer o poder implica uma mudança das formas de controle, justificativas ideológicas, imagens e estratégias de dominação; sendo assim, o poder pairava sobre essas mulheres em forma de medo. Lembramos que o poder está bastante relacionado aos jogos de interesses, aos valores sociais, políticos e culturais, que em algum momento tendem a aflorar; às vezes, de maneira sutil esse poder aparece para privilegiar um determinado grupo, outras vezes se propaga, mas seus mecanismos não são percebidos de forma nítida no cotidiano.

A equipe de investigação, instalada no Estado, antes de efetuar as prisões de inúmeros suspeitos havia elaborado um manual de subversão catalogando, a partir de suas práticas, todos que trabalhavam na Campanha, como destaca uma das mulheres/educadoras: “Eu levava uma vida mais ligada ao intelecto, uma vida pacífica e de repente me vejo dentro de uma sala com um homem me rodeando e me questionando”^{M:1}. A afirmação acima introduz uma prática tornada comum no período da repressão militar. Com o retrocesso político, surgiram “as comissões do Exército que prenderam muita gente no início do golpe”^{M:1}.

No caso concreto da ditadura, que se instala no Brasil em 1964, são constituídos, no âmbito da política, formas de controle instaladas para justificar a segurança nacional (AZEVEDO, 1992). Sobre esse fato, uma das mulheres/educadoras relata: “Aquela situação foi cruel, avassaladora, radical e deixou marcas em cada uma de nós”^{M:4}. As arbitrariedades foram uma constante, “os dias foram difíceis de suportar”^{M:5}.

Para explicar a brutalização da política, recorreu-se, sobremaneira, ao que se chamava de doutrina de segurança nacional, ou ideologia de segurança nacional (GASPARI, 2002). E mais uma vez apresentamos a influência negativa do exercício arbitrário do poder, usado por uma determinada classe para conter o avanço dos partidos de esquerda no País. Nesse contexto, diversos atores em cena tentam legitimar-se fazendo com que seu projeto político seja reconhecido como verdadeiro e passível de representar um suposto interesse geral.

Para as mulheres que trabalharam de forma ativa na Campanha, a imagem de perigo retorna de forma sucessiva e diferenciada. Não podemos esquecer que, quaisquer que sejam os objetos tratados, a história das mulheres é a história das relações individuais ou coletivas, reais ou simbólicas com o outro sexo. Tratamos de fazer a história dessas relações, em todos os seus níveis: discursos, representações, práticas

efetivas. “Pensamos na história como decididamente relacional, como aquela que interroga toda a sociedade e que é, na mesma medida, a história dos homens” (PERROT,1998, p.180).

O confronto entre o julgamento do outro e a certeza da integridade pessoal provocava uma intensa luta, como podemos depreender da fala de uma das mulheres/educadoras: “Mas, eu, que sempre tive uma formação religiosa, agora me encontro em uma prisão ?”^{M:1} espantada, por não acreditar que o seu envolvimento em um projeto pudesse trazer como consequência uma prisão e a perseguição. Essa situação provocou uma mudança significativa na vida dos suspeitos de subversão e no cotidiano da cidade. O que se revela neste outro pronunciamento: “Não se pode imaginar o clima de terror que se implantou nesse País. Prisões, invasões, miras de metralhadoras, choro, desespero”^{M:3}.

Nesse novo cotidiano, que teve início em abril de 1964, o desrespeito e a generalização da acusação de subversão agrediam a todos, atesta mais uma educadora: “Eu era protestante, era muito conceituada e achava que não aconteceria nada comigo”^{M:5}. Todos que estavam vinculados ao projeto da prefeitura não escaparam dos aparelhos repressores, não havia como se salvaguardar do perigo da prisão.

Na época, devido ao imaginário social presente no cotidiano das relações e ao resquício preconceituoso da sociedade, acreditava-se que as pessoas que integravam os partidos de esquerda tinham uma integridade duvidosa, e não tinham crenças; muitos eram considerados ateus. Para um País católico, não acreditar em Deus era uma transgressão das normas sociais, uma heresia. Talvez isso explique essa referência da parte de uma das mulheres/educadoras e do próprio Secretário de Educação do Município de Natal, no sentido de dissociar a prática religiosa do trabalho e da militância política: “Eu era católico e participava do Partido Socialista Brasileiro”.

Esse novo espaço de atuação da Igreja Católica, já é anunciado na década anterior, pela transição da teologia da Nova Cristandade, para a Teologia da Libertação, ainda no período governado por Juscelino Kubitscheck. Essa transição, se assim podemos denominar, procurava um certo realinhamento social, haja vista a necessidade de combater o avanço do protestantismo, da maçonaria e das religiões africanas, que ameaçavam o espaço ocupado pela Igreja Católica. Encontramos ainda na percepção de Góes (1996, p.303) que “a Igreja Católica pós-Concílio criava uma linguagem própria e, nos conflitos das relações entre capital e trabalho, buscava firmar o que chamava de doutrina social”.

No início dos anos 1960, amplia-se na América Latina uma *brecha*²³ desordenadora, que se tornou conhecida como *Igreja progressista*, motivada por toda esta efervescência proporcionada pelo período. Segundo Góes (1999, p.124), “o processo de atuação e engajamento na realidade social, a reflexão cristã e a reflexão teológica modificaram-se, e a Igreja pode atuar de forma mais profunda e ativa na vida social”.

Assim, ressaltamos que para compor esse espaço, visualizamos os grupos vinculados aos movimentos sociais que marcaram presença nesse processo de inserção e participação social da Igreja Católica no cenário nacional, dentre os quais destacamos: Ação Católica (AC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrícola Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Independente Católica (JIC).

²³ Para Morin, “a *brecha* se constitui em um espaço aberto no âmago da consciência de si e geralmente se processa quando ocorre o anúncio da perda irremediável da identidade, do ser e do universo”. MORIN, Edgar. **O método III- O conhecimento do conhecimento/1** Publicações Europa-América, Portugal. 1986.p.141.

Neste cenário a criação da AP²⁴ (Ação Popular), um grupo político que nasceu no meio estudantil da Juventude Universitária Católica, articulando-se com intelectuais, operários e camponeses, foi de fundamental importância tanto para o contexto político e social nacional quanto local, pois segundo (GÓES,1996, p.344): “Na JUC não foi mais possível avançar em termos da construção de uma política antiimperialista e revolucionária”. Sendo assim, a juventude inserida nesse processo de transformação busca um caminho de mobilização e participação, como lembra uma das mulheres/educadoras: “Em 1962 optamos por um engajamento político efetivo e criamos a AP cujo programa ambicioso de ação política tinha como base filosófica o ideal histórico”^{M:3}.

A Igreja Católica, durante os anos de 1960, temendo pelo avanço dos partidos de esquerda nos sindicatos e no movimento estudantil, (forças essas representadas pelo comunismo e pelo socialismo) e particularmente motivada pela situação conflituosa no campo, entre os trabalhadores e as elites locais, visualizava nas atividades da Liga Camponesa uma ameaça a seu poderio. Compreendiam que somente uma ampliação de suas atividades, junto às camadas populares, sanaria o avanço comunista. Dessa forma,

²⁴ A AP originou-se na Bahia mas, já vinha sendo gerada desde 1961 na JUC, na prática do Grupão da UNE, na Frente Única com a Juventude Comunista. “Em 1962 em 14 Estados brasileiros já havia compromissos de grupos em fundar um Partido Socialista de núcleo cristão que buscava participar da Revolução brasileira através de uma terceira posição definindo-se como crítica ao “idealismo” e ao “materialismo”. A AP defendia a socialização dos meios de produção e está construindo um futuro Partido Socialista, um socialismo fundado no humanismo. Seu programa de ação política tinha como base filosófica o ideal histórico e portanto o grupo vai optar pela “consciência histórica” que é aquela que “descobre para os homens o sentido de suas tarefas concretas”. Como coordenador foi eleito na Bahia o mineiro Herbert de Souza (O Betinho). No Rio Grande do Norte foi escolhido um colegiado e eleitos para o primeiro mandato: Moacyr de Góes, Geniberto Campos e Francisco Floripes Ginani e em seus quadros estavam (católicos, presbiterianos, batistas) congregavam diversas religiões (GÓES, 1996, P.345-355).

“o objetivo de preservar e fazer crescer seu rebanho ampliou as atividades do Movimento de Natal em duas direções principais: educação de base, através das escolas radiofônicas e do sindicalismo rural” (PAIVA,2000, p.39).

Nesse período, o Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolvido pela Arquidiocese de Natal, alcançou metas que destoavam do pensamento retrógrado da ala conservadora da Igreja Católica. Contudo, a crença religiosa não era condição para se eximir uma pessoa suspeita de subversão. Estar vinculado a algum partido, dito de esquerda, não necessariamente perpassava pela existência ou pela ausência de uma crença religiosa.

A condição de ser cristã e praticante não conseguiu manter em liberdade algumas dessas mulheres que foram marginalizadas pela atuação na Campanha e consideradas de forma geral como pertencentes ao Partido Comunista; para as mulheres/educadoras, que de fato militavam no PC, não seria possível desistir dessa vinculação, mesmo que as levasse ao afastamento de seus familiares e de seus colegas.

“Eu era uma mulher bastante corajosa”^{M:2}. Era necessária muita coragem para enfrentar o preconceito e a discriminação, representados pelas regras sociais impostas e pelos acontecimentos que passavam a ordenar a época. A fala que segue corrobora essa afirmação: “Na universidade, no curso de Direito, somente eu e uma outra colega militávamos no partido comunista”^{M:2}. O fato de uma dessas mulheres/educadoras ter forte atuação nas atividades políticas, educativas e sociais promovidas pela AP que era um grupo vinculado a Igreja Católica também culminou com sua prisão e acusação de ser uma subversiva, como expressa a seguinte fala: “Fui a primeira mulher presa por motivos políticos e eu assumi essa condição de subversiva, eu tinha plena consciência disso porque tínhamos vontade e atitude de nos inserirmos em atividades que motivassem os nossos instintos”^{M:3}.

Apresentamos, neste item, imagens diferenciadas e até mesmo contraditórias de mulheres/educadoras que se viam ora como mulheres ousadas, atuantes, ativas e participativas na sociedade, ora enquanto ameaça à segurança nacional, haja vista o julgamento dos organismos repressores a partir do recrudescimento do regime militar instalado após o golpe de 1964. O Preconceito, o medo e a violência passaram a integrar constantemente o cotidiano dessas mulheres atrelados às imagens diferenciadas que surgiam ao longo de suas trajetórias.

1.2.1. No Olhar do Outro : Ordem e desordem

As mulheres, nas salas de aulas brasileiras, e em outros espaços sociais, conviveram com homens, crianças e outras mulheres, em diferentes e intrincadas relações, nas quais sofreram e exerceram poder. Pensá-las apenas como subjugadas talvez empobreça demasiadamente sua história, uma vez que, mesmo nos momentos e nas situações em que mais se pretendeu silenciá-las e submetê-las, elas engendraram discursos discordantes, construíram resistências e subverteram comportamentos (BASSANEZI, 2000).

Para os militares, qualquer coisa poderia ser um instrumento indicativo de subversão. Nesse sentido, uma das mulheres/educadoras ressalta: “Acusavam-me de oferecer perigo ao País, uma coisa totalmente desmedida”^{M:1}. Para a sociedade como um todo, o perigo para a nação era a ameaça comunista. Assim, ao olharmos o outro, compreendemos esse outro não apenas como os militares (que comandavam a nova ordem), mas, também a família e a sociedade da época e sua visão em relação ao fato de ser mulher e ainda uma mulher “subversiva”.

A simples existência do Partido Comunista no Brasil era uma ameaça à ordem estabelecida: “Fui arrancada da sala de aula por soldados armados”^{M:3}. Os rumos políticos que foram tomados pelo País interferiam na liberdade de expressão e de ação da maioria da população. A ordem militar imposta à sociedade favoreceu uma reação dos que não concordavam com a radicalização. Essa reação foi interpretada como desordem, sendo representada pelos protestos e pelas reivindicações que estavam disseminados na sociedade, perpassando o cotidiano das relações de poder.

A ordem e a desordem correspondem (seja no que se refere aos padrões de comportamentos incorporados pela disciplina social, ou aos comportamentos ditos desviantes) ao indicador oficial do que seja normalidade social. Ressaltamos que se qualquer fenômeno social pode ser apreendido e explicado desde que seja possível e que ocorra no âmbito social, Casal (1996). Assim, estamos entendendo a normalidade como uma ausência de conflitos sociais, ou seja: o cotidiano do País emerso numa aparente estabilidade social e política.

Para conter o avanço das reivindicações populares, a estrutura organizada por meio da ditadura militar organizou uma despolitização das questões presentes na vida social e, para complementar, esta ação promoveu a desmobilização da população brasileira Germano (2000), tendo em vista que para eles a manutenção da ordem política e social perpassava pela desorganização dos movimentos sociais por todo o País.

A compreensão da ordem e da desordem institucionalizadas na década de 1960 advém da nossa percepção sobre o contexto da época e da observação dos atos executados pelos militares, os donos do poder. Medidas foram tomadas no sentido de evitar a formação e a atuação de forças oposicionistas do regime em vigência, pois as normas sociais e políticas, envoltas no período, implicavam verdades tidas como

absolutas Azevedo (1992), e respaldadas por meio de imagens e rituais que sinalizassem para toda a sociedade as fronteiras entre a ordem e a desordem.

Compreendemos que o simbolismo advindo da instalação e consolidação da ditadura, na década de 1960, estava relacionado a toda essa organização em favor da ordem, como aparato de controle social. O contexto dessa década pode ser interpretado por meio da compreensão de que “tudo o que se nos apresenta no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (CASTORIADIS, 1989, p.142).

Assim, por exemplo, os militares, por meio de seus órgãos de repressão espalhados pelo País, souberam adaptar a nova estrutura, apresentando à sociedade os inimigos do Estado, *os comunistas*, aplicando a política do terror, consolidada a favor de uma suposta ordem e do desenvolvimento da nação. Não é por acaso que a idéia de ordem necessária é ligada a um simbólico de uma revolução, representada como uma *Revolução Redentora* que, como tal, se propunha a defesa da ordem excluindo do poder o Presidente João Goulart, apresentando-o como um dos inimigos da democracia.

Esse momento significava uma “verdadeira caça às bruxas”^{M:1}. Corroborando esse pensamento, relembra uma das mulheres/educadoras: “Quando decretaram minha prisão, muitos festejaram porque eu era comunista e isso desagradava a algumas pessoas”^{M:2}. A forma que os militares encontraram para respaldar suas ações de repressão era amedrontar por meio de explicações acerca de situações vividas: “Para eles, o soneto encontrado em minha bolsa aumentava a desconfiança de eu ser subversiva”^{M:1}. Tratava-se do Soneto de Abril, de Ledo Ivo²⁵:

²⁵ Este soneto é de autoria de Ledo Ivo, poeta pertencente à geração dos modernistas de 1945. Nascido em Maceió, em 1924. Fez sua estréia em 1944 com a coletânea de poemas As

Agora que é abril,
e o mar se ausenta
secando-se em si mesmo como um pranto.
O amor que por ti sinto aumenta
Seguindo a trilha do meu espanto.

O soneto provocou questionamentos acerca da relação dessa mulher/educadora com o mundo subversivo e a revolução que estaria por vir. A acusação de subversão fez-se presente, em todos os depoimentos e inquéritos vivenciados pelos presos políticos, inclusive pelas mulheres que foram presas durante o período. Alguns desses registros foram localizados em documentos, como, por exemplo, as fichas do Dops²⁶, encontradas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte. Em todos eles encontramos a acusação de comunismo. Na época, uma mulher que tivesse uma postura de questionar e desafiar tudo que a cercava era enquadrada como transgressora da ordem.

Podemos, então, ter uma idéia de como esse comportamento se verificava por meio da surpresa e do escândalo que se causava ao fazer uma afirmação do tipo: “Me filiei ao Partido Comunista”^{M:2}. Tal revelação chocava; mas não pela ousadia frente ao preconceito social presente naquele momento específico. O fato é que era incomum transgredir os padrões estabelecidos, questionar verdades tidas como absolutas, derrubar o resquício preconceituoso de parte da população brasileira quanto ao avanço da mulher no âmbito público.

imaginações, Ode e Elegia, Acontecimento do Soneto, Ode ao crepúsculo, Cântico, Linguagem,...

Sobre o autor, ver: IVO, Ledo. **A noite misteriosa**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

²⁶ Ver em anexo um exemplo de ficha utilizada pelo DOPS durante o regime militar.

No que concerne ao âmbito privado, destacamos a família, o círculo de amizades, as relações amorosas, o trabalho, e o estudo. Lembramos que na década de 1950 cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, demandando, assim, uma maior escolaridade e a mudança no status social da mulher. Conseqüentemente, essa abertura vai propiciar uma maior liberação dos costumes, e a exposição maior da mulher no espaço público. Nesse contexto específico, quando nos referirmos aos âmbitos público e privado, estamos considerando acerca do público, a chamada sociedade civil, onde estão inseridas as atividades, as relações, as instituições e formas de organização.

Vale ressaltar que em regimes de força, como as ditaduras, essas dimensões do público e do privado são mais imprecisas. Entretanto, a ousadia de uma exposição feminina, no período em questão, provocava atitudes preconceituosas por parte da sociedade, bem como por parte da elite local, e até mesmo de parentes e vizinhos, sendo geralmente percebidas de maneira sutil por quem vivenciava a situação. Nessa época, fluíam sentimentos difíceis de se lidar, como o constrangimento e a rejeição.

“Eu tinha consciência e constrangimento com a rejeição social que me impunham na época”^{M:1}. Esses sentimentos desfaziam as fronteiras entre o real e o irreal, entre as esferas públicas e privadas, como explicita sobre o seu ingresso no trabalho de educadora uma das entrevistadas: “Passei a me expor no âmbito público, apesar dos preconceitos e estigmas de desquitada”^{M:1}. O desafio social se fez presente na atuação de mulheres/educadoras e que também militavam no comunismo, já que a exclusão era utilizada socialmente para os que não se enquadravam aos padrões estabelecidos e, dessa forma, comenta uma das mulheres/educadoras: “A mulher comunista era muito marginalizada na sociedade local”^{M:2}.

A atividade desenvolvida no movimento estudantil e no PC conduz à seguinte afirmação: “Havia preconceito devido a nossa postura; tínhamos uma vida bastante

isolada em relação a outras colegas”^{M:2}. Com essa fala, percebemos o quão preconceituoso era o meio estudantil. Com as ações ousadas, as mulheres/educadoras e militantes eram naturalmente excluídas de um determinado grupo. Portanto, a vinculação partidária de esquerda (e todo o ativismo que suas atividades proporcionavam) era mal vista, como relata uma das mulheres/educadoras: “A sociedade elitista da época via nosso trabalho com preconceito, distância e desconfiança”^{M:2}.

Na seqüência dos acontecimentos, ou seja com a eclosão do golpe militar, em nome da nova ordem política e social, ocorreram implacáveis perseguições a todos os grupos políticos que se colocavam como parte da esquerda, ou contrários ao regime militar em vigor. Os militares trouxeram consigo o recesso do Congresso Nacional, a suspensão do *habeas corpus*, a instituição do Estado de Sítio, o confisco de bens, a cassação de direitos, a censura prévia, a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento.

O País chocou-se com essas ações de manutenção da ordem da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), instrumento de respaldo de toda a estrutura de repressão. Nesse sentido, o Dops foi criado para que contribuísse na reformulação dos conceitos de segurança e desenvolvimento nacional. Esse órgão atuava em todo o território e integrava a estrutura das secretarias de segurança dos Estados.

A partir de sua atuação, variadas reações puderam ser percebidas, tais como a indiferença, o silêncio e as manifestações de rua, estas violentamente repreendidas pela polícia nas principais capitais brasileiras. As ações realizadas pelos organismos da repressão eram guiadas em favor de uma ordem política e social, que homogeneizava todos os jovens participantes de atividades inovadoras mas consideradas como ameaçadoras à ordem do País. Em decorrência da repressão, ressalta uma das

mulheres/educadoras: “Perdemos companheiros e foram-se os sonhos por causa da falta de estrutura desses irresponsáveis”^{M:3}.

Para corroborar esse pensamento, destacamos que as redes de relações entravam em consonância com os interesses pessoais, sendo comum à intriga, seja por colocação partidária, seja pela classe social a que se vinculavam. Na ótica de Elias (2001, p.8), “as relações existentes entre os sujeitos sociais e as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros engendram códigos e comportamentos originais”.

As mulheres/educadoras que vivenciaram essa época costumavam se comportar de maneira diferenciada em relação à imagem de mulher esperada no período. Não obstante, em determinados momentos chegavam a retroceder em suas ousadias ao dar explicações de suas ações a parentes, vizinhos, colegas de trabalho, namorados e maridos, não havendo, pois, uma completa autonomia em suas ações. A seguinte fala revela esse comportamento: “Quando as prisões começaram a ocorrer meu pai rompeu com muita gente, ele era de direita mais me defendia em qualquer situação, para satisfazê-lo fui para o Rio de Janeiro, mas acabei entrando na clandestinidade para acompanhar as atividades do Partido Comunista”^{M:2}.

Consideramos uma sujeição até mesmo uma dependência, no sentido em que essas mulheres buscavam o apoio e a aceitação social. Assim, compreendemos que todas as formas de integração social são relacionadas a seres humanos e se encontram ligados por meio de uma rede de interdependência (ELIAS, 2001), ocorrem por diferentes motivos. Portanto, as práticas dessas mulheres/educadoras, nas funções que desempenhavam, bem como o caráter de cada uma, não condiziam com a acusação que lhes imputavam.

Contudo, a partir do momento em que se tornou evidente a perseguição, a prisão e a condição de ser subversiva, as mulheres que estavam à frente das atividades

pedagógicas da Campanha, que realizavam programas sociais vinculados a Igreja Católica e atividades partidárias relacionadas ao Partido Comunista assim como os homens, sofreram as conseqüências da instalação da repressão. A condição de ser mulher e se encontrar presa era, obviamente, uma situação adversa às suas realidades, uma situação vivenciada por bandidos, transgressores da ordem. Tal situação só podia resultar em sentimento de revolta, como o que se traduz na fala seguinte: “Eu considerava um absurdo a minha prisão”^{M:1}.

Em abril de 1964, o País tomava um novo rumo afastando-se da democracia por um longo período. Essas mulheres foram vítimas de perseguições arbitrárias, motivadas por interesses específicos de manutenção da ordem política e social do Brasil. Os presos políticos foram reprimidos em suas ações e feridos na sua dignidade; era a forma encontrada pelos militares e pela elite política para conter os ideais de liberdade e de desenvolvimento, que contagiaram os estudantes, os políticos de esquerda e os que sonhavam com um mundo melhor.

1.2.2. O Preconceito E A Violência

O preconceito e a violência são instalados em nome da ordem política e social da ditadura. Assim, em nome da preservação da segurança nacional, instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão. Essa estrutura objetivava a repressão preventiva de qualquer atividade considerada suspeita, que se afigurasse como potencialmente perturbadora da ordem (MAGALHÃES, 1997).

As ações que foram realizadas pelos organismos repressores, após o golpe, levaram o medo e o preconceito ao cotidiano, favorecendo o surgimento de um temor generalizado: “Havia um clima de enxergar comunistas em qualquer sombra”^{M:1}. Assim, o medo tornava-se o grande auxiliar desse sistema, fundamentado na prisão e na tortura dos inimigos do Estado. Vale ressaltar que, no período da ditadura, ser comunista representava um perigo perturbador e nocivo, pois ressignificava, para o imaginário da época, um centro de forças malignas, um elemento a que se deveria temer.

Nesse item, delineiam-se diferentes tipos de preconceito, a partir do envolvimento e da emoção, que fizeram parte da trajetória de cada protagonista presente nesta pesquisa. Afinal, tratam-se de mulheres ousadas e desafiadoras, que vivenciaram o preconceito de uma sociedade conservadora e sofreram com o medo da prisão e da tortura, comuns àquela época. Compreendemos o preconceito como uma atitude decorrente de um conceito ou uma opinião tomados sem reflexão e com frequência, presentes nas ações e típicos de determinados grupos sociais.

Eram reflexos de uma época e “a repressão não sabia quem era quem; achavam que todos eram comunistas”^{M:1}. As ações das mulheres/educadoras eram vinculadas a todos os valores que compunham o período. Esses valores se faziam presentes e, portanto, revelavam formas de preconceito assim configuradas: 1. o preconceito em nível ideológico/partidário; 2. o preconceito em relação à mulher que participava ativamente da sociedade.

Em uma sociedade conservadora, a vinculação em partidos de esquerda não era percebida com bons olhos; muitos eram marginalizados, e até mesmo a simples existência do partido comunista era motivo de vigilância exacerbada. O preconceito em nível ideológico/partidário fazia-se presente na medida em que a vinculação a partidos

de esquerda representava um atestado de problemas. “As pessoas nos viraram as costas”^{M:1}, afirma uma das mulheres/educadoras. Compreendemos o quanto essas atitudes marcaram suas vivências, na medida em que nos deparamos com um acentuado sentimento de inferioridade provocado pela rejeição social.

Esse tipo de situação era constante na sociedade Natalense da década de 1960, pois, além de essas mulheres/educadoras oferecerem perigo à segurança nacional, eram, segundo o poder institucionalizado da época, uma ameaça que se fazia presente, mediante a postura de cada uma delas, seja pela condição feminina, no sentido de uma participação ativa na sociedade (como, por exemplo, na participação em alguns setores trabalhistas que não permitiam a inserção de mulheres em seus quadros), seja pelas atitudes ousadas para a época (como a vinculação em partidos políticos de esquerda).

Havia o preconceito em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, pois neste contexto específico do final da década de 1950 e início da década de 1960, mesmo em uma sociedade em mutação as mulheres continuavam restritas ao lar. A violência introjetada em nossa sociedade, e implantada a partir da instalação do regime militar, traduzia-se no medo, adentrando o privado dos lares, alcançando a estrutura familiar, chegando a ultrapassar os limites da razão e da coerência.

Não há dúvidas de que suas ações decorriam do poder institucional para sustentar o ideário de ordem que o contexto exigia. É o que assevera o seguinte pronunciamento: “Através de atitudes insanas, realizaram buscas por toda a minha casa, levaram meus livros, e quando descobriram o tirador de água de pote, pensaram que era uma bomba”. Esse exemplo, ilustrado pelo depoimento do Secretário de Educação Municipal da época, define um pouco a estrutura dos aparelhos repressores e a conturbada história nacional, possibilitando a seguinte percepção: “Quando olhava pelo retrovisor tudo o que havia acontecido, aí me batia um medo”.

Essa percepção acerca do período abarcava os sentimentos circulantes de parte da população. Havia um temor generalizado de falar e de agir, inibindo as atitudes. Em Natal, não era diferente; por causa do preconceito que circundava o partido, seus integrantes eram rotulados de baderneiros, desordeiros e, por isso, excluídos do convívio social em várias camadas da sociedade local. Lembramos que, desde a criação do Partido Comunista, na década de 1920, ideologias contrárias aos grupos dominantes eram mal vistas e caracterizadas como ameaça à ordem nacional.

Minar o avanço do comunismo no País era o objetivo da repressão política e social articulada ao movimento internacional. O imaginário popular da época sugeria que comunistas eram aqueles que “comiam criancinha e estupravam mulheres”^{M:2}. Esse tipo de preconceito maculava a imagem do partido e das pessoas que a ele se vinculavam, consistindo em um estereótipo reproduzido com objetivos definidos pela elite da época.

As pessoas que tivessem ligações com a Campanha e com as atividades do Partido Comunista eram extremamente visadas por esses organismos repressores: “Eles estavam enlouquecidos; começaram a ver subversão em tudo”^{M:1}. Por essa frase, podemos compreender o quão era generalizada a perseguição política no período, já que os militares trabalhavam pela manutenção da ordem política e social. Agiam com desmedida violência e, nesse sentido, “houve bastante terrorismo por parte dos investigadores”^{M:3}.

Esse terrorismo existia como uma forma de fazer falar pela força, pelo temor, pelo constrangimento, inclusive porque a própria “comissão militar era assustadora, devido à imponência da farda e da arma e nos torturavam intelectualmente”^{M:1}. O preconceito em relação à mulher que participava ativamente da sociedade relaciona-se com a participação, no âmbito público, em projetos mobilizadores e por meio da

vinculação em partidos, provocava momentos de repulsa, solidão e desespero, a ponto de se afirmar que “era um viver constante de emoções, medo e insegurança”^{M:1}.

Esses sentimentos eram verificados em momentos diferenciados, pois essas mulheres/educadoras não saberiam o que poderia vir a ocorrer com suas vidas. Para qualquer ser humano, era constrangedora a situação de uma prisão, e mais ainda em uma sociedade preconceituosa. Como menciona a seguinte fala: “nos estigmatizaram sem que a gente soubesse realmente o que era subversão”^{M:1}.

Em Natal, “ao todo foram presas e fichadas 4 (quatro) mulheres no 16° R. I”^{M:4}. Pela primeira vez em sua história, um quartel abriga em uma prisão mulheres que foram acusadas de pôr em risco a segurança da família e da propriedade privada. Sendo um quartel²⁷, o 16° R.I não estava adaptado para abrigar presos políticos, como verificamos na seguinte fala: “Ficamos em um quarto com banheiro, e durante 35 dias dividimos o desespero, a força, a solidariedade, o medo e a solidão”^{M:1}.

Como esclarecer uma situação tão adversa à família e à sociedade, os motivos que levaram a essa prisão? Como esclarecer uma situação tão cruel? A prisão dessas mulheres/educadoras foi motivada pela participação no movimento de educação popular, promovido pela prefeitura, e pela participação de duas delas em atividades do Partido Comunista e na AP, grupo ligado a Igreja Católica. Mas, as atividades educativas desempenhadas durante a Campanha não se configuravam como ilícitas. Era o que acreditavam algumas dessas mulheres/educadoras: “Fiquei muito espantada, eu não esperava ser presa, não pela minha atividade no Centro de Formação de Professores”^{M:5}.

²⁷ Não somente o 16° R. I. mas a Base Almirante Ary Parreiras e a Base Aérea de Parnamirim abrigaram a maioria dos presos políticos do Estado. Nesses locais ocorreram muitas torturas.

Lembramos que as mulheres que desempenhavam funções importantes de direção dentro do projeto de alfabetização da prefeitura, especificamente tanto no Centro de Formação de Professores quanto na Diretoria de Documentação e Cultura, foram bem mais investigadas do que as mulheres que apenas lecionavam nos acampamentos da Campanha. E isto ocorria devido à concentração de responsabilidades dessas mulheres para com o projeto.

Como um efeito dominó, ações foram desenvolvidas no sentido de proporcionar uma sensação de ordem, decorrente da repressão que se fazia presente no período. Para os investigadores, todos eram suspeitos e “a missão desses policiais era amedrontar a todos”^{M:1}. Devido à acusação de praticar atividades vinculadas ao comunismo, prisões começaram a ocorrer no Estado, após o golpe de Estado de 1964. A prisão motivada por questões políticas desestruturou essas mulheres/educadoras, pela ausência de liberdade e pelos julgamentos a que foram impostas naquela época.

Era uma forma vil de os militares acabarem com a força de seus oponentes e com projetos que eram desenvolvidos na época. Desabafa uma das mulheres/educadoras entrevistadas: “Foi terrível o momento da minha prisão”^{M:4}. A ausência de vinculação a partidos de esquerda não impediu que algumas dessas mulheres/educadoras fossem enquadradas pelos aparelhos de repressão como subversivas e, devido a essa acusação, durante muito tempo, “eu me senti intimidada”^{M:1}.

Ocorreram torturas físicas e psicológicas, mortes, desaparecimentos, banimentos, exílios e a destruição de toda a estrutura democrática do País. “Estávamos preocupados com o destino de estudantes, professores e intelectuais que desafiavam o sistema político, econômico e social e que estavam sujeitos à detenção sumária e à tortura” (ARNS, 1985, p.15). Qualquer pessoa que divergisse da postura assumida na

época, caracterizada como de direita conservadora, seria punida, como reforça o seguinte depoimento: “Fiquei presa 35 dias e respondi a dois processos”^{M: 1}.

Muita investigação ocorreu durante todo o regime militar no Estado do Rio Grande do Norte. O medo e a violência também estiveram presentes e silenciaram a voz dos protagonistas desta história. A repressão impedia a propagação dos ideais democráticos e participativos, fazendo adormecer os sonhos de parte de uma juventude caracterizada por sua ousadia e, que ansiava por um mundo mais justo e mais humanizado.

Síntese Integradora

Diversos atores em cena buscam legitimar-se, fazendo com que seu projeto político seja reconhecido como verdadeiro e passível de representar um suposto interesse geral. Para as mulheres que trabalharam de forma ativa na Campanha, a imagem de perigo retornava de forma sucessiva e diferenciada.

Vivenciar a condição de subversiva era estar em contato direto com o preconceito, o medo e o abandono. As mulheres que desempenhavam funções de direção, tanto no Centro de Formação de Professores quanto na Diretoria de Documentação e Cultura, dentro do projeto de alfabetização da prefeitura, foram mais investigadas do que as mulheres que apenas lecionavam nos acampamentos.

Ao afirmarmos que teria ocorrido uma investigação mais detalhada para as principais lideranças e diretoras de secretarias específicas, apoiamo-nos na presença de

detalhes de seu cotidiano no Relatório Veras²⁸ e até mesmo nas falas dessas mulheres sobre as prisões e interrogatórios. Eram mulheres que exerciam cargos de confiança e ao se colocarem à frente de secretarias, interagindo com a população, estavam realizando tarefas que exigiam bastante responsabilidade.

Nesta parte do trabalho, tivemos a intenção de conduzir o leitor pelo olhar do sujeito sobre si, revendo suas buscas e a auto-imagem elaborada à época. Na seqüência deste capítulo o olhar se desloca para *o olhar do outro*, que avisa, não aceita e repudia diante do preconceito, da violência e do medo. As mulheres encontram-se em face de uma sociedade conservadora e clientelista.

Na parte que segue, estaremos apresentando a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, através do olhar de cada uma das cinco mulheres, contextualizando, assim, o período em que este projeto de alfabetização se insere e apresentando detalhes mais específicos por meio do depoimento dessas mulheres que participaram de todo o processo de organização de suas atividades educativas.

²⁸ Ver em anexo p.167.



2. PARTE

**NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE
APRENDE A LER.**

2.1. O LOCAL E O GLOBAL

“Em nosso Estado havia, de um lado, as oligarquias conservadoras representadas por Dinarte Mariz e Aluizio Alves”^{M:2} como lembra uma das mulheres/educadoras entrevistadas. Com essa frase, introduzimos a relação entre o *local e o global*, destacando o fato de que, durante o século XX, (variando os níveis de intensidade) o Brasil apresentava, em sua configuração, um tempo em que na política local predominavam no mais das vezes alternância de poder a partir de grupos oligárquicos²⁹, ou seja, o País era governado por civis e grandes latifundiários.

Procuramos introduzir nesta parte do trabalho, aspectos acerca do contexto global e local, os quais favoreceram, na década de 1960, o surgimento de acontecimentos relevantes para a história do Brasil e, particularmente, para a história do Rio Grande do Norte. Esses acontecimentos tiveram reflexo também no âmbito da educação local, com a inserção de Natal no circuito dos movimentos de educação popular da década de 1960, por meio da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

O Brasil, durante a década de 1960, vivenciava um período marcado por rebeldias, pela contestação e também pela repressão política e social (PAES, 1992). “Era um período de grande ebulição política e cultural”^{M:2}, o que provocava em parte da juventude da época atitudes ousadas. Dessa forma, a década de 1960 “trouxe marcos

²⁹ Lembramos que oligarquia se configura como governo de poucas pessoas com objetivos comuns. Nesse sentido, essas oligarquias serão de “base familiar e em geral, detêm as propriedades da terra, da enxada, de organizações agro-industriais, do comércio monopolista e dos currais eleitorais” (GÓES, 2004).

de transformações constantes para a vida dos brasileiros”^{M:3}. Essas afirmações representam o senso comum quando tratamos do período, e introduzem nossa tentativa de situar o leitor nas relações entre o local, a realidade da educação e da política do Estado, a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, e o global, caracterizado, como explica uma das entrevistadas, pela “nova etapa imperialista dos americanos”^{M:4}.

No contexto global, vivíamos a *guerra fria*; contudo, as idéias socialistas ou comunistas, na América Latina, encontram canais de entrada por meio dessa *brecha*, configurada por novas idéias que estavam ligadas a um padrão preciso e conseqüente do pós-guerra. Esse novo contexto, que surgiu no final da Segunda Guerra Mundial, passou a ditar as regras políticas, sociais e econômicas em todos os continentes.

Essa divisão política e econômica, caracterizada pela dominação de dois blocos antagônicos, (pois temos, de um lado, o Capitalismo, representado pelos Estados Unidos da América, e, de outro, o Socialismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) passa a ditar as regras da nova ordem mundial. Em Natal, nessa época, “havia um forte imperialismo americano”^{M:2}, que influenciava os processos políticos e econômicos por meio de alianças e conchavos. A sociedade “temia o perigo das organizações e da articulação de uma insurreição comunista”^{M:2}.

O Partido Comunista “era visto como a única organização capaz de conduzir a classe operária à revolução” (GÓES,1999, p.72). Consideravam-no a única tábua de salvação, segundo a classe trabalhadora da época, para os problemas sociais que o País enfrentava. Dessa forma, instala-se o preconceito e a perseguição contra as atividades de militantes do Partido Comunista e da AP, destacando-os como uma ameaça à ordem.

O imaginário social, construído pela Igreja Católica na sua vertente conservadora e pela classe média, representada pelos partidos de direita, enxergava o comunista como um indivíduo perigoso que precisava de controle para manter-se em

sociedade. A ebulição cultural e social da década de 1960 quebra a unidade tanto do contexto local quanto do contexto global, fechados a determinadas idéias. Nesse sentido, “em 1960, não havia apenas uma proposta, mas uma variedade de correntes políticas”^{M:2}, explica uma das mulheres/educadoras.

Dentre elas, destacamos as políticas partidárias socialistas e comunistas (PCB, PC do B, os Trotskistas), o MEB, a AP, o MCP (movimentos de educação) e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Tais ideários políticos objetivavam a melhoria da situação social encontrada no país e a promoção da conscientização política. Esse fervilhar de ideologias era uma realidade para a época e provocava a inserção de parte da juventude em diferentes projetos de mobilização.

O poderio das oligarquias, fundamentado pelas manipulações do clientelismo e do apadrinhamento político de famílias influentes, era (e ainda é) muito forte no Estado do Rio Grande do Norte. Assim, “no cenário político local, os únicos grupos que seguiam um percurso distinto dos tradicionais eram os *comunistas* e os *cafeístas*”^{M:2}. O primeiro, tendo como vertente principal o internacionalismo proletário, ganhou visibilidade em decorrência da sua integração no Movimento de 1935, com ampla participação do Rio Grande do Norte nesse processo de tentativa de tomada do poder e no final da Segunda Guerra Mundial quando a União Soviética passa a fazer parte do cenário mundial como a segunda maior potência do mundo.

“Os integrantes do segundo grupo não mantinham vínculos políticos com as oligarquias representadas pela figura dominante de Dinarte Mariz e pela influência de famílias como os Bezerras e os Medeiros dentre outros,”^{M:2} representavam as lutas populares contra as oligarquias locais e este grupo se denominava assim devido à liderança de Café Filho, representante político Potiguar de renome nacional.

No tocante à participação da Igreja Católica, no cenário agitado da década de 1960, observamos que, na tentativa de solucionar as questões sociais e por temer o avanço de idéias socialistas, a sua maior inserção ocorre na década de 1950 e na primeira metade da década de 1960. Entretanto, já “nos primeiros anos do século XX, a Igreja Católica³⁰ procurava uma reordenação frente ao Estado oligárquico, embora sua história na América Latina se confunda com a conquista e colonização Ibéricas” (GÓES,1999, p.23) .

No Estado, o representante maior desse novo momento é Dom Eugênio Sales, que vai estimular o *Movimento de Natal*. Para uma das mulheres/educadoras, “em nosso Estado, a Igreja Católica era considerada, em parte, bastante atrasada e, na Paraíba, se confrontava com a direita; havia participação de padre nas comunidades eclesiais de base com ativa participação da juventude”^{M:2}. Destoando desse cenário o grupo da AP se consolida, chegando a agrupar diferentes religiões objetivando no âmbito da Campanha a erradicação do analfabetismo, a valorização da cultura popular, o combate à alienação e a conscientização.

Nesse sentido, podemos destacar uma preocupação da Igreja Católica com a politização presente no meio rural na Paraíba. “A Igreja queria espaço e, para não perder o que ainda tinha, vai se inserir no sindicalismo rural”^{M:2}. “Esse quadro conjuntural, aliado ao crescimento do ideário comunista, tanto ao nível internacional, como nacional,

³⁰ Portanto, vai ocorrer uma interferência católica no campo, por meio de algumas associações como: FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte), FETARN (Federação Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Norte), FFPT (Federação dos Pequenos Proprietários Rurais), FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos) , o MEB (Movimento de Educação de Base), o SAR (Serviço de Assistência Rural), o JAC (Juventude Agrária Católica). Lembramos que essas instituições políticas de evangelização criam 66 sindicatos rurais no Estado (GÓES, 2004).

preocupou não só a burguesia, mas, também, a Igreja” (PAIVA,2000, p.17). O clima vivenciado era o da acomodação política, já que aqui dominava a elite agrária. E essa dominação vai perdurar até o período eleitoral de 1960.

No tocante ao processo eleitoral do Estado, a campanha política foi intensa e culminou com a vitória expressiva de Aluízio Alves para Governador do Rio Grande do Norte e, para Prefeito de Natal, “Djalma Maranhão, um antigo militante do Cafeísmo, representando a força política emergente da esquerda nacionalista”^{M:1}. Reinava no Estado um período de forte conotação agrária, no qual os coronéis exibiam notável poder local. As relações de poder ocorriam envoltas pelo paternalismo e pelo clientelismo, já que as trocas de favores eram uma constante nessas relações.

Aluízio Alves, principal opositor de Dinarte Mariz, representa (no quadro da época), o desenvolvimento e a modernização. Apesar de estar vinculado à oligarquia dominante de José Augusto e Dinarte Mariz, não fora escolhido pela UDN para disputar o pleito eleitoral de 1960. Ocorre então, um rompimento político que vai proporcionar a união da coligação *cruzada da esperança*. “As urnas apresentaram os seguintes resultados: Aluízio Alves, candidato da oposição, com 121.076, votos e Djalma Maranhão, que obteve 66% dos votos para prefeito” (GERMANO,1989, p.51).

Assim, em 1960, a cidade teria um prefeito eleito pelo voto popular, com um amplo apoio e “considerado um político nacionalista”^{M:3}, após uma conturbada campanha eleitoral em que as oligarquias locais disputavam o poder estadual. Entretanto, o novo governador, que mesmo tendo sido eleito em um pleito popular, direcionou suas ações mediante o interesse das elites e através da repressão de manifestações coletivas, como ressalta uma das mulheres/educadoras: “Aluízio administrava o Estado fortificado pela Aliança para o Progresso em parceria com os americanos”^{M:1}.

Lembramos que o novo governador, Aluizio Alves, vai conseguir recursos da Aliança para o Progresso apoiando e representando no Nordeste o imperialismo norte-americano. De fato, sua eleição representou o conservadorismo e o clientelismo presente na região. Mas, não podemos deixar de nos referir à situação política e social da América Latina que era bastante conflituosa, sendo esses conflitos decorrentes dos problemas sociais, já que, parte dos países componentes desse continente eram considerados subdesenvolvidos e vivenciavam, por exemplo, dívidas externas elevadas, como também uma certa apreensão, principalmente por parte dos Estados Unidos, sobretudo devido à influência dos ideais da Revolução Cubana, tanto para as classes trabalhadoras quanto para os representantes de partidos de esquerda desses países.

Para os Estados Unidos, significava um mau exemplo de subversão da ordem política e social no continente. E para resguardar a América Latina, foram criados mecanismos de controle dessa ordem. Dessa forma, os americanos tomam a iniciativa de criar o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), objetivando a proteção territorial e financeira do continente.

A atividade da Aliança para o Progresso³¹ consolidou-se em algumas regiões do País. Na região Nordeste, o Estado do Rio Grande do Norte foi escolhido para receber a ajuda maciça desse comitê. Após um encontro entre o governador Aluizio Alves e o presidente Kennedy, em 31 de julho de 1962, a Aliança para o Progresso disponibilizava vinte milhões de dólares para o plano de desenvolvimento social do Rio

³¹“O convênio assegurou ao Estado um empréstimo de 3 bilhões de cruzeiros para ser aplicado em escolas. Compreende-se a importância da ajuda financeira do programa político do presidente Kennedy para neutralizar a importância da Revolução Cubana e o clima político considerado pré-revolucionário” (GÓES, 1999 , p.166) .

Grande do Norte³². Essa ajuda ocorreu devido ao contato entre o presidente dos Estados Unidos e o governador Aluizio Alves.

Os americanos enxergavam o governador como um verdadeiro representante da democracia no Nordeste, pronto para combater a liderança de Miguel Arraes, governador de Pernambuco. A administração do Estado, fortificada pelo programa da Aliança para o Progresso, provocava revolta nos movimentos estudantis e sindicalistas, bem como em outros setores da esquerda potiguar. O governador do Estado “era um político que representava a elite conservadora, apesar de apresentar características populistas”^{M: 2}. No sentido contrário, “o prefeito combatia violentamente a ingerência americana, que, na época, era representada pela guerra fria”^{M: 2}. Tanto Aluizio Alves, quanto Djalma Maranhão participaram de uma aliança³³ entre conservadores e liberais. Essa aliança, em plena campanha eleitoral, decorria de “um movimento político que era reflexo do contexto nacional”^{M: 3}.

Em dois Estados nordestinos (Rio Grande do Norte e Pernambuco), “candidatos contra os representantes do partido da *situação*, conservadores, porém *modernizadores*, venciam as eleições para a governança do Estado, candidatos de esquerda eram eleitos prefeitos dessas capitais” (PAIVA,1980, p.21). Um acordo momentâneo ajudou a eleger Aluizio Alves e Djalma Maranhão, mas seus rumos políticos foram outros. Ao receber o apoio americano, o governador perdeu o apoio do prefeito, já que este possuía uma postura nacionalista, com clara oposição ao imperialismo americano.

³² Diário de Natal, 31 de julho de 1962, p.6.

³³ Participaram desta aliança: o PSD (Partido Social Democrata), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PRP (Partido de Representação Popular), o PTN (Partido Trabalhista Nacional) e dissidentes da UDN (União Democrática Nacional) .

A postura radical de Djalma Maranhão era visualizada sobretudo com relação à sua administração municipal, realizada sem apoio do governo estadual, com poucos recursos, gerenciando a cidade com muitas dificuldades. O governador utilizava seu poder e agia com autoritarismo e intolerância, principalmente com as manifestações de sindicalistas e estudantes. A fala de uma das mulheres/educadoras corrobora o pensamento que provocava manifestações da juventude daquela época, contrárias a essa política: “Nós achávamos que o país não deveria se desenvolver sob a tutela do governo americano”^{M:2}.

Esses acontecimentos, somados ao crescimento urbano, à criação da universidade, à atuação mais intensa do movimento estudantil, e de parte da Igreja Católica, iam desencadeando a mobilização de parte da juventude local. O contexto permitia ainda que esses jovens visualizassem, nas manifestações, nos projetos de desenvolvimento nacional e até mesmo local, uma tentativa de protesto e subversão à ordem imposta.

A Natal da década de 1960 era uma cidade pequena, de “aproximadamente 154.276 habitantes, segundo o Censo de 1960” (GERMANO,1989,p.20), “uma província, onde todos se conheciam”^{M:1}. A cidade apresentava desníveis sociais elevados, e esses desníveis eram representados por índices numéricos alarmantes, relacionados ao analfabetismo. “O analfabetismo era bastante elevado na época”^{M:5}. Essa frase define o quadro da educação local, que “apresentava cerca de 60.254 analfabetos” (GERMANO,1989, p.100). Em abril de 1961, o prefeito publica a seguinte nota no jornal Diário de Natal:

Há momentos decisivos, na vida dos povos, em que a história marca suas encruzilhadas. Acreditamos que o povo brasileiro vive um desses momentos. Em sua luta contra o subdesenvolvimento, ele precisa se erguer do solo, ganhar a sua independência de ação. E só poderá fazer isso se for alfabetizado, se tiver educação mínima que o faça afirmativo na sociedade.

Acreditamos que chegamos nessa encruzilhada: ou o povo se alfabetiza ou se escraviza.

Esses desníveis sociais proporcionam a compreensão e a “inserção do analfabetismo como prioridade na gestão da prefeitura no início da década de 1960”^{M:5}. Para mudar a realidade escolar, vivenciada pela população que se avolumava em bairros periféricos, o novo prefeito propunha mobilizar a população contra a situação precária que o município enfrentava. E, desta forma, são organizados os acampamentos a partir das demandas dos comitês nacionalistas instalados nos bairros da cidade do Natal. Assim, a Campanha “transformou em pouco tempo os quadros alarmantes de analfabetismo existentes em Natal na época”^{M:2}.

2.2. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

A Campanha de pé no Chão Também se Aprende a Ler constitui-se em “um projeto audacioso para erradicar o analfabetismo local”^{M: 2} e, como tal, se colocaria como um marco para a educação potiguar. Em verdade, os movimentos de educação popular do período eram vistos como “expressão de tomada de consciência generalizada da sociedade brasileira, no processo de emancipação de sua herança colonial e de transformação numa nação independente” (SCHELLING, 1990, p. 241).

Até 1960, mais da metade da população brasileira residia no meio rural, inserida em regimes de produção familiar, ou assalariados informais. De fato, o que ocorreu em Natal, foi o crescimento da população urbana, que começou a ultrapassar a população rural, pois o País passou a contar com um parque industrial diferenciado e produtivo.

Ainda em maio de 1960, acerca dos clamores por mudanças na educação, aconteceu a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública.

O Rio Grande do Norte também manifesta seu desejo de transformar a educação. Essas manifestações locais deram-se em forma de seminários³⁴, cujo objetivo consistia em discutir a realidade do ensino no País e provocar o engajamento da juventude local. Paralelamente a essas discussões específicas, relacionadas à educação, os seminários³⁵ ocorriam patrocinados pela prefeitura, objetivando realizar um levantamento das realidades educacional e cultural da cidade. Para essas atividades de mobilização, utilizavam o diálogo, a experiência política de alguns membros da equipe e bastante criatividade.

A origem da Campanha advém dos “comitês de bairro e das prioridades postas em discussão, nesse espaço, surge então a educação”^{M:5}. Sua proposta, origina-se de uma ampla discussão de sindicalistas, líderes comunitários, já que, “em Natal, as entidades de classe e os sindicatos eram muito organizados”^{M:1}. Decorrente das discussões e, idealizada a partir das reivindicações populares a educação se consolida como referência para as primeiras ações desenvolvidas pela Prefeitura de Natal.

³⁴ “O Seminário Estadual de Reforma Universitária, vai ocorrer em 15 de maio de 1961, antecedendo o I Seminário Nacional que aconteceria em Salvador, em maio do mesmo ano. Já o II Seminário Estadual é realizado em maio de 1962, antecedendo o Seminário Nacional que ocorreria no Paraná” (SILVA, 1989, p.112). “O Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do município de Natal foi uma iniciativa cultural da Diretoria de ensino, no ano de 1961” (GÓES, 1980, p.92).

³⁵ “Tem prosseguimento hoje o I Seminário de Educação com uma regular assistência, organizado pela secretaria de Educação da prefeitura. O conferencista da noite foi o historiador Luís da Câmara Cascudo, que abordou o tema: “Educação e Região” Diário de Natal, 07/março/1961.

Essa discussão para tentar solucionar a problemática da educação partiu de um impasse entre a prefeitura e os comitês, como explicita o Secretário de Educação Moacyr de Góes: “Eu já tripliquei as escolinhas das Rocas, mas não estou podendo fazer mais porque não tenho dinheiro”. Dessa forma, surge a proposta advinda da simplicidade popular, traduzida na intenção do fazer: “faça a escola de palha e barro batido, sem parede, nas Rocas de cima aonde ia se construir um cemitério”, como explicita o Secretário de Educação. Assim, surgiram os primeiros acampamentos. As fotos que ilustram esta parte do trabalho indicam a construção do primeiro acampamento das Rocas.

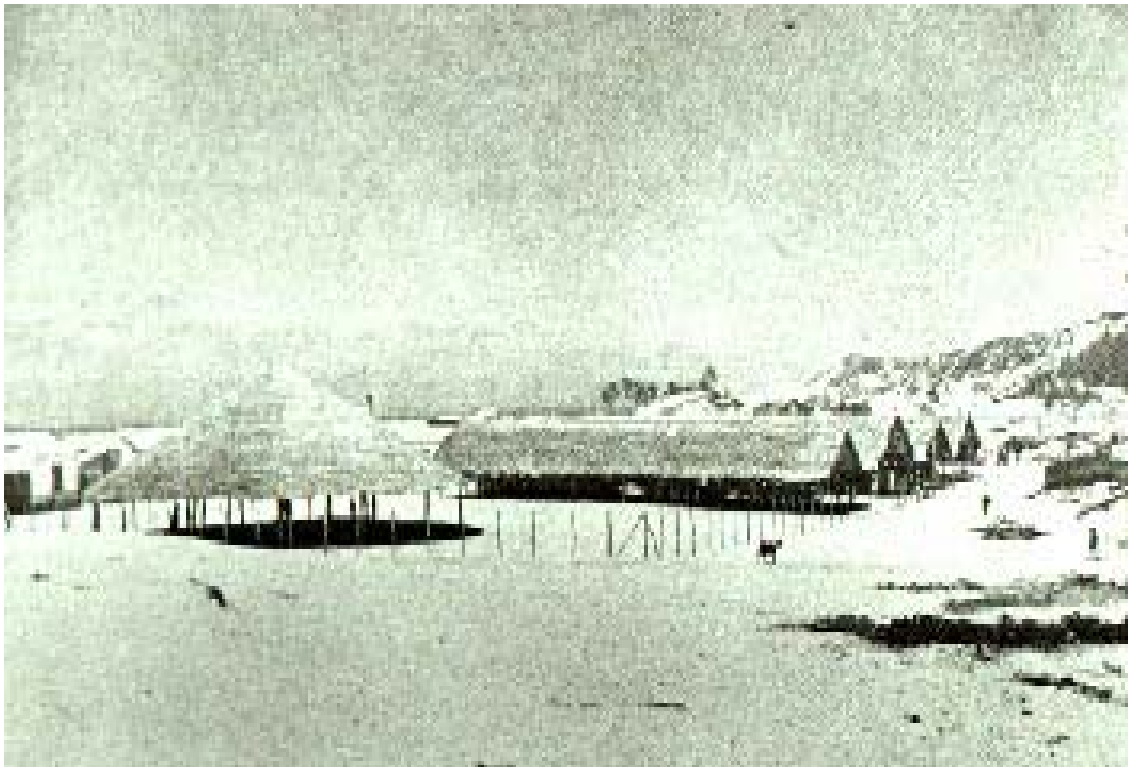


Fig. 1: Acampamento de palha “Pé do Chão” – Fonte: DHNET/RN

Destacamos que, neste trabalho, compreendemos o significado do projeto de alfabetização como um elemento da práxis política, pois a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler era a bandeira política de um determinado grupo que objetivava modificar a realidade local. Assim, “objetivava uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido dessa transformação, levando em consideração as condições reais e animando uma atividade” (CASTORIADIS,1982, p.97).

Em se tratando de um projeto com objetivo definido e inserido em um programa de governo municipal, a Campanha pode ser avaliada através da fala de uma das educadoras: “Os processos educativos não são ingênuos; existiam objetivos específicos que a gente queria atingir com aquele determinado tema”^{M:5}. Assim, como o projeto de Paulo Freire, consubstanciava a sua ação na conscientização do homem brasileiro frente aos problemas nacionais e que estivesse engajado na luta política (FREIRE,1986), a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler visava à transformação de uma realidade a partir da conscientização política e social, da valorização da cultura e da representação de sentidos.

Quando surgiu o primeiro acampamento, no bairro das Rocas, havia um pavilhão com 30 metros (8 metros de frente), palha de coqueiro, sem paredes, com 4 (quatro) salas de aulas separadas por um quadro negro, e um outro pavilhão redondo, onde a comunidade era estimulada a fazer reuniões de bairros, onde os autos populares podiam

ser exibidos e as recreações realizadas com sucesso. Na fachada principal do galpão encontravam-se as seguintes frases: *combater o analfabetismo é libertar o Brasil; A educação é um direito de todos: aqui isto não é uma frase, é uma realidade.*

Essas frases representavam o ideário de um grupo de jovens que também se envolveu neste projeto de alfabetização por acreditar que um dia poderiam modificar o quadro caótico da educação na cidade. Vale ressaltar que para o grupo envolvido na Campanha e para os que começavam a se beneficiar com o projeto, “a proposta de alfabetização tinha muita seriedade”^{M:5}. De fato, a equipe da prefeitura levou avante a idéia dos acampamentos, porque acreditou em sua viabilidade. O Secretário de Educação, afirma que “não era apenas um discurso, fomos em busca da prática”. Com relação a essas práticas, a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a ler constituiu-se em sete fases:

1. As Escolinhas – A primeira fase do ensino municipal de alfabetização, iniciada na primeira administração de Djalma Maranhão (1956-1959) e retomada, em 1961, com o Curso de Emergência para 250 monitores. A prefeitura cria uma coordenação pedagógica, objetivando a preparação de recursos humanos. Relembra uma das mulheres/educadoras: “meu trabalho foi com as supervisoras e fizemos dois cursos de preparação, pois as professoras eram leigas, precisavam ser treinadas para atuar”

M:5

Nessa fase, a prefeitura utiliza salas cedidas gratuitamente pela comunidade, para a instalação de uma classe de alfabetização. “Só havia verba da prefeitura para a professora; salas, água e energia são contribuições de sindicatos, igrejas e demais instituições. Em meados de 1963, estão em funcionamento 271 Escolinhas” (GÓES, 1982, p.67).

Havia um déficit muito grande de professores: “O número de professores habilitados, do ponto de vista pedagógico, era pequeno”^{M:5}. Formando-os, estariam proporcionando qualidade de ensino aos alunos dos acampamentos. E não apenas a quantidade de alfabetizados. “A equipe também era formada de professores e alunos da universidade que estavam envolvidos voluntariamente na Campanha”^{M:5}. Percebemos que havia um interesse dos jovens em apreender e repassar conhecimentos que adquiriam. “Após este período de cursos, foram criados os acampamentos, a Campanha se expandiu e foi criado o Centro de Formação de Professores”^{M:5}. No tocante a criação do Centro de Formação de Professores, ocorre no final de 1962, através da lei municipal de 1.301/1962 (Diário Oficial do Município de Natal).

2. Acampamento Escolar – Segunda fase, com a escola de palha e chão batido, que consistia em galpões de 30m x 8m, com um galpão circular destinado às festividades do bairro, às reuniões do círculo de pais e professores e à recreação infantil. Os galpões destinados às salas de aulas eram de forma retangular, divididos em quatro partes por meio de pranchas utilizadas como quadro-de-giz e quadro mural. Hortas, aviários e parque de recreação compunham a paisagem do acampamento. Só havia uma construção de alvenaria, onde funcionava a diretoria, secretaria, almoxarifado, as caixas da biblioteca, a merenda e os sanitários.



Fig. 2: Acampamento escolar – Rocas – Fonte: Cartilha de Pé no Chão

Esses acampamentos funcionavam em três turnos. Inicialmente, nas Rocas e no Carrasco (1961) hoje bairro das Quintas; a partir de 1962, expandiram-se para os seguintes bairros: Quintas, Conceição (hoje Lagoa Seca), Granja (Trecho das Quintas que antecede Igapó), Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó. A equipe que integrava os acampamentos geralmente compunha-se de diretor (professor com titulação vinculada à Escola Normal de Natal), que geralmente acumulava as funções de gestor

administrativo com as de orientador educacional, supervisor pedagógico. No que concerne às atividades educacionais, comenta uma das mulheres/educadoras: “Quanto ao trabalho em si, proporcionava a conscientização e nesse sentido, eu trabalhava ativamente”^{M:2}.

Os regentes de classes ou monitoras (as professorinhas) eram assim chamadas devido às suas características afetuosas; recreadoras (professoras diplomadas e recicladas no curso de emergência da Campanha); merendeiras (professoras recicladas em nutrição), responsáveis por tarefas relacionadas à biblioteca, ao estoque e a distribuição aos alunos do material escolar, além dos serventes e os vigias.

O grupo de trabalho de educação popular da Diretoria de Ensino oferecia o apoio necessário ao seu funcionamento, como, por exemplo, a pesquisa domiciliar para combater a evasão, os estudos do setor de pesquisa e medidas sobre provas e testes aplicados, a dinamização das bibliotecas e círculos de leitura, a participação e a animação dos círculos de pais e professores. Dessa forma, proporcionava também a integração entre as duas instâncias mais importantes da vida de uma criança: seu lar e sua escola.

“As discussões nos círculos de pais e mestres onde questionávamos à educação e os problemas brasileiros eram importantes para sabermos o que priorizar, e todos se envolviam. Também participei destas atividades, por ser vice-diretora no Ginásio Municipal”^{M:4}. Era “política expressiva da Secretaria Municipal de Educação vincular o acampamento às organizações populares e lideranças culturais mais expressivas do bairro onde se localizava” (GÓES, 1982, p.69).

A arte e a cultura popular não foram deixadas de fora do projeto de alfabetização, pois, o trabalho da prefeitura direcionado as camadas populares, enfatizava a educação e a valorização das manifestações culturais. Assim sendo, neste

trabalho, visualizamos a cultura além de uma construção social, invocada como uma porta para a liberdade: “A cultura tem uma função emancipadora, por isso mesmo, impõe-se salvar os valores positivos e todas as criações culturais vivas da humanidade, ameaçadas pela irrupção de forças irracionais, descontroladas e mórbidas” (RAGO, 2001, p.164).

Assim, surgiam iniciativas comuns entre os acampamentos, dentre eles, o das Rocas e a Sociedade Araruna de danças antigas, entre o acampamento de Conceição e o Babelô Asa Branca, entre o acampamento do Carrasco e os Congos e o Boi Calemba. Dessa forma, ao se mesclar ensino, atividade lúdica e folclore ministravam-se as recreações, motivavam as crianças a participarem de forma ativa na manutenção da memória e fornecia-se a base dos autos populares que costumavam se apresentar nos eventos patrocinados pela Prefeitura de Natal. As atividades desenvolvidas pelas mulheres, sejam elas na alfabetização de crianças, ou de jovens e adultos nos acampamentos implicavam a elaboração de atividades culturais e o incentivo as manifestações artísticas promovidas pela Diretoria de Documentação e Cultura. Nessas atividades, segundo uma das mulheres/educadoras : “Todos os funcionários da DDC se envolviam”^{M:1}.



Fig. 3: Semana do Folclore – Fonte: Arquivo particular de uma das mulheres/educadoras

3. Ensino Mútuo – A terceira fase culminou com a ausência do adulto no processo de alfabetização. Para incluí-lo, entraram em cena estudantes secundaristas, uma reduzida equipe, previamente treinada, que ia de casa em casa, funcionando como uma escola em domicílio. Registramos que “em 1962, 22 núcleos prestaram serviços, sob a supervisão de Antônio Campos e Silva, concluinte de Filosofia e a cada resultado, as ruas das Rocas exibiam faixas comunicando que o índice de analfabetos estava baixando” (GÓES, 1982, p.70). O que confirma uma das mulheres/educadoras: “até isso nós fazíamos, prestávamos conta até da quantidade de pessoas que conseguíamos alfabetizar por rua”^{M:5}.

4. As Praças de Cultura – A quarta fase da Campanha resultou do intercâmbio da Prefeitura de Natal com o MCP do Recife, sob a responsabilidade do governo de Miguel Arraes. A praça de cultura era constituída de parque infantil, quadras de esporte (vôlei, futebol de salão e basquete) e uma biblioteca. Objetivava a divulgação da cultura local, a promoção da participação popular. “Havia diversificação de grupos, trabalhos e poesia em um nível bastante elevado”^{M:1}.



Fig. 4: Terceira Praça de Cultura / 1963 – Fonte: DHNET/RN

Nessas praças, também ocorriam debates de assuntos relacionados à política e à economia, bem como sessões de cinema, já que na época poucas pessoas dispunham de recursos para adquirir um aparelho de televisão. Em 1962, existiam cerca de dez praças de cultura, a principal delas, abrigava concha acústica, biblioteca, discoteca e galeria de arte. O que importava nessa estrutura era a funcionalidade da praça, consistindo em um espaço permanente de convivência (parque infantil e esporte), fonte de informação (bibliotecas, jornais, murais, exposições de artes plásticas), bem como uma oportunidade para organizar debates de interesse da comunidade. Na verdade, as praças de culturas eram a complementação das escolinhas e dos acampamentos.

A galeria de arte empolgava a cidade com sua intensa programação, noticiada pelo jornal Diário de Natal³⁶:

A galeria de arte, recém inaugurada, é uma solução do Departamento de Cultura da Prefeitura feita para servir às artes. Também apresenta a sua própria arte, sua arquitetura moderna. Uma ótima iniciativa, com a Exposição de Francisco Brenand, Newton Navarro, Ariano Suassuna, César Leal e Audalio Alves.

Com relação às praças de cultura, a primeira realizou-se na Praça André de Albuquerque e exigiu da equipe grande responsabilidade. O jornal Diário de Natal³⁷

³⁶ Diário de Natal ,07/ março/1963, p.8

³⁷ Diário de Natal: 30/setembro/1961, p.3

noticiava: “Através do patrocínio da prefeitura de Natal, a 1ª praça de cultura acontece com feira de livros, folclore, arte popular, canto coral, música popular, exposições, artes plásticas, feira de discos, fotografias, noite de autógrafos”. O bom desempenho desta atividade tão exposta ao agrado ou desagrado popular despertava a seguinte reação em uma das mulheres/educadoras: “Às vezes eu me surpreendo com o que fiz, não tinha tempo para nada, primávamos pela qualidade e pela organização”^{M:1}.

5. O Centro de Formação de Professores – Constituía-se na quinta fase da Campanha e sua estrutura foi viabilizada após a eclosão e a partir dos primeiros passos da Campanha e dos resultados positivos que surgiram, já que, para a equipe que compunha a prefeitura, a palavra de ordem era ampliar serviços e aumentar a mobilização educacional.

Para isso, foi criado esse Centro de Formação, partindo da experiência da coordenação técnico-pedagógica. O centro era responsável por toda a parte da organização pedagógica da Campanha e “se constituía em uma estrutura complexa: havia os cursos de três meses, o ginásio normal e o colégio normal, tudo funcionando”^{M:5}. No que concerne o seu funcionamento, temos sua divisão em três níveis:

- a. Curso de Emergência de Monitores, que geralmente formava em três meses o público leigo que queria participar do projeto de alfabetização da prefeitura.
- b. Curso Normal de grau ginásial, que preparava em quatro anos as regentes de classe, com ingresso mediante exame de admissão.
- c. Curso Normal de grau colegial, que preparava professores com mais de três anos de escolaridade.

Nesse Centro de Formação, “as professoras viam o currículo ginásial e as disciplinas pedagógicas, fundamentos da educação, psicologia, sociologia, teologia e a

parte da filosofia da educação”^{M:5}. Havia uma escola de demonstração com duas classes funcionando para que as alunas pudessem observar e praticar. As classes eram dirigidas por professoras formadas no magistério. “O Centro desempenhou um papel de primordial importância para a Campanha. Na área docente, treinando e reciclando, periodicamente, professores, monitores e regentes de classes. No campo discente, assegurando o rendimento da aprendizagem” (GÓES, 1980, p.72).

6. A Campanha de Pé no chão Também se Aprende uma Profissão integrava a sexta fase e consistia na evolução da educação acadêmica para a educação para o trabalho. Em 1963, iniciavam-se oito cursos, que, ao longo de seu funcionamento, proporcionaram a entrega de 148 certificados. Dentre os cursos, estavam: corte e costura, enfermagem de urgência, sapataria, marcenaria, barbearia, datilografia, artesanato e encadernação.

7. Interiorização da Campanha – Última fase, que passa a existir com a consolidação do Movimento em Natal pela repercussão positiva do crescente número de pessoas alfabetizadas. Os demais municípios do Estado também se interessavam em resolver os problemas educacionais mesmo sem dispor de muitos recursos. O Diário de Natal³⁸ noticiava na época: “Estão sendo feitas pesquisas em torno das condições culturais e socioeconômicas das populações dessas cidades”.

Em setembro de 1963, haviam sido assinados convênios de assistência técnico-pedagógica entre a prefeitura do Natal e os seguintes municípios: São Tomé, São Paulo do Potengi, Afonso Bezerra, Assu, Currais Novos, São Gonçalo e Macau. A orientação pedagógica que perpassava por toda a estrutura da Campanha foi construída pela diretoria de ensino e essa orientação passou a embasar o projeto pela necessidade de um padrão de qualidade do ensino. Na ótica de uma das mulheres/educadoras que trabalhou

³⁸ Diário de Natal, 5 /março/1963. p.7

com essa parte do projeto: “Eu me divertia muito nessa época, íamos ao interior de helicóptero, uma aventura!”^{M:5}.

A metodologia utilizada envolvia todas as disciplinas a serem ministradas, denominadas, unidades de trabalho, as professoras trabalhavam obtendo resultados globalizados e integrados ao conhecimento. “Essa metodologia foi adaptada e utilizada por um magistério leigo”^{M:5}. Ressaltamos que este magistério leigo, mencionado por uma das mulheres/educadoras, consistia num grupo de pessoas, que não apresentavam formação no magistério e que precisou de capacitação para completar o quadro de professores nos acampamentos, haja vista a falta de recursos financeiros, apresentada pela Prefeitura de Natal.

Este grupo foi capacitado pelo Centro de Formação de Professores, de onde partiam todas as orientações educacionais, sob a responsabilidade de uma educadora especialista³⁹, e atingiam os acampamentos e as 20 escolinhas. Quanto à estrutura dos cursos de preparação da prefeitura, uma das mulheres/educadoras menciona que “a metodologia desses cursos era muito interessante porque não havia separação entre a didática, a prática e a teoria, era tudo junto, não havia separação”^{M:5}.

No tocante às aulas ministradas, percebemos que havia uma continuidade: as professoras aprendiam nos cursos e repassavam da mesma forma para as crianças. Propagavam-se, por meio das discussões de base realizadas semanalmente, e por intermédio da equipe de planejamento, quinzenalmente, uma lista com sugestões que eram mimeografadas, acompanhadas de um plano e uma proposta de atividades.

³⁹A inserção dessa professora especialista proporcionou uma mudança na proposta pedagógica da Campanha. Esta especialista cursou na Universidade de São Paulo “Educação para a América Latina”, curso promovido pela Unesco.

Nesse sentido, a fala da educadora corrobora com os objetivos do projeto: “Havia um formalismo de natureza política, porque quando você diz que seu filho precisa aprender, porque ele deve fazer parte de uma comunidade letrada, que ele precisa ser responsável, você está fazendo política”^{M:5}. Os resultados da Campanha eram perceptíveis no Estado e fora dele. Podemos justificar essa afirmação com um artigo que apresentava um comentário do Ministro da Educação, Júlio Sambaqui, ao visitar um dos acampamentos:

Fiquei bastante comovido, quando entrei no acampamento onde encontrei centenas de crianças estudando e outras centenas trabalhando em cursos profissionalizantes, num artesanato ainda precário,mas que indica o alcance da esplêndida campanha.⁴⁰

A Cartilha⁴¹ (ou livro de Leitura de Pé no Chão), que encontramos durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, tornou-se uma importante fonte para entendermos a parte pedagógica que fundamentava a Campanha. A forma de organização da Cartilha seguia a influência do MCP, que havia estudado a cartilha de alfabetização de Cuba .

⁴⁰ Diário de Natal de 7/03/1964. p.3.

⁴¹ Essa cartilha era uma adaptação do livro de leitura para adultos, do MCP do Recife, utilizando a metodologia de Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Godoy, que se baseava no universo cultural do adulto analfabeto.

LIVRO DE LEITURA



“De Pé no Chão Também Se
Aprende a Ler”

Adaptação do “Livro de Leitura para Adultos” do Movimento de Cultura Popular do Recife — Trabalho supervisionado pela Professora
Mária Diva da Salette Lucena

Fig. 5: Fotografia da Capa da Cartilha – Fonte: Arquivo Particular

Essa cartilha foi adaptada à realidade local, após a observação de uma das mulheres/educadoras da Campanha em Recife, acerca da utilização da cartilha naquele contexto. Foi vista pelos repressores como instrumento de forte cunho subversivo, pois

havia, segundo eles, uma constante busca de mensagens subversivas escritas para os alfabetizandos. Muitos funcionários foram demitidos ou presos devido à utilização da cartilha e ao conteúdo ministrado pelos professores. Em todos os inquéritos, ela surgia como uma referência à subversão⁴²:

“Nessa obra de conscientização no ensino, que esteve perto de alcançar seus objetivos perniciosos e subversivos, de grande efeito foi a adoção da cartilha “Livro de Leitura de pé no chão”, que o senhor Moacyr de Góes logo nos esclarece sobre os objetivos anti-educacionais e anti-democráticos, por ter nascido das reivindicações populares. Como por exemplo: “o voto é do povo”, “o trabalhador sindicalizado é um homem forte”.

O objetivo da cartilha era despertar no homem o espírito democrático e integrá-lo na vivência das instituições por meio da educação. A filosofia democrática da educação está contida em todo processo de aprendizagem, desde a alfabetização até a sua interpretação. No conteúdo desta cartilha encontravam-se referências a cantos populares; histórias pitorescas fantasiadas; folclore como manifestação artística popular – suas danças e músicas (do bumba-meu-boi, do bambelô e do pastoril); brinquedos e as coisas que interessavam a crianças e adultos.

⁴² Manual de Subversão do Rio Grande do Norte, Diário de Natal, 1964, p. 51-52



Fig. 6: Conteúdo de aprendizagem da cartilha – Fonte: Arquivo particular

Essa filosofia tinha base no artigo 166 da Constituição do Brasil, que diz: “A educação é direito de todos e deve inspirar-se nos princípios da liberdade, nos ideais de solidariedade humana” (GÓES, 1980, p.128). A primeira lição consistia no “voto do povo”, considerando o voto como uma expressão democrática, como o poder de decisão do povo e a compreensão da sua responsabilidade na vida da nação.

Na verdade, a proposta da cartilha foi mal interpretada pelo DOPS, que enxergava comunismo e revolução em qualquer atividade que proporcionasse conscientização. “Eles pegaram relatórios, documentos das atividades do centro, as unidades de trabalho e destruíram tudo”^{M:5}. A cartilha apresentava um trabalho de

democratização popular, por meio de uma mensagem de paz, trabalho e honestidade, procurando levar ao homem alfabetizado a consciência crítica de sua responsabilidade para a democracia e a transformação da realidade social e econômica.

No que concerne aos incentivos para que o projeto de alfabetização se efetivasse, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Prefeitura não impediram a formação de uma equipe competente, bastante responsável e que, por meio de poucos recursos, conseguiu resultados expressivos. “Tínhamos um centro de material didático, lá confeccionávamos tudo que pudesse nos ajudar”^{M:5}. Apesar de dificuldades impostas, a equipe era bastante coesa e procurava adaptar os materiais que dispunham para todas as situações.

A educação também se fazia presente em um outro setor da Campanha, que era a Diretoria de Documentação e Cultura, órgão vinculado à Secretaria de Educação. “A primeira ação desenvolvida foi à biblioteca popular”^{M:1}. A motivação se construía a partir de um dado concreto: “Fizemos uma pesquisa para saber o que liam, mas a maioria não lia (90%)”^{M:1}. Essa pesquisa foi realizada após a decisão da equipe da DDC em questionar o tipo de leitura que a comunidade do bairro das Rocas gostaria de realizar.

O objetivo era a aquisição de livros, mas a constatação desse quadro alarmante provocou na equipe questionamentos em busca de descobrir o que fazer para atrair a população para o mundo da leitura. As discussões geraram a criação de uma campanha, cujo objetivo consistia em uma arrecadação de livros usados que pudessem servir para os estudantes nos acampamentos.



Fig. 7: Biblioteca Popular Monteiro Lobato – Fonte: DHNET/RN

A campanha apresentava o seguinte slogan: “O livro que sobra na sua biblioteca falta na mão do povo”. Em decorrência do sucesso dessa campanha, surgiu a primeira biblioteca no bairro das Rocas, que consistia numa forma criativa de interferir na comunidade, possibilitando às crianças, aos jovens e aos adultos a acessibilidade aos livros e à cultura .

A idéia de aquisição de livros por meio da campanha e a criação de bibliotecas populares nos acampamentos eram de suma importância para a aproximação do povo com a cultura. “As crianças preferiam as obras de Monteiro Lobato e os adultos preferiam Machado de Assis, Jorge Amado e os jornais locais” ^{M:1}. Com relação às crianças, a motivação surgia em função do ilustrado mundo mágico do Sítio do Pica-pau Amarelo; já os adultos buscavam os autores nacionais e, muita informação acerca dos acontecimentos políticos e econômicos. “Durante o tempo de duração da Campanha,

emprestávamos por mês 2 mil a 2.500 livros em bairros periféricos, como Rocas e Quintas”^{M:1}.



Fig. 8: Venda de livros na terceira Praça de Cultura – Fonte: DHNET/RN

Apesar de se configurar em um sucesso, as bibliotecas populares não apresentavam bastante eficiência, pois não atingiam toda a cidade, “então surgiu a idéia do ônibus itinerante para levar a biblioteca aos bairros mais distantes”^{M:1}. Percebemos que havia uma interação⁴³ entre o Centro de Formação de Professores e a DDC, cujos projetos funcionavam como uma extensão do projeto pedagógico. “O que nós fazíamos à frente da DDC era para conscientizar o povo para ser gente, para humanizar, para ter o sentido da vida, de país, de nacionalidade”^{M:1}, esclarece uma das mulheres/educadoras.

⁴³ Estamos utilizando o termo interação, considerando-a como “uma ação recíproca que modifica o comportamento ou a natureza dos elementos, corpos, objetos ou fenômenos que estão presentes ou se influenciam” (MORIN, 1997, P. 53).

Afirmamos isso em decorrência da participação das crianças, dos adolescentes e até mesmo de adultos e professores que freqüentavam os acampamentos. As ações, tanto da DDC quanto do Centro de Formação de professores decorriam da busca pela mobilização popular. Ao mesmo tempo em que as atividades culturais da DDC se desenvolviam, programações culturais também eram realizadas pelo Centro de Formação de Professores. “Entre o intervalo da Praça de Cultura e os festejos natalinos ocorriam seminários e concursos de pipa na Praia do Forte”^{M:1}.

Acerca dessa semana cultural, observamos que era um evento paralelo à Campanha, realizado pelo Centro de Formação de Professores, mas para a qual “todos eram convidados: a comunidade, os professores, os alunos”^{M:5}. A equipe do Centro de Formação de professores conseguia mobilizar a comunidade. “Nessa semana cultural, fazíamos palestras com as mais variadas temáticas e apresentações artísticas”^{M:5}. Por meio da fala de uma das mulheres/educadoras, temos a percepção de que era um evento que mobilizava a comunidade: “As pessoas estavam ali envolvidas e eu me lembro que o auditório ficava cheio, era fabuloso”^{M:5}.

Ao organizar esses eventos, os membros da equipe pedagógica executavam as tarefas com conhecimento, uma vez que se reuniam, discutiam buscando unir forças e modificar a consciência social. Tal fato nos remete a Schelling (1990), pois no apoio a cultura popular através da promoção da música, da arte, do folclore e festas populares ter-se-ia conscientização das tradições e elementos culturais; sendo estes, postos como instrumentos a desalienação. Assim, por exemplo “existiam grupos folclóricos, ocorria o contato e se trabalhava a parte teórica e a parte prática com eles”^{M:1}.

Lembramos que a ideologia, com a qual a Campanha se vinculava, assemelhava-se ao MCP e ao MEB, e assim até mesmo as praças de cultura deixavam de ser peças arquitetônicas para serem instrumentos de cultura popular. Para dar respaldo a essa

junção de atividades, uma das mulheres/educadoras menciona: “Nós nos reuníamos toda a semana, monitores, professores, coordenadores e diretores”^{M:5}.

Nessa perspectiva, para a administração local havia ousadia nas ações desenvolvidas, segundo as palavras do então Secretário de Educação: “Nós estávamos com a Campanha em maior aprofundamento do que o MCP do Recife, e digo porque, pois nós tínhamos a ousadia”. A partir desta iniciativa “foram criados os acampamentos, a Campanha se expandiu e foi criado o Centro de Formação de Professores”^{M:5}. O respaldo às atividades deste Centro, lembra o Secretário de Educação, “era da Diretoria de Ensino, na pessoa de Omar Pimenta, que vai possibilitar uma dinamicidade de trabalho, porque dava sustentação material”.

Ilustramos este espaço do trabalho, com a exposição sobre as atividades da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, durante a Feira de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte.



Fig. 9: 1ª FINCO - Feira de Indústria e Comércio do RN. Fonte: Acervo particular do fotógrafo Natalense Jaeci Galvão. (22-29/09/63)

A educação era a mola mestra dessa gestão, o que fica evidente ao observarmos a estrutura montada para desenvolver o trabalho pedagógico. Nesse sentido, o “Centro de Formação de Professores foi imprescindível para a Campanha”^{M:1}, assim como a Diretoria de Documentação e Cultura. Importante ressaltar que à frente dessas duas bases de sustentação do projeto, estavam as mulheres/educadoras, que demonstraram determinação, responsabilidade e competência em gerir atividades educativas e culturais, mesmo não havendo recursos suficientes. “Eu tenho esse orgulho em mim e ninguém me tira isto, que eu fui uma pessoa chave, eu atuei e desenvolvi um trabalho ali”^{M:5}.

Toda essa parte do trabalho era realizada com bastante planejamento: “Uma coisa que era muito favorável era que todas as pessoas que trabalhavam comigo pesquisavam e discutiam bastante as atividades”^{M:1}. E essas discussões eram realizadas porque “precisávamos saber como abordar o tema e não apenas jogá-lo para o aluno”^{M:5}. Com relação às aulas ministradas e os conteúdos, “não havia separação de disciplinas, era estudado tudo junto e isso é que era bom”^{M:5}.

Havia tanta autonomia nas atividades desenvolvidas pelo Centro que “muitas vezes quando o Secretário de Educação propunha alguma idéia, eu logo dizia que esta sugestão já estava sendo feita”^{M:5}. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi sendo ampliada, tomou proporções inesperadas. E só conseguiu esse feito em decorrência dos resultados obtidos ao longo desse processo.

Em 1963, o jornal Diário de Natal⁴⁴ apresenta a seguinte manchete: “Vamos alfabetizar 50 adultos por dia”. O prefeito Djalma Maranhão e sua equipe conseguiram “expandir a Campanha para o interior e nós do Centro recebíamos as professoras dos municípios vizinhos”^{M:5}. Após o período de treinamento dessas professoras, uma equipe se deslocava até o município para supervisionar: “Toda essa parte da Campanha foi muito rica”^{M:5}.

A qualidade do ensino nessas supervisões deveria ter o mesmo padrão: “Eu passava uma semana no interior supervisionando, orientando, fazendo reunião com as professoras que haviam feito os cursos”^{M:5}. Ressaltamos que o interesse de alguns prefeitos de municípios do Estado decorria dos excelentes resultados que a Campanha apresentava “e significou uma parte valiosa da história”^{M:5}. O jornal Diário de Natal⁴⁵ trazia em um caderno a seguinte matéria: “Hoje estamos com 100 turmas de 30 analfabetos; 150 monitores voluntários”

A informação também circulava na cidade, propagando o cotidiano da Campanha por meio de programas de rádio: “Dávamos entrevistas nas segundas, quartas e sextas, para informar à população sobre os andamentos das atividades não apenas do Centro de Formação, mas de toda a Campanha”^{M:5}. A educação foi utilizada amplamente pela equipe da Prefeitura de Natal. Em várias frentes de mobilização, foram estabelecidas atividades que motivavam a população a se inserir e contribuíram para minimizar os elevados índices de analfabetismo registrados no cotidiano da década de 1960.

⁴⁴ Natal, 25 de maio de 1963, DN, p.2

⁴⁵ Natal, 30 de maio de 1963, DN. P.3

Corroborando esta informação, encontramos a educação presente também em outras atividades que circundavam as ações da Campanha, dentre elas destacamos: as reuniões para discussão e conscientização políticas realizadas por alguns membros da equipe da Prefeitura; panfletagem nos sindicatos, na rede ferroviária, na região portuária de Natal, no comércio local e nas fábricas; nas reuniões do Partido Comunista.

Delimitamos essas atividades pelo grau de envolvimento de cada uma das mulheres/educadoras que participavam da militância política. Portanto eram atividades que ocorriam em locais estratégicos e objetivavam a ampliação da conscientização política dos trabalhadores. O fato de algumas dessas mulheres estarem cursando Direito na Universidade Federal do Estado, contribuía para sistematizar uma orientação jurídica a esses trabalhadores. Como explicita uma das mulheres/educadoras: “ajudávamos inclusive na resolução de alguns problemas, pequenas pendências”^{M:2}.

Ocorriam também em paralelo às atividades da Campanha treinamentos na área de saúde, confecções de hortas, cursos para gestantes, orientação nutricional. Todas essas atividades levam-nos ao próximo item, que revela como essas mulheres se integraram tanto nas atividades da Campanha, bem como em atividades relacionadas a sua formação profissional e à militância política.

2.3. INTEGRAÇÃO EM PROJETOS

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler representava um ponto de unidade, ou mesmo de aglutinação, do processo de buscas que essas mulheres empreendiam, e se configurava no “trabalho educativo e cultural de integração, voltado para as camadas populares”^{M:1}. Os projetos que se fizeram presentes na década de 1960

e que despertavam o interesse e a participação de tantos jovens tinha origem na problemática social e no envolvimento.

As relações de amizade são uma constante na seleção da equipe educacional do Prefeito Djalma Maranhão. Com relação à escolha das mulheres em participar do projeto, esses laços vão influenciar em algumas decisões. “Eu trabalhava nos correios e fui cedida para a prefeitura, pela necessidade da ex-diretora Zila Mamede se ausentar do cargo para participar de um curso”^{M:1}. O envolvimento que uma dessas mulheres/educadoras apresentou, ao se integrar ao projeto da Campanha, é bastante claro e pautava-se pela diretriz educacional, sendo proposta inicialmente pela equipe pedagógica.

As relações interpessoais serviram para mediar os convites para compor a equipe, como ressalta a seguinte fala: “o convite para participar da Campanha partiu de nossa relação de amizade com o Secretário de Educação e com o Prefeito”^{M:1}. Mas, se as relações interpessoais influem na integração do projeto, não pode ser a regra, pois “A Campanha, em todas as fases de seu desenvolvimento, contou com a participação de estudantes secundaristas e universitários” (SILVA,1989, p.90).

Como atesta uma das mulheres/educadoras: “A minha inserção no projeto vai se dar através do movimento estudantil”^{M:3}. Essa participação da Universidade Federal do Estado correspondeu ao desenvolvimento de parcerias com as Secretarias de Educação do Estado e do Município, cedendo alunos para a execução de trabalhos voluntários. Jovens politizados com uma concepção diferente de vida, procuravam, assim, ajudar de alguma forma integrando-se na Campanha, no MEB e em alguns outros projetos sociais da época.

Em 1960, ocorre a concepção, criação e organização de equipes universitárias multidisciplinares para executar trabalho voluntário e sem remuneração junto à

população de baixa renda, moradores de comunidades periféricas de Natal, bem como no meio rural do Estado. No que concerne à Campanha, essa participação se distribuía em diferentes frentes, tais como indica a seguinte fala: “Participei no projeto de Educação de Base e Analfabetismo, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler e, entre 1961 e 1964, coordenei no Rio Grande do Norte um trabalho de reflexão e ação na comunidade universitária”^{M:3}. O Movimento estudantil universitário contribuía de várias formas em projetos sociais, assim: “coordenei o projeto Educação e Cultura Popular junto a UNEB e participei do projeto do SECERN sob a coordenação Do Prof. Paulo Freire”^{M:3}.

As ações imediatas iam no sentido do programa de governo do Presidente João Goulart, a necessidade de reformas de base universitária e agrária, a alfabetização das massas, bem como a extensão do voto aos analfabetos, o controle do petróleo nacional, dentre outras questões. Encontramos a confirmação dessa participação através da seguinte fala: “apoiamos Djalma Maranhão e nos engajamos em sua campanha de alfabetização porque acreditávamos na mobilização em favor das transformações estruturais que o país necessitava”^{M:3}.

Como já afirmamos, os projetos que se fizeram presentes na década de 1960 e que despertavam o interesse e a participação de tantos jovens tinham origem na problemática social e no envolvimento, o que permitia um maior questionamento das reais necessidades das comunidades carentes, ampliando o leque de discussões. Nesse sentido afirma uma das mulheres/educadoras: “A participação de marxistas nesse projeto mostrava que existia uma população que pensava”^{M:2}.

Pessoas politizadas, mas sem vínculos partidários também estavam ligadas a esse projeto e tinham grande importância em decorrência das contribuições que

proporcionaram por meio do esclarecimento dos problemas sociais e enriquecendo as discussões. “Particpei de reuniões de conscientização política realizadas pelo Núcleo Cultural da Campanha”^{M:4}. Essas discussões eram pertinentes porque cuidavam de conduzir reflexões para os problemas sociais e envolvendo pais, professores e demais integrantes da comunidade.

Assim, a educação circundou o caminho dessas cinco mulheres de diferentes formas como afirma a seguinte fala: “as experiências com educação me marcaram tanto que eu ainda lembro do primeiro dia em que fui à escola”^{M:5}. Ressaltamos que se a unidade dessas mulheres no âmbito desta pesquisa, se dá por meio do projeto de educação, para algumas, a inserção neste contexto aconteceu de diferentes formas: “E foi para tentar mudar a realidade social imposta que busquei filiar-me ao Partido Comunista. Eu queria me incluir nesse grupo que agia em várias frentes”^{M:2}.

Contudo, os discursos de algumas mulheres trazem à tona a surpresa de suas participações individuais, parecendo que tudo era experimento: “Tudo que eu fazia era novidade, tudo era a primeira vez, às vezes eu me surpreendo com o que fiz”^{M:1}. Dessa forma, o que motivava a inserção das mulheres/educadoras nos projetos locais, eram sentimentos diferenciados, dentre os quais destacamos especialmente:

A Paixão

A Campanha proporcionou a oportunidade dessas jovens estabelecerem contato com situações adversas da sua realidade. A participação em atividades realizadas com as comunidades dos bairros periféricos da cidade era uma importante oportunidade para que os membros dessas comunidades adquirissem responsabilidade e interesse pelo seu próprio espaço e buscassem a solução dos problemas mais recorrentes. Essas

comunidades, tinham identidade própria, uma cultura específica e um sentimento nacionalista aparentemente contido ou esquecido que precisava ser resgatado.

Neste trabalho, estamos compreendendo a paixão como um sentimento arrebatador e que articula decisões, tanto pessoal, quanto profissional. Nesse contexto, a paixão despertava o desejo de transformar o contexto local, de *tentar mudar o mundo* e mobilizava a juventude, proporcionando desejos e anseios em todo o grupo. Os desejos de erradicar o analfabetismo, de resgatar a cultura Potiguar, de promover cidadania, de combater a alienação e promover a conscientização motivavam o grupo que integrava a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

O contato com o projeto, e as atividades por ele desenvolvidas é que despertavam as paixões de parte dessa juventude, dentre as quais destacamos as mulheres/educadoras. Essas pessoas, para se envolverem em um projeto de alfabetização, deveriam estar bastante motivadas para tentar mudar a realidade presente naquele momento. Revela-se, na fala de uma das mulheres/educadoras, que os projetos além de despertarem a mobilização e a inclusão, também despertavam a paixão: “Me apaixonei pela Campanha, pelo contato com o povo”^{M:1}.

“Eu tinha paixão pelo que estava fazendo”^{M:1}. Por ser um projeto bastante audacioso, o envolvimento com a Campanha, despertava a mobilização e, com ela, a paixão. Dessa forma, a seguinte fala define o contexto da época: “Eu fui envolvida pela educação”^{M:3}. As cinco mulheres/educadoras que se envolveram nas atividades da Campanha traziam a unidade da educação, apesar de em determinados momentos essa educação se desdobrar em atividades que se distanciavam das salas de aulas. Nesse sentido, a intensidade do projeto proporcionava a seguinte constatação de uma das mulheres/educadoras: “Foi à fase mais bonita da minha vida”^{M:2}.

A paixão no fazer educação se mescla com o prazer em ser militante em um partido de esquerda. Lembramos que na década de 1960 era diferente e chocante nomear-se marxista. Criava-se o estigma de inteligente, de intelectualizado, mesmo com o preconceito social que circundava os militantes, chamados muitas vezes de rebeldes. Uma das mulheres/educadoras, militante do Partido Comunista afirma: “Vivíamos intensamente a atividade política e eu achava isso o máximo”^{M:2}. A participação política provocava nas mulheres o desejo de cada vez mais aprimorar sua participação.

Por isso, tudo que realizavam era com muita intensidade, paixão e, como não podemos deixar de mencionar, muita responsabilidade. Nesse aspecto, percebemos na fala dessa mulher/educadora um amplo trabalho de conscientização que realizava paralelamente às aulas voluntárias nos acampamentos: “Eu tinha várias tarefas dentro do partido: integrava a direção, fazia palestras e panfletagem nos sindicatos, no porto e na ferrovia”^{M:2}. Afinal, havia um ideal mobilizador, impulsionador da decisão: “Decidi fazer medicina após perceber que nessa sociedade, os direitos do homem são inexistentes e os direitos do cidadão um mito”^{M:3}.

A tentativa de modificar a realidade pessoal, local e nacional era comum na década de 1960: “Queríamos dar um sentido a nossa vida e ao nosso País”^{M:3}. Esse sentimento definia-se pela mobilização intensa dessa juventude em torno de projetos sociais já mencionados. E possibilita a uma das mulheres/educadoras a seguinte afirmação: “Eu sentia que queria trabalhar com a educação e já estabeleci algumas metas”^{M:5}. Essa fala deixa bastante claro a escolha pela educação como uma conquista, uma decisão pessoal bastante objetiva.

2.4. Vestir A Camisa

“Vestia-se a camisa, incorporava-se o espírito de grupo, acreditava-se no que se fazia”. Esse comentário do Secretário de Educação, reflete o espírito do grupo que trabalhava no projeto educativo. Para uma das mulheres/educadoras, a “administração era brilhante e a vida cultural era intensa”^{M: 2}. Esse projeto, pelo que podemos perceber, não era simplesmente uma utopia para o grupo que estava à frente da Campanha, decidido a realizar a proposta de erradicar o analfabetismo local.

A Campanha partia de uma decisão do Prefeito, pois “ele estava em todos os momentos da administração. Acredito que sua postura advinha da sua antiga militância comunista e da influência que Luís Maranhão⁴⁶ exercia sobre ele”^{M: 2}. “Era uma equipe coesa, cercada de muita amizade, sem rivalidade e que trabalhava com responsabilidade e com muita paixão”, comenta o Secretário de Educação. Nos discursos das mulheres/educadoras, ao tratar da administração municipal, Djalma Maranhão apresentava interesse e preocupação em todas as instâncias. Gostava de estar por perto de todas as atividades promovidas pela Prefeitura. Dessa forma, ele vai motivar o interesse de todos os integrantes da equipe em realizar as demais atividades com intenso empenho.

O Secretário de Educação municipal da época, comenta que “a proposta inicial era de erradicar o analfabetismo, mas, na medida em que o tempo passava, a gente começava a perceber que não era apenas isso”. Não parece haver dúvidas de que existiam também outras prioridades, mas destacamos a educação como mola mestra dessa gestão. No que concerne, à administração do Prefeito Djalma Maranhão,

⁴⁶Luís Ignácio Maranhão Filho foi um militante “dirigente do partido comunista Potiguar e irmão de Djalma Maranhão, desaparecido dentro de órgãos da repressão, em 1974” (ARNS, 1986, p.158) .

percebemos que “seu método era radicalmente popular, ele administrava para o povo e com o povo, não era elitista”^{M:1}. Em consequência dessa postura popular de governar, ocorria um nítido afastamento da elite local, que assistia com apreensão suas decisões políticas, e não via com bons olhos aquela administração amplamente popular. Nem todos os natalenses aplaudiram essa administração, sempre voltada para a resolução dos problemas mais urgentes da cidade. Vale ressaltar que as decisões tomadas à frente da Prefeitura decorriam das suas propostas de campanha eleitoral. Quanto a suas obras, promoveu uma série de iniciativas, como, por exemplo, a Galeria de Arte, o Palácio dos Esportes, a Estação Ferroviária, a construção de galerias pluviais.

O que de fato personifica a figura do prefeito são as impressões que pessoas próximas, funcionários e populares, conseguiram perceber, como é possível constatar pela seguinte descrição: “Ele era um nacionalista radical, um progressista e não um comunista”^{M:1}. Sendo um nacionalista, desencadeava uma luta aberta contra o imperialismo. Ressaltamos que “seu pensamento político tinha base no humanismo marxista, apesar de seu desligamento do PCB. Era também sensível ao humanismo cristão, a partir das encíclicas do Concílio do Vaticano II. A sua aproximação dos cafeístas levou-o a defender o socialismo, a classe operária e o nacionalismo econômico” (GÓES,1980, p.26).

A aproximação ao povo vai caracterizá-lo como *político popular*, entretanto aqui no Estado, o governador Aluízio Alves também vai carregar essa bandeira, mas destacando-se enquanto político tipicamente populista. Faz-se necessário explicitarmos que o populismo⁴⁷ como um dos fenômenos políticos mais expressivos, nos países da

⁴⁷ “O Populismo se configura como um fenômeno típico da passagem da sociedade tradicional, arcaica ou rural, para a sociedade moderna, urbana ou industrial”. (IANNI, 1989 , p.8)

América Latina ⁴⁸ se configura mediante a utilização da concessão de benefícios sociais como forma de controlar as reivindicações populares. Com relação ao populismo, percebemos que ele atrai as massas, como explicita uma das educadoras: “Eu não sei se o povo é burro ou se é muito sabido” ^{M:2}. Na verdade, o povo, ou seja, a comunidade que circundava os acampamentos se inseria nas atividades propostas pela Prefeitura, protagonizavam essa história já que a Campanha surgiu tendo como um de seus objetivos a melhoria da qualidade de vida dos bairros periféricos (Germano, 1989).

Mesmo com graves problemas de ordem financeira, sua administração foi marcada pela identificação com os interesses populares. Os compromissos e os acordos políticos, do novo prefeito vão aparentar uma abdicação dos seus princípios políticos, relacionados ao Partido Comunista. Entendemos que esta Campanha significava o espaço provável de um *acordo* dos ideais do prefeito, com estes princípios fundamentais, pois: “As bases dessa administração perpassavam pela conscientização, pela cidadania, pela cultura e pelo saber” ^{M:3}.

São esses princípios fundamentais, que vão caracterizar a administração da prefeitura, situando a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler como marco da educação local durante a década de 1960, e que vão despertar nos investigadores militares, a partir da repressão, a suspeita de que o projeto se constituía em uma subversão. Percebemos que o Prefeito abarcava nesse projeto todas as correntes políticas que existiam no período, assim, não haveria discriminação. Nesse sentido, os

⁴⁸Na América Latina, teremos: Battlismo no Uruguai; Yrigoyenismo e Peronismo na Argentina; Vargasismo e Trabalhismo no Brasil; Velasquismo no Equador, Odrismo e Aprismo no Peru, Gaitanismo na Colômbia, Perezjimenismo na Venezuela, Mnhozismo em Porto Rico, Callismo e Cardenismo no México, Arbens na Guatemala, Ibañez no Chile, Paz Estensoro e Siles Zuazo na Bolívia, Velasco Alvarado no Per” .(Idem, p.7)

cristãos da AP, os militantes do Partido Comunista e demais partidos, se inseriam no projeto voluntariamente, resultando, assim, numa equipe diversificada, no tocante às ideologias.

Todo o envolvimento provocado tinha uma disciplina e, devido à exigência do prefeito, cobrava-se responsabilidades de todos: “Ele não admitia um erro, uma falha de ninguém”^{M:1}. Essa preocupação decorria do reflexo de sua primeira gestão, na década de 1950: “Ele esgotava todo mundo, era muito resistente e nos atritávamos quase que diariamente”^{M:1}. Em muitos depoimentos acerca da convivência em equipe, sua forma de tratamento era adversa ao formalismo. Seu comportamento provocava reações não muito positivas no grupo: “Ele chegava a se angustiar com serviços mal feitos”^{M:1}.

Mas o que o Prefeito pretendia era a resolução dos problemas que envolviam as atividades da Campanha, como afirma o Secretário de Educação: “Havia empenho em resolver os problemas, o compromisso de fazer as coisas”. Na busca em solucionar os problemas afirma uma das mulheres/educadoras: “Fazíamos reuniões para corrigir e acertar detalhes de suas ações”^{M:4}. Nesse sentido, encontramos, na fala a seguir características desse gestor municipal: “era um homem generoso, analista, impulsivo, amigo, bruto e violento quando se chateava”^{M:1}.

Podemos considerar que, era admirado e temido pelo seu perfeccionismo, talvez pelo desafio que ele mesmo tenha feito para mudar a realidade local. Em sua administração encontramos um radicalismo popular e uma vontade de promover mudanças imprescindíveis. O seu programa de governo, extraído das reivindicações populares, tinha uma característica especial: “Tudo era discutido e havia uma ampla liberdade de trabalho”^{M:5}. Devido a esse diferencial, experimentou-se uma outra forma de educar, levando em conta as necessidades do indivíduo, seus anseios, suas angústias.

SÍNTESE INTEGRADORA

Nesta parte do trabalho, introduzimos aspectos importantes de um contexto global e local, que favoreceram o surgimento, na década de 1960, de acontecimentos relevantes para a história do Brasil e, particularmente, para a história do Rio Grande do Norte. Esses acontecimentos tiveram reflexo também no âmbito da educação local, devido à inserção de Natal no circuito dos movimentos de educação popular do período, por meio da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Esse projeto se configurou num marco da educação local pela atuação contra o analfabetismo, o qual, durante a década de 1950 e início dos anos 1960, havia atingido

índices elevados. Apresentamos eventos políticos e sociais que antecederam o período priorizado nesta pesquisa, a fim de situarmos o leitor no contexto da época, destacando que esses eventos tiveram papéis importantes para o desenvolvimento de uma proposta de educação popular.

Enveredamos pelas particularidades da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, ressaltando sua evolução e explicitando suas fases. Para isso utilizamos, além da fala de protagonistas, artigos de jornal, para melhor situar as atividades no tempo e no espaço. No que concerne à parte de Integração em projetos, situamos as mulheres/educadoras a partir de suas trajetórias individuais, que culminaram com a educação popular da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Dessa forma, no item Vestir a Camisa, abordamos a gestão municipal, que adotava o lema da erradicação do analfabetismo, como corrente mobilizadora, assim como as relações que se formaram na equipe da prefeitura. Lembramos que os compromissos e os acordos políticos do então prefeito, Djalma Maranhão, traziam uma carga ideológica vinculada aos seus princípios, relacionada ao comunismo e ao nacionalismo e, nesse sentido, as inserções de jovens politizados e dispostos a executarem tarefas transformadoras favoreceram os bons resultados do projeto.

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler é o espaço provável de um *acordo* dos ideais do prefeito e do grupo que o circundava. Na parte seguinte desta dissertação, apresentamos as considerações finais, mas já afirmamos que não consideramos uma conclusão fechada do trabalho, pois percebemos que, ao longo desse processo de construção, outros sujeitos precisam falar para que tenhamos a compreensão do todo, já que não foi pretensão nossa abarcar todos os protagonistas dessa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas Buscas / Novos Olhares

Ao longo deste trabalho realizamos uma reinterpretação da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, por meio da fala de cinco mulheres/educadoras que tiveram uma participação ativa no projeto de alfabetização da Prefeitura de Natal, durante o período de (1961-1964). Essas cinco mulheres estavam inseridas em um momento significativo de nossa história repleto de efervescência política e social.

Por meio de nossa pesquisa, percebemos que essas mulheres apresentaram ao longo de suas trajetórias uma proximidade com a educação e mesmo trilhando caminhos diferenciados todas elas culminaram em uma unidade comum que as aproximaram, a educação. Percebemos no envolvimento dessas mulheres com os processos educativos, que suas ações ultrapassavam os limites da sala de aula, pois além das atividades desenvolvidas no projeto de alfabetização da Prefeitura de Natal, as mulheres/educadoras tiveram suas presenças registradas no movimento estudantil universitário, no grupo da AP e na militância do Partido Comunista.

Os momentos vivenciados por essas mulheres/educadoras, principalmente os relacionados às atividades da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, marcaram definitivamente suas vidas, tanto no amadurecimento pessoal quanto no sentido do crescimento profissional, haja vista o processo de buscas que cada uma desenvolveu ao longo de suas caminhadas por meio do conhecimento e do engajamento nas atividades que se envolveram ao longo do período em que este projeto existiu.

Objetivando o entendimento desse processo histórico que culminou com o surgimento desta Campanha de alfabetização, desde o período de chegada à Prefeitura de Djalma Maranhão até o golpe de Estado, que põe fim à democracia no País e, conseqüentemente, ao projeto de alfabetização, recorreremos em primeiro lugar à literatura local que tratava do período que nos propomos a estudar. Assim, localizamos

algumas obras que foram fundamentais no sentido de promover pistas para a nossa pesquisa.

Ao buscarmos nessas obras o entendimento acerca da origem da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, bem como o contexto histórico em que este projeto estava inserido, percebemos que essas obras não tratavam a temática com a nuance que privilegiamos, pois em nossa pesquisa partimos da fala dessas mulheres/educadoras para recompor essa história, mas apresentavam pistas fundamentais para iniciarmos a pesquisa.

Em segundo lugar, utilizamos a entrevista compreensiva para que pudéssemos utilizar o que essas mulheres/educadoras revelavam sobre o período e também sua participação na Campanha. Apesar de não priorizarmos a análise dos acontecimentos políticos, não deixamos de destacar momentos significativos da história deste período, como os acontecimentos da década de 1950 e especialmente os acontecimentos relevantes da década de 1960.

O silêncio de alguns protagonistas dessa história foi bastante motivador, pois nos instigou a buscar cada vez mais detalhes da origem, da consolidação e do fim desse projeto de alfabetização. Em nosso entendimento, o não dito significava a existência de lacunas a serem preenchidas e achávamos importante que os integrantes da equipe que organizava a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler tornassem mais nítidas as relações, os acontecimentos e suas emoções durante a vigência desse projeto de alfabetização.

Surgiram assim, de suas memórias particularidades e emoções, afloraram sentimentos ainda contidos nos lugares mais recônditos de suas memórias. São falas relacionadas à educação, à cultura, à conscientização política, à família, à sociedade. A emergência dessa memória significa a existência de um canal para a compreensão do

contexto histórico e da trajetória de cada uma dessas cinco mulheres/educadoras. São imagens diferenciadas e às vezes contraditórias de mulheres que ousaram se perceber e deixar transparecer os reflexos de suas ações passadas.

Situando a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler nas lutas pela alfabetização da década de 1960, percebemos que mobilizaram uma parte da juventude do País inflamada em grande parte devido à proliferação ideológica e à efervescência política, cultural e social que aqui se encontrava. Esse contexto agitado, proporciona um clima favorável a mudanças. Uma *brecha* se forma em um ambiente um pouco fechado a novas idéias. Esse novo espaço favorece a aproximação de um ideário, dito comunista, em toda a América Latina provocando uma ameaça à ordem política e social.

Em nossa concepção, os movimentos populares que surgiram nessa época, contagiaram parte da população brasileira. Esse envolvimento advinha dos problemas sociais enfrentados no período. Dentre esses problemas a educação também se inseria nesse contexto, mediante o quadro alarmante de analfabetos presentes em todas as partes do País. Assim, em nossa compreensão entendemos que o engajamento desses jovens nos diferentes projetos da época, compunha todo o processo de transformação política e social ansiado pelas mais variadas correntes políticas.

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler derivava desses movimentos populares e se configurou nesse contexto político e social como uma bandeira de luta de um determinado grupo político objetivando uma mudança da realidade local. Nesse sentido este projeto educativo significou um marco da educação durante 1961-1964. Através das cinco vozes de mulheres/educadoras, conseguimos aprofundar nosso conhecimento acerca da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, um projeto educativo e cultural, promovido por uma gestão municipal.

O silêncio mencionado anteriormente e apresentado por alguns protagonistas chamava bastante a atenção e proclamava nosso interesse ao despertar alguns questionamentos acerca do surgimento deste projeto educativo, como a seguinte questão: por que o Estado brasileiro havia deixado a educação em uma situação tão precária tendo em vista que foi preciso a população dos bairros em que surgiram os primeiros acampamentos chegarem a construções tão rústicas como opção para educar a população local ? Outra questão mais geral e para a qual a todo o momento, durante as entrevistas, buscamos a resposta consistia em: será que essas pessoas, que se envolveram de maneira apaixonada nos projetos políticos e sociais do período, sentiam vergonha de terem se colocado como protagonistas da Campanha? Por que o silêncio teimava em persistir diante de um passado tão rico em realização?

Percebemos que havia algo para ser desvelado nessa história, que calava a muitos, principalmente a essas mulheres/educadoras, participantes ativas de todo esse processo. Ao longo das entrevistas, detectamos o medo, sentimento que circundava o período e que resultava das ações dos organismos repressores do País, como uma forma de controle, e que não abrangia apenas os protagonistas dessa história, mas todos que temiam as ações cada vez mais radicais dos militares, representantes da nova ordem política e social empreendida pela ditadura militar.

Atrelado a esse medo que perpassava na exposição que poderia derivar essa fala, encontramos ainda a vergonha e um certo pudor, ou até mesmo constrangimento devido à prisão e à acusação de subversão que persistia na fala de cada uma delas. O receio em abordar a temática e os acontecimentos mais importantes ou mencionar nomes de terceiros consideramos comum a todas as cinco mulheres/educadoras, inclusive o temor do que nós pretendíamos fazer com essas falas.

Compreendíamos todo o processo que todas elas vivenciaram, inclusive aceitamos os limites de cada uma, no que concerne ao afloramento de suas emoções ao falar sobre uma época distante que provocava saudosismo. As lembranças traziam sentimentos confusos, difíceis de conduzir. E nesse sentido, tivemos muitas dificuldades em continuar as entrevistas, pois o silêncio nessas horas falava bem mais do que as palavras. Respeitamos a decisão de muitas delas em não aprofundar questões como prisão, tortura e as perdas irreparáveis de parte de suas vidas.

No tocante, às ações realizadas durante o período de vigência do projeto de alfabetização, observamos que grande parte delas estava relacionada com a educação e a cultura e a conscientização política e social. As escolinhas, o curso de emergência para formar professores, os acampamentos, a biblioteca popular, as praças de cultura, alfabetização de jovens e adultos, a galeria de arte, todas essas atividades foram coordenadas e executadas por mulheres, que demonstraram competência e habilidade na organização que demandaria recursos humanos e financeiros.

As atuações das mulheres/educadoras nas atividades educativas e culturais da Campanha foram confundidas e registradas pelos investigadores no período da ditadura como atividades que ameaçavam a ordem política e social. Isto porque, a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, provocava a mobilização de parte da juventude local, que apresentava um grau elevado de conscientização. Em decorrência dessa acusação, essas mulheres vivenciaram o preconceito e a exclusão social.

Vivenciar essa acusação de subversão era estar em contato direto com o preconceito, o medo, a violência e o abandono. Nesse processo, evidenciamos que as mulheres que tiveram cargos de liderança, ou seja, estavam à frente tanto da Secretaria de Documentação e Cultura, quanto do Centro de Formação de Professores foram bem mais investigadas que as outras mulheres, “as professorinhas” que trabalhavam nas salas

de aulas dos acampamentos. Constatamos essa afirmação presente no Relatório Veras, que se encontra em anexo neste trabalho.

Partindo dos olhares que cada uma dessas mulheres tinham de si e os olhares que os outros apresentavam de suas vivências, principalmente no tocante à inserção de cada uma neste projeto de alfabetização da Prefeitura de Natal. Dessa forma, elaboramos um gráfico que ressalta os sentimentos de cada uma das cinco mulheres/educadoras e que percorreram suas trajetórias e permaneceram recorrentes durante a participação na Campanha e se constituíram reflexos de suas mobilizações:

Imagens das mulheres/educadoras



Muitos dos jovens que participaram da alfabetização da Prefeitura de Natal militavam em partidos políticos e realizavam atividades político-partidárias, estavam inseridos no movimento estudantil, na AP, na Universidade, nos sindicatos. Estes jovens, vinculados (ou não) à ideologia comunista, foram considerados

subversivos pelos militares quando eclodiu o golpe de Estado de 1964. A generalização da acusação de subversão⁴⁹ a todos que foram presos e fichados durante a década de 1960 prejudicou a todos, motivando prisões, exonerações, demissões, torturas, desaparecimentos e até mesmo a morte de jovens brasileiros acusados de ameaçarem a segurança da nova ordem estabelecida com a ditadura militar.

A ameaça era outro ponto elucidativo para as nossas questões. Essas mulheres/educadoras foram acusadas de conscientizarem para uma revolução comunista e dessa forma, ameaçava a ordem, mesmo antes do regime autoritário se estabelecer no País. Haja vista que durante o início dos anos 1960 já se investigavam as ações dos partidos de esquerda, os movimentos sociais, além de toda e qualquer atividade que promovesse a participação popular. Como explicita uma das educadoras: “Em nossas atividades estavam sempre presente algum representante das Forças Armadas”^{M:2}.

Para a sociedade da época, a diminuição dos núcleos de pobreza, a conscientização das massas e a propagação da educação em todos os níveis sociais trariam para o País uma mobilização ainda maior da que estaria ocorrendo em função das manifestações pelas reformas de base. Passados longos 20 anos, desde o fim da Campanha, a percepção em relação à época, hoje visualizada, não é a mesma, mas provoca sentimentos inusitados, por parte dos protagonistas desta história: “Fiquei marcada pelas lembranças”^{M:1}.

As trajetórias são novamente retomadas, mas não percorrem os mesmos caminhos. Algo foi quebrado, o sonho de mudar o mundo fracassou, gerando então novas buscas. Nesse sentido, uma das mulheres/educadoras menciona: “Ficou a desolação, ou você reprime para viver, tenta viver normalmente, ou é destruída”^{M:1}. Os

⁴⁹ ver artigos de jornal do período que se encontram em anexo, p.169.

acontecimentos da época e toda aquela situação adversa de prisão, investigação e perseguição: “Mudaram a visão de justiça que eu tinha”^{M:1}, o que é compreensível, quando observamos as arbitrariedades cometidas para manter a ordem no País. “O que ficou foi à descrença nos homens públicos, pois eu admirava muita gente”^{M:1}.

Apesar de tudo, percebemos que todas essas mulheres/educadoras saíram amadurecidas, conscientes, com espírito de cidadãs, mesmo apresentando em seu ser, seqüelas profundas, “mas ter sobrevivido é uma grande vitória de todas nós”^{M:3}. A Campanha acabou, mas a semente de mobilização e valorização da educação não se perdeu. Assim comenta uma das entrevistadas: “Me orgulho de ter participado deste projeto”^{M:3}. A Campanha germinou em diferentes lugares e como mencionou o Secretário de Educação, “todo mundo que sobreviveu saiu de cara limpa; os sonhos não morreram”.

Lembramos que os presos políticos do regime militar até hoje lutam na justiça por uma indenização do Estado brasileiro. Muitos não conseguiram se estabilizar na vida, principalmente os mais humildes, que não tinham funções definidas ou não foram beneficiados pela anistia. Apesar de todas as dificuldades, saíram dignos, coerentes com a sua ideologia, conseguiram sobreviver ao período conturbado da história do Brasil. “Sei que surpreendi a todos, recomecei a minha vida e superei todo esse processo”^{M:3}. Mas, para a nossa geração, a imagem que os protagonistas dessa história passam é de um imenso vazio, explicitado por uma das mulheres/educadoras: “Depois que eu saí de toda aquela confusão, eu ainda não havia me decidido a sentar e repensar tudo”^{M:5}.

Com raras exceções, algumas dessas mulheres decidiram se desvelar: “Eu me senti forte, por isso resolvi escrever o livro, devia isso aos amigos e familiares, para que tomassem conhecimento do motivo daquela prisão”^{M:1}. Na visão de uma das

mulheres/educadoras: “Faz-se necessário reconstituir historicamente o período, porque aquele momento despertou antagonismos, ódios e paixões”^{M:2}.

No início de nossa pesquisa, os acontecimentos registrados pareciam inexistir, parecia uma história de fantasmas. Alguns protagonistas dessa história preferiam fazer de conta que nada havia ocorrido, não comentavam sobre a Campanha, pareciam sentir temor ou vergonha dos fatos vivenciados no passado. Procuramos compreender o silêncio que permanecia nessas mulheres, devido às marcas deixadas pelas perdas irreparáveis que cada uma vivenciou. Todas elas tiveram de reescrever suas histórias e, essa reescrita proporcionava momentos de dor. Algumas delas preferiram evitar um contato mais próximo com a nossa pesquisa, pois julgavam não estarem devidamente preparadas para lidar com esses sentimentos silenciados. Tanto que, das oito mulheres citadas no Relatório Veras, apenas cinco decidiram falar.

Priorizamos suas emoções, acerca de um dado momento de suas vidas, porque achamos importante enveredar pelo caminho da nostalgia, da emoção, das lembranças para recompormos partes de uma história do nosso passado ainda recente. Culminou com a organização das atividades da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Como explicita o Secretário de Educação, “a história precisa ser registrada, para que se possa ter informações e dela se fazer avaliações”.

Retomando a questão dos movimentos educativos, em que se insere o projeto de alfabetização de Natal, percebemos que ele objetivava a eliminação do analfabetismo, mas, quais eram esses analfabetos? Por que se encontravam nessa situação específica? Sabemos que sua maioria se encontrava em comunidades periféricas da cidade. Será que lhes faltava apenas justiça social?

Se a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi tão temida pelos excelentes resultados que apresentou em apenas quatro anos de existência, o que teria

acontecido se houvesse a sua continuidade? Seríamos a capital de um Estado da região Nordeste do Brasil, com melhor desempenho educacional? Exportaríamos um modelo de alfabetização para todo o País? Não sabemos, até mesmo porque a história não é feita de (se), ela simplesmente é imprevisível. Entretanto percebemos que ao longo da história da educação brasileira, encontramos indicações que apontam para o temor de que as massas alfabetizadas transformem o país em uma anarquia. O discurso a seguir identifica esse temor: “Toda essa gente, inculta e ignorante, se sujeita a vegetar, se contenta em ocupações inferiores, sabendo ler e escrever, aspirará outras coisas, quererá outra situação e como não há profissões práticas nem temos capacidade para criá-las, desejará também ela conseguir emprego público” (PAIVA, 1973, p.92).

Lembramos que o preconceito se fazia presente, inclusive com os funcionários da prefeitura que trabalhavam à frente da Campanha de Pé no Chão Também, se Aprende a Ler. “Eu sentia os olhares da elite, que não gostava do cheiro do povo”^{M:1}. O popular não era visto com bons olhos, e as ações realizadas para melhorar sua condição social eram tidas como uma ameaça à ordem estabelecida. Nesse sentido, “a sociedade da época via nosso trabalho, com preconceito, distância e desconfiança”^{M:4}. Especificamente, esta fala traduzia o ideário da época relacionado ao preconceito com a Campanha .

Finalmente, não poderíamos deixar de situar o leitor, no que se refere às mulheres em relação à gestão do Prefeito Djalma Maranhão, considerada como gestão subversiva. Essa gestão tinha a educação como eixo central, valorizando a cultura e posicionando-se contra o imperialismo americano. Por isso, e pela fama de ter sido um militante comunista, tanto a sua gestão quanto os membros de sua equipe vão sofrer inúmeros preconceitos. Desde a sua posse no cargo de administrador municipal, Djalma Maranhão vai se posicionar a favor da democracia, da acessibilidade de oportunidades,

da liberdade de expressão. Assim, quando apresentamos os aspectos de sua administração consideramos as seguintes características:

- a) *Popular*, porque sua gestão se traduzia na proximidade e no envolvimento das comunidades, no planejamento de ações específicas para solucionar os problemas mais urgentes da população local. Essa participação originou-se dos comitês nacionalistas que passaram a integrar uma parceria com o Prefeito. Ao longo de sua gestão, construiu uma trajetória que tentava proporcionar uma melhor qualidade de vida aos menos favorecidos, dando-lhes oportunidade de tomar consciência de sua condição e, assim, transformar suas realidades.
- b) *Aberta*, porque ao assumir o cargo de Prefeito, Djalma Maranhão abrigou variadas correntes ideológicas, resultantes da rede de relações articulada para formar uma equipe diversificada. E essas correntes estavam presentes no cotidiano da Campanha, contribuindo de diversas formas para que o projeto de alfabetização tivesse bons resultados. Vale ressaltar que os jovens militantes trabalhavam nas atividades dos acampamentos, bem como nas atividades de seus partidos em horários distintos, até porque havia um grau de exigência elevado de toda a equipe.
- c) *Subversiva*, porque todas as atividades desenvolvidas durante o período de existência desse projeto de alfabetização foram caracterizadas pela elite local, pelos policiais responsáveis, pela investigação realizada pelo Estado e pelos militares como atividade revolucionária, porque eram realizadas com o objetivo específico de proporcionar cidadania através da conscientização política e social .

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, administrada pelo Prefeito Djalma Maranhão, revelava na época, uma *brecha* no processo de luta contra a alienação, o imperialismo americano e a falta de cultura. “Pretendia-se transformar a cultura brasileira pelas mãos do povo, transformar a ordem das relações de poder e a própria vida do País” (FÁVERO,1983, p.9).

Este projeto de alfabetização chegou ao fim em abril de 1964, em decorrência do golpe militar que encerrou a democracia no Brasil. Nesse sentido, as suas conseqüências caracterizaram-se por ações radicais, como explicita uma das mulheres/educadoras: “Vi o golpe chegar sob a forma de um pelotão do Exército que invadiu o gabinete do Prefeito”^{M:1}. O radicalismo cegou grande parte das autoridades e desse projeto restou apenas: “A tristeza e a desolação”^{M:3}. Ressaltamos que todos os membros da equipe da Campanha foram presos e fichados como subversivos, como afirma uma das entrevistadas: “Eles eram muito ignorantes, havia uma pista e era nisso que eles se embasavam, já que Djalma Maranhão tinha sido comunista”^{M:5}.

Ocorreu uma generalização por parte dos organismos repressores, e segundo o Secretário de Educação: “Nós fomos punidos por opinião, não houve crime de nossa parte”. Mas, não houve distinção, todos sofreram penalidades, até mesmo o Prefeito, como comenta uma das mulheres/educadoras: “Ele não era , mas já havia participado do Partido Comunista e suas idéias estavam ali”^{M:5}. Assim, “a Campanha foi podada impiedosamente, porque gerava uma inveja danada, tinham de destruir este projeto e quem o integrava porque haveria uma continuidade”, afirma o Secretário de Educação. Acusavam os participantes de subversão, “mas quem quebrou a ordem foram eles”^{M:2}.

Para essas mulheres/educadoras, ao retrocederem no tempo em suas memórias, acerca da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, percebemos que não restaram escombros, apenas boas lembranças de todas as atividades que resistem, apesar

dos sofrimentos impostos a todas elas naquele período. Segundo o Secretário de Educação: “Em termos globais, o que me fere o coração profundamente é a interrupção do processo”, pois seus desdobramentos teriam culminado em um projeto maior, um projeto brasileiro de erradicação do analfabetismo.

Essa afirmação consistia em mais um sonho desse grupo, porque tanto a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, quanto o MEB eram projetos bastante fortes aqui no Estado, bem como em outras partes do País. E apesar do fim da democracia e de todo o processo educativo em vigor, os sonhos da juventude entusiasmada pela mudança e pela educação não morreram: “Tomaram outras formas e resistiram”^{M:4}.

Portanto, ao realizarmos este trabalho, esperamos ter contribuído para que os fatos registrados e apresentados nessa pesquisa sejam incluídos no processo histórico que se refere à década de 1960 e que a juventude possa tomar conhecimento desses fatos, relacionados que estão à educação e à cultura de Natal. Finalmente, não poderíamos concluir este trabalho sem situar o leitor em nossas buscas. Por meio desta pesquisa, percebemos, a partir das leituras e da interpretação compreensiva das falas das mulheres/educadoras, um outro silêncio. Trata-se da constatação de que há um outro preconceito social e latente, identificado ainda hoje na presença do analfabetismo em nossa sociedade.

Apresentamos um dos caminhos por onde deveremos enveredar na realização de trabalhos futuros, pois acreditamos que aprofundando esta temática da educação e, particularmente, das questões relacionadas ao analfabetismo estaremos compreendendo o desencadeamento de movimentos educacionais no País da década de 1960 e ampliando as discussões que hoje são realizadas no sentido de erradicar definitivamente o analfabetismo. Afinal, somos uma nação em desenvolvimento e acreditamos que

somente a educação poderá proporcionar uma mudança significativa na qualidade de vida dos brasileiros.

Acreditamos que a qualidade da educação deve ser encarada como meta de governo, haja vista a necessidade de mais e mais conhecimento para a aquisição de domínio das novas tecnologias. Ainda temos um elevado número de analfabetos, e não falo apenas dos que não sabem ler e escrever. Temos pessoas consideradas alfabetizadas que não conseguem interpretar o que lêem, concluem um a um os anos letivos sem dominar o conteúdo a que foram expostas, parecendo que o conhecimento se torna cada vez mais distante de suas realidades.

Precisamos acabar com essa estrutura, vivemos em uma corrida acelerada para passar em exames vestibulares e ocupar uma vaga nas universidades públicas ou privadas do País e, cada vez mais nossas crianças e a juventude apresentam-se bitolados a uma aprendizagem medíocre, em busca apenas de uma memorização de temáticas específicas e não em assuntos mais elaborados. Devemos formar cidadãos conscientes, que sintam prazer na busca do conhecimento, no contato com professores e colegas de turmas, em prédios que possam abrigar com tranquilidade e conforto, que todos possam ter acesso aos livros, aos computadores e assim possam garantir uma melhoria da educação e de sua qualidade de vida. Esperamos que os professores sejam estimulados através de uma melhoria salarial e se motivem a procurar novos mecanismos para proporcionar uma aprendizagem adequada aos novos tempos. Que não se restrinjam aos planos de aulas envelhecidos e repetitivos afastando o aluno do contexto da sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais** (1964-1984), Petrópolis: Vozes, 1986.
- ARENDR, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p.62.
- AZEVEDO, Débora Bithiah. **Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.
- AMARAL, Maria Virginia Borges. Discurso, Ideologia e Trabalho. **Boletim da Abralin**, Curitiba, PR, p, 567, 21-jun.1997.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e ensinar: três estudos de educação popular**. Campinas: Papirus, 1984.
- BENJAMÍN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução: Sérgio Paulo Romanet. 6. ed. [SP]: Brasiliense 1993.
- BERTOLLI, Cláudio Filho. **De Getúlio a Juscelino 1945-1961**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.
- BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães de. **Memória da Campanha “De pé no Chão”**: 1961-1964 (o testemunho dos participantes). Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Educação) UFRN, Natal,2000.

ECO,Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo. Editora Perspectiva,1996.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

————— **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FÁVERO, Osmar.**Cultura Popular** : memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal,1983..

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra ,1996.

————— **Educação como prática da liberdade**,14^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,1986.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964, Aconteceu em abril**. Natal: Ed.Clima,1994.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GÓES, Moacyr de Góes. **De pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-64)** Uma escola democrática, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

————— **Cuba-Recife-Natal: Ou o sonho de três cartilhas de alfabetização para mudar o mundo**. Contexto & Educação, Porto Alegre. v.1, n.1, p.45, 1986.

————— **Entre o rio e o mar**. Rio de Janeiro: Revan,1996.

————— **A filha do tempo**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luiz Maranhão Filho**: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Revan: Editora UFRJ,1999.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: “A Campanha de Pé no Chão”, São Paulo: Autores Associados: Cortez,1989.

———— **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 3.ed. São Paulo: Cortez,2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo:Vértice: Editora Revista dos tribunais,1990.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre história**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

———— **Lutar contra a mentira**. Época,São Paulo, p. 100, 4 ago.2003.

IVO, Ledo. **A Noite Misteriosa**. Rio de Janeiro: Record,1982.

IANNI, Octávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

———— **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1977.

KAUFMANN, Jean-Claude. **L'Entretien Compréhensif**. Paris: Nathan, 1996.

MATOS, Maria Izilda S. de . Estudos de Gênero: Percursos e possibilidades na Historiografia Contemporânea. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, p. 68, 1998.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **ANPUH**, Brasília, v.17, n. 34, p.203-220, 1997.

MILLS, C.Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1982.

MORIN, Edgar. **O Método III- O conhecimento do Conhecimento/1**.Portugal: Publicações Europa – América ,1986.

———— **O MÉTODO 1.A natureza da natureza**. 3. ed. Portugal: Publicações Europa-América,1997.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU;Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar,1976.

NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

NUNES, Clarice. A Reconstrução da Memória: um ensaio sobre as condições sociais da produção do educador. **Caderno Pesquisa**, . São Paulo, p. 13, 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**, São Paulo: Loyola, 1973.

————— **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1980.

PAIVA, Marlúcia ; CRUZ, Dalcy da Silva. **Igreja e política no RN**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60 - Rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Editora Ática,1992.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1998.

PIERETTI, Tadeu. **Djalma Maranhão – Um conscientizador das classes populares**. Monografia (Ciências Sociais) – UFRN, Natal (199?).

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP,2001.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o Pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire**. Campinas, SP:Editora da Unicamp 1990.

SILVA, Rosália de Fátima e. **A Entrevista Compreensiva**. Natal: DEPED,UFRN, 2002.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política: Estudo de um movimento (RN-1960-1960)**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 5. ed..São Paulo: Editora Alfa Omega, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo, Paz e terra,1993.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

1988.

Revistas e Jornais:

Revista do Arquivo da Polícia Política. Arquivo Público do Rio de Janeiro. FAPERJ,1994.

Diário de Natal: 30/abr/1960

Diário de Natal: 07/dez/1960

Diário de Natal: 07/mar/1961

Diário de Natal: 12/abr/1961

Diário de Natal: 30/set/1961

Diário de Natal: 31/jul/1962

Diário de Natal: 04/jan/1963

Diário de Natal: 05/mar/1963

Diário de Natal: 07/mar/1963

Diário de Natal: 12/maio/1963

Diário de Natal: 30/maio/1963

Diário de Natal: 07/mar/1964

Outras Fontes

“Manual de Subversão” Relatório de Inquéritos da Subversão do RN, Editora : Diário de Natal /abril de 1964, p.51-52.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Dossiê**. Natal, 1964. Ficha n. 0049.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Natal: Atos de Governo, 1963, 1964 e 1965.

GOES, Moacyr de. Campanha de Pé no Chão. Entrevistador: Roselia Cristina de Oliveira. Natal, 2004. 1 hora de entrevista. (Entrevista com o Ex-Secretário de

Educação Municipal da Prefeitura de Natal, durante a gestão de Djalma Maranhão)-
Moacyr de Góes, maio/ 2004.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro de Entrevistas

Temas/Roteiro

A história do sujeito

1. A vida
2. Os sonhos
3. As idéias de época
4. Os projetos

Os motivos

1. A escolha de trabalhar com educação
2. Razão de trabalhar na Campanha
3. Como vê estas razões
4. A política com a educação

Definições

1. Da campanha
2. Participar da campanha
3. Participar da campanha hoje
4. Da política na época
5. Da política hoje

Relações

1. Da Campanha com os movimentos

2. Dos políticos com a época
3. Da campanha com o rótulo de ser um instrumento de subversão
4. Educadora detida
5. Ser mulher – educadora – rotulada de comunista

O provável

1. Se tudo fosse diferente
2. Como poderia ter sido

Lembrar: A unidade de referência apresentada neste trabalho são as mulheres. O objetivo de através das suas falas e dos sentidos evidenciados nestas compreender e explicar a ação política.

ANEXO B

PLANO INICIAL

1. A busca pelas mulheres/educadoras que trabalharam na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.
2. A fala (As Entrevistas)
3. A prisão (Subversão / Militância)
4. A fala (O dito, o não dito, o secreto, o segredo)

As Hipóteses:

1. Na década de 1960, com o seu contexto político-social, influenciou no surgimento deste projeto de educação popular?
2. As relações entre o espaço público e o espaço privado (espaço masculino x espaço feminino).
3. A inserção das mulheres no espaço público (atuação na área da educação/política), uma conquista?

4. A educação na década de 60: Que tipo de educação se dava no Estado? A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (uma solução local?).

5. Por que a Campanha chegou ao fim em 1964 ?

PLANO 02

1. A Campanha : As atividades desenvolvidas

A competência das mulheres

Como foram inseridas

2. A Subversão: Relatório Veras

Diários Oficiais

Depoimentos

2.1. Tempo Subvertido: Juventude

Família

Conhecimento

Vínculos

2.2. Tempo Lacunar: As articulações no período da Campanha

As Atividades

2.3. O Segredo: O que não podia ser dito aos investigadores

Não falar para a família

Não trair os companheiros

Calar

2.3.1. O Secreto: As Emoções

As relações amorosas/profissionais/amizades

As Ações

3. Ser Mulher Subversiva: Desafio à ordem imposta

Conflitos Internos

Desafiar o destino

Buscas

3.1. As perdas : Profissionais

Emocionais

As vidas de companheiros e amigos

3.2. A dor: Desolação

Encerramento de um ciclo

Fim do programa educativo do município

Dilaceramentos

ANEXO D

PLANO 03

1. O contexto da época: Estrutura política

Estrutura Social

A América Latina

O Brasil

O Rio Grande do Norte

2. Campanha de pé no Chão Também se Aprende a Ler

O que circundava : A formação do projeto

Brechas

Pistas

O grupo

3. As mulheres: Quais eram elas ?

A trajetória individual

A formação profissional

O que provocou a inserção das mulheres na Campanha?

E a participação política?

4. A Atuação na Campanha: A educação

A cultura

A política

5. Trajetórias Individuais: Buscas pelo conhecimento

Envolvimento em projetos sociais

6. A subversão: Investigação (Institucional/Pessoal) : “Ser mulher Subversiva”

Ordem/Desordem

Global/Local

A memória (individual/grupo)

A fala

Relatório Veras / DOPS

7. A memória x A história : sofrimento

silêncio

segredo

ANEXO E

PLANO 04

1. A história na história: “As mulheres estão em um processo de busca pelo conhecimento”.

“O conhecimento como um instrumento de quebra de barreiras”

“Conhecimento = Libertar”

- 1.1. Buscas: O conhecimento (o porquê ?)

Liberdade

Do conhecimento pelo esclarecimento

Do conhecimento pelas raízes culturais: literatura/ politização

Questionamentos da repressão

A ocorrência da busca: Como se deu?

A família

A opressão / a repressão

- 1.2. Integração em projetos: “O caminho encontrado é o da participação política e social”

A inserção em projetos de mobilização:

- a. Movimento Estudantil
- b. Ação comunitária
- c. Reuniões do Partido Comunista
- d. Reuniões de intelectuais
- e. Elaboração de cartilha educativa
- f. Projetos com apoio institucional: Universidade / Igreja / Ação Popular

- g. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler - “Prazer na participação”
- h. Direção Escolar
- i. Ocupação de cargos de confiança: Educação / cultura
- j. Liderança estudantil
- k. Atividade político-partidária

2. “Subverter a Ordem”

2.1. O local e o global - “A ebulição cultural e social da década de 60 quebrou a unidade de um contexto local fechado a determinadas idéias”.

“A abertura, se podemos assim referir, estava ligada a um padrão preciso e conseqüente do pós-guerra em Natal a guerra fria”

2.2. A administração subversiva: aberta/ popular/ populista

A proposta da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

2.3. Ser mulher subversiva: No público :

Na participação de um projeto municipal de educação.

Na atividade político-partidária

2.4. O preconceito e o medo

3. Na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

A Campanha representa um ponto de aglutinação do processo de busca dessas mulheres.

3.1. A paixão : pelo povo

pela atividade

pela vida

3.2. Desejos : De viver

De transformar realidades

De entender as raízes culturais / folclore

Dar um sentido a vida / ao país.

3.3. O prazer : Na realização profissional / nas atividades educativas/partidárias

ANEXO F

PLANO 05

1. A História na História : “As mulheres em busca do conhecimento”

“Conhecimento quebrando barreiras”

1.1. Buscas : Conhecimento: Por quê?

Objetivos

Liberdade : Família

Opressão

Repressão

Esclarecimento: “Conhecimento pelo esclarecimento”

Clássicos

Raízes Populares

Cultura Popular

Política

1.2. Integração em Projetos: “Vinculação em projetos de mobilização social”

“Vinculação partidária”

“O caminho encontrado é o da participação política e social”

Integração : Educação “A Unidade entre as atividades escolhidas”

Cultura : Folclore

Artes

Política : Movimento Estudantil

Partidos Políticos

Ação comunitária

Grupo de Estudos Políticos

Encontros Intelectuais

Projetos com apoio institucional: Universidade

Igreja Católica – Ação Popular

Prefeitura- “Campanha de pé no chão”

Participação da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler:

Prazer

Envolvimento

Participação

As relações de amizade / Atividades educativas e culturais

“A competência demonstrada através da participação e responsabilidade das atividades”

“São Mulheres educadoras atuantes em um projeto de alfabetização e conscientização política e social”

2. Subverter a Ordem: As mulheres

A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

Os comunistas / Os Subversivos – As mulheres

A equipe da prefeitura

2.1. O local e o Global: “A ebulição cultural e social da década de 60 quebrou a unidade de um contexto local fechado a determinadas idéias”

Pós-Guerra / Guerra Fria /Imperialismo Americano/ Revolução Cubana

“A célula comunista na América Latina”

Nacionalismo –Desenvolvimentista: “Anos Dourados” (1950)

Populismo/ Oligarquias “Nordeste clientelista e paternalista”

Eleição de 1960: Aluizio Alves (Cruzada da Esperança) / Djalma Maranhão
(Campanha do Tostão contra o milhão)

Crise Econômica / Lutas por mudanças

Reformas de Base / Crise na educação: “Elevado analfabetismo no país”

2.2. A Administração Subversiva: “Aberta as mais diversas ideologias”

Popular: “Presença do povo nas decisões políticas e administrativas”

Comitês Nacionalistas

Populista: Aproximação do povo / Busca de solução para os problemas mais urgentes.

Princípios políticos relacionados: Comunismo

Nacionalismo

“A proposta da prefeitura era erradicar o analfabetismo local”

2.3. Ser Mulher Subversiva

Inserção na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

Inserção em atividades político / partidárias

Inserção no movimento estudantil

Presença feminina : Espaço Público: Serviço público municipal

Movimento Educativo

Politização

Ativismo social

“Mulher comunista”, “Mulher intelectual” x “Dona de Casa”

Público x Privado: Preconceito e Medo

2.3.1. O Preconceito: Social

Familiar

Medo: Crítica

Prisão

3. Na Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler

“Ponto de aglutinação: educação”

Paixão	“Atuação feminina no projeto de alfabetização –uma escolha”
Desejo	“Mudar o mundo”
Prazer	“Educar e promover a cultura”

ANEXO G

PLANO 06

“Falas Subversivas na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”

“A História na História”

1. Buscas : “Mulheres buscando conhecimento”

“O conhecimento quebrando barreiras”

“O conhecimento que liberta” / “O conhecimento que promove mudanças”

Libertar: opressão

Repressão

Como se dava essas buscas ?

Conhecimento

Esclarecimento

Literatura Clássica / Raízes culturais/Politização

1.2. “Subverter a Ordem”: Participação política e social

“O caminho encontrado é o da participação política e social”

Integração em projetos: Inserção das mulheres no espaço público

Ações populares:

- a. Encontros temáticos / intelectuais
- b. Reuniões do Partido Comunista
- c. Elaboração de atividades culturais
- d. Curso de formação de professores
- e. Alfabetização
- f. Elaboração de cartilha
- g. Projetos com apoio institucional: Universidade

Igreja

Movimento Estudantil

h. Campanha de pé no Chão

i. Ocupação em cargos de confiança

Diretoria de Cultura

Diretoria de Ensino / Centro de Formação de Professores

Liderança Estudantil

Ativismo Partidário

Relações de Amizade ; Mulheres/ Prefeito/ Secretário de Educação

“Todas as mulheres foram inseridas na Campanha através de convite”

1.3. Ser Mulher Subversiva: Mulher / Educadora / Militante

No âmbito público x No âmbito privado

Projeto de Alfabetização / Projeto Subversivo

Educação e conscientização política : Ameaça a ordem política e social

1.3.1. O Preconceito e o Medo

“Atuação feminina gerava preconceito social e familiar”

Ser comunista

Ser mulher divorciada

Ser mulher e ocupar um cargo de direção no município

“Liberdade confundida com libertinagem”

Na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

2. O Local e o Global: “A ebulição cultural e social da década de 60 quebrou a unidade de um contexto local fechado à determinadas idéias”.

“A abertura se podemos assim referir estava ligada a um padrão preciso e conseqüente do pós-guerra em Natal”.

Conhecimento que subverte a ordem: Aliança para o progresso

Combate ao comunismo

1. Global: Guerra Fria “No contexto global vivíamos a guerra fria, contudo as idéias socialistas encontram canais de entrada por meio da politização da juventude”.

Cuba

Desordem

Mudança de Comportamento

Reformas de Base

Questões Políticas

Movimentos populares

Educação popular: MCP / CPC/

2. Local: Eleições: Aluizio Alves / Djalma Maranhão

Contexto político aberto a mudanças: “Luta contra o analfabetismo”

Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

2.1. A Administração “Subversiva”: Aberta / Popular /Populista

“Ações de caráter popular levaram a acusação de subversão para a prefeitura”.

Ter sido comunista / Irmão de Luis Maranhão /Assumir um cargo público na década de 60 era uma ameaça à ordem.

Abertura: “As mais variadas ideologias congregadas em um único projeto”.

Popular: Aproximação com o povo : Reuniões / Consultas / Buscas por soluções

Populista: Congregava seus ideais no nacionalismo

Combatia o imperialismo americano no Brasil

2.2. Integração em Projetos:

Militância política / Movimento Estudantil / Sindicalismo

Especialização em Educação / Cursos/ Atuação na área do Direito

Educação e cultura: Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

A Paixão: Pelo Povo

Pelo que fazia

Desejos: De mudar o mundo

De mudar a realidade social

De mudar a sua história (mulher)

Prazer: Na elaboração das atividades culturais

Em ensinar

3. Sonhos Destruídos:

Fim da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

Desolação

Sonhos desfeitos

Vidas destroçadas

4. Novas Buscas:

As mulheres Refazem a vida / Próxima relação com a educação

“Os sonhos não morreram”

ANEXO H

QUADRO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS ANUNCIADOS

1960

Fevereiro

Jânio Quadros vai a Cuba e diz que fará uma reforma agrária.

Abril

JK inaugura Brasília.

Outubro

Jânio Quadros elege-se com 5,6 milhões de votos (48%) e João Goulart vice.

Novembro

Os marítimos e ferroviários fazem a Greve da Paridade. Querem equiparação salarial com os militares.

John Kennedy é eleito presidente dos Estados Unidos.

1961

Janeiro

Os EUA rompem relações diplomáticas com Cuba.

Posse de John Kennedy.

Março

Kennedy lança a Aliança para o Progresso. Pretende impulsionar reforma sociais e conter a influência Cubana.

Agosto

Jânio Quadros renuncia.

Os ministros militares vetam a posse de João Goulart que está na China.

Divide-se o Exército. A guarnição do sul quer a posse de Jango.

Jango aceita o regime parlamentarista.

Setembro

João Goulart assume e Tancredo Neves é o primeiro-ministro.

Novembro

Francisco Julião diz que a reforma agrária será feita “na lei ou na marra”.

1962

Junho

A esquerda católica funda a Ação Popular.

Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro.

Julho

Criado o Comando Geral dos Trabalhadores

Setembro

Greve contra o Parlamentarismo.

Dezembro

O ano termina com 52 % de inflação e um crescimento do PIB de 8,6 %.

1963

Janeiro

Surge o Comando de Caça aos Comunistas.

Um plebiscito restabelece o regime presidencialista.

Abril

A CNBB teme “subversões imprevisíveis dos valores democráticos”.

Junho

Morre o Papa João XXIII.

Setembro

Carlos Lacerda defende um golpe militar contra Jango.

Castello Branco assume a chefia do EME.

Novembro

John Kennedy é assassinado.

Dezembro

O ano fecha com uma inflação de 79,9 % , a maior de nossa história.

1964

Março O Presidente João Goulart defende a necessidade de reformas de base durante o comércio em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando a urgência da encampação das refinarias de petróleo privadas e da reforma agrária. Calcula-se a presença de aproximadamente 150 mil pessoas.

O Presidente João Goulart envia mensagem ao Congresso com amplo projeto reformista que incluía desde emendas relativas à desapropriação de terras e encampação de refinarias até a elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas.

São Paulo assiste à primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade , em resposta ao Comício da Central do Brasil em repúdio às medidas defendidas pelo governo, por serem consideradas de inspiração comunista. Muitas pessoas se concentravam nesses eventos, geralmente chegavam em torno de 500 mil a 1 milhão de pessoas.

No sindicato dos Metalúrgicos, o presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, José Anselmo dos Santos (Cabo Anselmo) – Na realidade agente infiltrado, discurso contra as punições que ameaçavam a ele e outros colegas de expulsão da Marinha, faz reivindicações para a categoria.

O Presidente João Goulart comparece à solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Brasil. Seu discurso agrava a crise e funciona como estopim para a sublevação militar que o depõe.

Em Minas Gerais é acionado o levante militar contra o Presidente João Goulart e seu governo, articulado por comandantes do Exército e da Aeronáutica naquele Estado.

A CGT difunde a convocação de greve geral.

Abril

João Goulart deixa o Rio rumo a Brasília.

O General Costa e Silva se autoneomeia Comandante-em-Chefe do Exército, passando a organizar o comando supremo da Revolução.

No Congresso Nacional o Senador Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República e anuncia a decisão de transmitir o cargo ao Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili.

O Comando Supremo da Revolução edita o Primeiro Ato Institucional. Por ele ficam suspensas, por seis meses, as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, podendo ser demitidos ou dispensados servidores civis ou militares além de autorizadas a suspensão de direitos políticos e a cassação de direitos políticos e a cassação de mandato eletivo de qualquer cidadão. (Abre-se o primeiro ciclo punitivo do regime).

O Congresso Nacional elege Castelo Branco Presidente da República.

É criado o SNI- Serviço Nacional de Informações.

1965

Outubro

A vitória da oposição em dois Estados precipitou a promulgação do Ato Institucional nº 02 acabando com os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender, torna indiretas as eleições para Presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar.

1966

Outubro

Costa e Silva (candidato único) é eleito, pelo Congresso Nacional, Presidente da República.

É criada a Frente Ampla, movimentação de oposição ao governo, que tem como seu articulador o ex-governador Carlos Lacerda e participação de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

1967

Janeiro Promulgada a nova Constituição. O Executivo fica mais forte e o movimento político-militar de 1964 ganha sua institucionalização jurídica.

Julho Início da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba, onde se decide pela estratégia revolucionária para a América Latina.

Novembro Prisão de integrantes da Juventude Operária Católica e do diácono francês Guy Thibaut. Manifesta-se a CNBB sobre a prisão dos clérigos.

1968

Janeiro Deflagra-se a repressão dentro dos meios estudantis.

Março Durante uma reunião de 2 mil estudantes no restaurante do Calabouço (RJ), a PM intervém e morre o estudante Edson Luís de Lima Souto. O Ministro da Justiça, Gama e Silva, determina a repressão de todas as passeatas estudantis em todo o País.

Mai A Lei nº 5.439 passa a responsabilizar criminalmente os menores de 18 anos envolvidos em ações contra a segurança nacional.

Ocupada a Sorbonne. Choques de rua em Paris, com 365 feridos.

Junho Prédios das faculdades de Filosofia, Economia e Direito da Universidade de São Paulo são ocupados por estudantes.

Passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro com permissão do governo Estadual.

Julho O Presidente Costa e Silva recebe comissões de estudantes e intelectuais para pedir a reabertura do restaurante do Calabouço, a liberação dos presos, o fim da repressão policial e da censura artística.

Costa e Silva propõe ao Conselho de Segurança Nacional um projeto de Estado de Sítio.

Reunião do Alto Comando do Exército para a manutenção da ordem no país.

Encerramento da IX Assembléia da CNBB com a divulgação de um documento contra a não-violência.

Agosto

A UNB é invadida pela polícia. Professores e estudantes são presos.

AUFMG também é invadida.

Setembro

O Ministro da Justiça preside a cerimônia de instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Outubro

O Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rosse, recusa a medalha da Ordem Nacional do Mérito concedida por Costa e Silva, como manifestação de solidariedade a vários sacerdotes presos.

A Faculdade de Filosofia da USP é incendiada.

É criado o Conselho Superior de Censura

Dezembro

Por ordem do Gabinete Militar, passa a vigorar a censura em todas as emissoras de rádio e televisão.

O autoritarismo e o arbítrio arrematados e institucionalizados com a edição do AI-5 conferindo poderes excepcionais ao Executivo.

É criado o aparelho de repressão política, de violência e de terror do Estado.

1969

Fevereiro

AI-6 decreta o uso da Justiça Militar para punir civis.

O Decreto Lei nº 477, define infrações disciplinares de alunos e professores nos estabelecimentos de ensino superior.

Mai

A assinatura do AI-10 leva à aposentadoria centenas de professores universitários em todo o País.

Setembro

O AI-14 instaura a pena de morte ou prisão perpétua para “Casos de guerra revolucionária e luta subversiva” definidos na Lei de Segurança Nacional.

Dezembro

The Wall Street Journal divulga material sobre a prática institucionalizada da tortura no Brasil.

ANEXO I

Manual de Subversão do Rio Grande do Norte

RELATÓRIO VERAS

Mulheres/educadoras militantes do Partido Comunista

<p>M:2 – Acusada de fazer agitações e disseminações de idéias e atividades subversivas, ameaças aos servidores da RFFSA para forçá-los a se sindicalizarem; freqüentar reuniões políticas na residência do líder comunista Luís Maranhão Filho; tumultuar reuniões da Delegacia do Sindicato dos Ferroviários; freqüentar a residência do médico comunista Dr. Vulpiano Cavalcanti onde eram abordados problemas de natureza subversiva. Já vinham realizando atividades político-esquerdista no curso de Direito da Universidade do Estado.</p> <p>p.19.</p>	<p>M:3 – Acusada de participar de atividades perigosas como os congressos de estudantes em outras capitais do país. com pregações de idéias extremistas num verdadeiro trabalho de politização esquerdista das classes operárias. Freqüentava reuniões na casa de comunistas como Luís Maranhão Filho e Dr. Vulpiano Cavalcanti.. Era noiva de um estudante comunista e participava de reuniões em sua companhia.</p> <p>p.40.</p>
--	---

Mulheres/educadoras não-militantes

<p>M:1 – Acusada de comandar uma das diretorias da Prefeitura, costumava obrigar as professoras a ler livros perigosos para a formação da nossa sociedade. Organizava grandes manifestações populares nas ruas da cidade. Participou em Recife de um encontro com o subversivo Miguel Arraes. Propagou as idéias subversivas de Recife por meio dos livros nas bibliotecas itinerantes.</p> <p>p.58</p>	<p>M:5 – Era responsável pelos ensinamentos subversivos dos analfabetos nos acampamentos da Campanha. Obrigava os professores a participarem de cursos com conteúdo comunista. Juntamente com o Secretário Moacyr de Góes utilizou a cartilha subversiva para envenenar os cidadãos de bem contra o governo.</p> <p>p.60</p>
--	---

ANEXO J

Artigos de Jornais publicados em 1964, pelo Diário de Natal e que trazem referência de fatos referentes ao contexto político local desde a eclosão do golpe de Estado de 1964 e que levou ao fim a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, bem como a prisão da equipe da Prefeitura de Natal: